

Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Faro na época Moderna: do urbanismo à arquitectura
Tânia Alexandra Cabecinha Rodrigues

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História da Arte - especialização
em História da Arte Portuguesa
Faro, Dezembro de 2010

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**FARO NA ÉPOCA MODERNA:
DO URBANISMO À ARQUITECTURA**

(dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História da Arte - especialização
em História da Arte Portuguesa)

Tânia Alexandra Cabecinha Rodrigues

FARO
2010

NOME: Tânia Alexandra Cabecinha Rodrigues
DEPARTAMENTO: História, Arqueologia e Património
ORIENTADOR: Prof.^a Doutora Renata Klautau Malcher de Araújo
CO-ORIENTADOR: Prof. Doutor José Eduardo Capa Horta Correia
DATA: Dezembro de 2010
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Faro na época Moderna: do urbanismo à arquitectura.

JURÍ:

Presidente: Doutora **Renata Klautau Malcher de Araújo**, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve;

Vogais: Doutor **Walter Rossa Ferreira da Silva**, Professor Associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Doutor **José Eduardo Capa Horta Correia**, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve;

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste percurso várias foram as pessoas que me apoiaram e incentivaram para a realização deste trabalho às quais quero aqui manifestar o meu sincero agradecimento.

Em primeiro lugar aos meus orientadores, Professor Doutor José Eduardo Horta Correia e Professora Doutora Renata Araújo pelo acompanhamento, orientação e disponibilidade constante no decorrer deste estudo. Igualmente aos Professores Doutor Francisco Lameira e Doutor Luís Oliveira pela disponibilidade e sugestões dadas.

À Câmara Municipal de Faro, em particular ao Arqt.^a Conchado Silva e ao Serviço Informação Geográfica pela disponibilidade da cartografia que serviu de base a este estudo. Ao Museu Municipal de Faro, em particular à anterior Directora Arq. Dália Paulo, pela disponibilidade do material fotográfico e cartográfico e pelo acesso ao serviço de documentação do museu, mas especialmente pela amizade e incentivo.

Ao Arquivo Distrital de Faro, ao Instituto Geográfico Português, ao Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar e à Biblioteca Nacional, pelo apoio e orientação na recolha de material cartográfico, iconográfico e fotográfico.

Aos amigos e colegas que me acompanharam ao longo deste período, Patrícia Malobbia pela amizade e pelas sugestões, Paulo Mariz pelo acompanhamentos nos dias passados no arquivo, e em especial à Teresa Valente pelas sugestões dadas e pelo constante incentivo.

Por último à minha família, em especial à minha mãe, à minha sobrinha Beatriz e ao Inácio pelo apoio e compreensão que me dedicaram e pelo o tempo que não lhes dei.

Resumo

Tendo como objectivo o estudo do espaço urbano de Faro a partir da análise de elementos específicos – o quarteirão, o lote, o conjunto edificado e a arquitectura corrente - no período do Antigo Regime, desenvolvemos o nosso trabalho tendo como base a imagem actual da cidade e os dados recolhidos, essencialmente, num tipo de fontes específicas - tombos de propriedades imóveis - do Concelho e da Misericórdia.

O estudo desenvolve-se em três partes: a primeira, de contextualização do objecto de estudo. Resume, em traços gerais, a evolução urbana do núcleo desde a sua génese até ao final do século XVIII; a segunda, também numa linha de contextualização, apresenta, analisa e interpreta as fontes primárias. Focando as potencialidades e as limitações deste tipo de documentação e a sua dimensão geográfica; e a terceira, concretiza a interpretação dos dados recolhidos confrontando, sempre que possível, com o existente.

Neste contexto, identificaram-se os diferentes tipos de quarteirão e de lote e esboçou-se a sua evolução morfológica; caracterizou-se o conjunto edificado; e, por último, indicaram-se diferentes tipos de construções entre os quais se destacou a morada de casa corrente, possibilitando a identificação e caracterização das diferentes tipologias existentes em Faro.

Palavras-chave: Faro; evolução urbana; quarteirão; lote; arquitectura corrente.

Abstract

The aim of studying the Faro's urban space from the analysis of specific elements - the quarter, the lot, the buildings and the common architecture - during the Modern age, we developed our work based on the city's current image and the data collected, essentially from specific kind of sources - City Council and Mercy proprieties inventory.

The study develops in three parts: first, the study object contextualization. It summarizes, generally speaking, the urban core developments from its origins till late 18th century; second, it presents, analyzes and interprets primary sources, also at a contextualization, focusing on the document's potential and limitations as well as its geographic dimension; and third, it's interpret the data collected and checks it, whenever possible, against the existing evidence.

In this context, different types of quarter and lot were identified and its morphologic evolution was sketched; the buildings were characterised; and lastly it highlights the common house among the different types of buildings, allowing the identification and characterization of the different typologies existing in Faro.

Keywords: Faro, urban development, block, lot; common architecture.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
------------	---

PARTE I

1. A EVOLUÇÃO URBANA DE FARO	6-26
1.1. Do sítio e da origem do núcleo primitivo: cidade e território	6
1.2. Da Antiguidade ao período moderno	11
1.3. Do período moderno – De vila a cidade	18

PARTE II

1. AS FONTES	27-65
1.1. O documento nuclear do estudo	27
1.2. Potencialidades e limitações	35
1.3. A questão da propriedade urbana	41
1.4. A localização geográfica dos bens indicados no tombo	46

PARTE III

1. O QUARTEIRÃO	66
2. O LOTE	100
3. O EDIFICADO	109-143
3.1. Tipos de construções	110
3.2. Pisos – O terreno. A casa térrea. O sobrado	111
3.3. Espaço não construído	113

3.4. Anexação de parcelas	115
3.5. Fachadas	118
3.5.1. Fachadas – composição dos alçados	137
3.6. Dimensões das construções – fundo, largo, área e altura	138
3.7. Coberturas	140
3.8. Materiais	141
3.9. Estado de Conservação	142
4. O EDIFÍCIO	144-175
4.1. Edifícios de habitação corrente: principais tipos	146-169
4.1.1. A morada de casa de compartimento único	146
4.1.2. A morada de casa constituída por duas «casas» térreas	152
4.1.3. A morada de casa constituída por «casa» e sobrado	158
4.1.4. A morada de casa constituída por várias «casas»	161
4.2. Edifícios de habitação nobre	170
4.3. Edifícios com funções não habitacionais	171
CONCLUSÃO	176
FONTES	184
BIBLIOGRAFIA	188
ANEXOS - Desenhos de tipologias de casa corrente	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado final do estudo desenvolvido no âmbito do mestrado em *História da Arte – especialização em História da Arte Portuguesa* da Universidade do Algarve, para a respectiva obtenção do grau de mestre.

Como farensense, a cidade de Faro foi, desde a primeira hora, o objecto de estudo a que me propus dedicar no âmbito da dissertação. Contando com o apoio e incentivo dos orientadores, Prof.^a Doutora Renata Araújo e Prof. Doutor Horta Correia, creio termos experimentado uma abordagem diferente na história da cidade de Faro do Antigo Regime, ao integrar nesta investigação o tema da arquitectura corrente no período em questão, com base num tipo de documentação específico.

Vários foram os estudos que, nas últimas décadas, surgiram sobre a cidade de Faro. Sobre diferentes temas e perspectivas e em diversas cronologias, uns mais específicos, outros mais abrangentes, nenhum abordou directamente a questão da casa corrente urbana. No presente estudo propomo-nos apresentar uma imagem de Faro, pouco explorada, a partir da propriedade concelhia. Pretendemos assim dar o nosso contributo para a construção da história urbana da cidade de Faro na época moderna.

Os trabalhos dedicados à temática da casa corrente em Portugal têm focado sobretudo o espaço urbano medieval. O artigo de síntese de Manuel Sílvio Alves Conde – *Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos finais da Idade Média* – enumera os casos de estudo que serviram de base ao artigo¹ não deixando de referir, em

¹ “O que trago aqui hoje, são apenas algumas notas avulsas, em torno da habitação comum dos núcleos urbanos medievais portugueses, resultantes de investigação, centrada na vila de Tomar, e do cotejo da realidade por mim entrevistada com a de outras cidades e vilas do Centro e Sul do País (Lisboa, Évora, Santarém, Torres Vedras, Óbidos, Leiria, Torre Novas, Abrantes, Alenquer, Sesimbra, Palmela, Setúbal; Alcácer do Sal, Castelo de Vide, Elvas e Mouras), partindo de estudo e fontes publicadas.”. CONDE, Manuel Sílvio Alves – “Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos finais da Idade Média”. *Arqueologia Medieval*, n.º 5, Porto: Edições Afrontamento, 1997, pp. 243.

nota de rodapé, todos os que abordaram este tema quer em meio rural quer em meio urbano, embora “...*com outros ângulos de focagem...*”² como salvaguarda o autor.

No caso concreto da região algarvia os estudos incidem regra geral sobre núcleos que ainda mantêm relativamente preservadas as suas características originais³. O que não é o caso da cidade de Faro. Identificamos no conjunto urbano actual o quarteirão, o lote e até a casa nobre do Antigo Regime, mas não a casa corrente. Essa perdeu-se com o tempo. É esse tempo que quisemos recuperar.

Importa portanto, e antes de tudo, caracterizar o espaço e o tempo, o que se faz com uma apresentação da cidade de Faro até ao final do século XVIII, que corresponde à primeira parte do trabalho. E a seguir cabe apresentar e explicar a fonte primária deste estudo, a especificidade da sua cronologia e a área urbana que abrange. Este é o objectivo da Parte II do presente trabalho.

O documento em causa consiste num Tombo dos Prédios do Concelho de Faro, realizado nos anos de 1794-96, que resulta da actividade fiscalizadora da coroa sobre a administração gravosa do concelho. Dos dois compêndios produzidos – urbano e rural – e tendo em consideração a área geográfica da dissertação impunha-se um recorte espacial, analisando apenas o primeiro. A abundância de registos de propriedades rurais do segundo tomo poderá por si só possibilitar outros estudos parcelares que contribuirão certamente para compor a história de Faro⁴.

Temos em conta que a fonte primordial deste estudo constitui um documento específico, requerido num momento preciso e para responder a uma situação real o que, evidentemente, dar-nos-á sempre uma imagem parcial do lugar num período concreto.

² Manuel Sílvio Alves Conde - “Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos finais da Idade Média”. *Arqueologia Medieval*, n.º 5, Porto: Edições Afrontamento, 1997, pp. 243. Ver nota de rodapé n.º 4.

³ José Manuel Fernandes - *A Casa Popular do Algarve, espaço rural e urbano, evolução e actualidade*. Faro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, 2007, pp. 19-31.

⁴ O Tombo dos Prédios Rurais corresponde às propriedades que estavam espalhadas pelos arrabaldes, área geográfica que foi absorvida pela expansão do núcleo ao longo do século XX.

Os resultados produzidos pelo trabalho a que o documento refere não deixaram, no entanto, de originar um olhar muito particular sobre a cidade de Faro nos anos de 1794-96 cujo objecto de análise era precisamente a propriedade concelhia. Apercebemo-nos disso e tentámos explorar todas as questões que o próprio documento nos possibilitou e, recorrendo sempre que possível, a outras fontes e/ou estudos sobre a história da cidade, procurámos concentrarmo-nos na análise do núcleo urbano e da sua arquitectura corrente.

A Parte III do presente estudo corresponde precisamente à análise evolutiva, dos elementos “quarteirão”, “lote” e “casa” a partir dos dados inferidos no documento. Importa referir que a realidade actual do espaço físico de Faro não permite comparar directamente os dados descritos na fonte, nomeadamente ao que à arquitectura diz respeito. O “*prédio*” é o elemento chave deste documento. Da sua descrição podemos retirar informação para a análise comparativa com a cartografia actual, quer ao nível do quarteirão, quer ao nível do lote urbano de Faro. Mas, quando descrito ao nível da arquitectura, as transformações da paisagem urbana ocorridas nas últimas décadas do século XX impossibilitam a comparação de muitos dos exemplares descritos. Foram no entanto identificados os principais tipos de habitação corrente e não deixámos de questionar a escassa expressão da habitação nobre entre a propriedade concelhia nem de referir os casos de arquitectura não habitacional mencionados ao longo do documento.

A composição surpreendentemente clara deste documento do final do século XVIII facilitou bastante a recolha dos dados e impôs-se apenas a criação de uma metodologia de trabalho que permitisse desenvolver uma análise com resultados satisfatórios, nomeadamente na identificação e caracterização da arquitectura corrente de Faro. Na abordagem à fonte e após uma primeira leitura superficial tornou-se claro

que o primeiro obstáculo a ultrapassar seria o de actualização da toponímia. A “Rua” sempre ocupou lugar de destaque como elemento primário na imagem da cidade, mas volvidos pouco mais de dois séculos tornava-se imperioso identificar os espaços de então e fazê-los corresponder à realidade actual.

À medida que líamos o documento apercebíamos-nos que para estudar a cidade de Faro na linha em que nos propusemos era necessário sistematizar os dados recolhidos de modo a tornar a análise criteriosa e o seu resultado credível. Optámos por criar uma base de dados simplificada para proceder à recolha dos dados. Cada campo criado na base corresponde a uma questão que o documento permitiu colocar. Desta forma, organizar e ordenar a informação recolhida constituiu o primeiro passo. Respeitámos o calendário do próprio documento e convertemos a métrica de varas para metros, registando ambas, assim como convertemos a descrição dos valores por extenso para valores numéricos. Apresentamos a seguir uma imagem da ficha da base de dados.

Tabela_tombos_final		
Data:	1795, 16 fev	Fl. 409-412
Local:	sítio ou largo do castelo	Foro: 20
Foreiros:	Bartolomeu José de Garfias Torres; D. Ana Garfias (mulher)	
Proprietários:		
Descrição:	1 terreno próximo do castelo onde hoje estão os quartéis militares, reduzido as casas térreas compostas por 16 moradinhas.	
Medições:	NS (pelo convento) - 16 vrs 17,6 m; NP (continuando até ao canto) - 13 vrs 14,3 m; (do canto direito ao sul) - 12,5 vrs 13,75 m; (direito ao poente) - 5,5 vrs 6,05 m; (direito ao norte até ao canto) - 4 vrs 4,4 m; (do canto poente até à rua do trem); 16 vrs 17,6 m; (pela rua do trem a direito) - 33 vrs 36,3 m.	
Confrontação:	N- casas de José Monteiro; do capitão Francisco Furtado de Sarre; dos herdeiros do pe. João dos Santos Cavaco; S- largo que faz frente aos quartéis; P - rua onde está o trem militar; Nsc- rua do conventos das freiras que vai para os quartéis.	
Obs.:		
Tipo a Numero 140 ID 230		
Registo: 176 de 251		

Depois de informatizados os dados faltava todo o resto. Ou seja, proceder ao tratamento dos dados e interpretar os resultados. A criação da base de dados permitiu-nos redigir a Parte II do trabalho e o seu manuseio permitiu produzir os resultados da Parte III.

A seguir convertemos a base para Excel, para tratarmos alguns campos individualmente, nomeadamente na actualização e reorganização da toponímia, porque não só se alteraram alguns topónimos como a própria extensão da rua em vários casos mudou, como poderemos ver no ponto 1.4. *Localização geográfica dos bens indicados no tomo*, da Parte II. A formatação dos dados em Excel foi também útil para a composição de tabelas e gráficos que ajudam a explicar o texto escrito.

Em AutoCad, produzimos as plantas e esquemas que auxiliam e tornam mais leve o texto do presente trabalho a partir da base cartográfica cedida para o efeito pelos serviços cartográficos da Câmara Municipal de Faro.

Depois de tratar, organizar e quantificar os elementos que nos propusemos caracterizar, de “reconverter” o texto em imagem, ou seja, identificar os prédios antigos na planta actual, passámos por fim à fase mais difícil e exigente deste estudo – a de interpretar os dados. A nossa intenção, e eventual ousadia, era redesenhar a paisagem urbana de Faro com base maioritariamente numa fonte riquíssima e ainda pouco ou nada explorada, com o objectivo último de dar a conhecer a realidade da arquitectura corrente tantas vezes esquecida no estudo dos núcleos urbanos. Esperamos que tal objectivo se tenha cumprido.

PARTE I

1. A EVOLUÇÃO URBANA DE FARO

Antes ainda de abordarmos a questão dos elementos estruturantes do espaço construído da cidade de Faro no final do século XVIII consideramos importante encetar este capítulo com uma breve resenha histórica do núcleo urbano, identificando os lugares e os espaços a partir dos quais, ou em torno dos quais, a vida da cidade germinou.

Não nos parece portanto exagero destacar alguns dados acerca desta temática desde a sua génese, de uma forma cronológica e sucinta porque o seu interesse para o tema em estudo é tão-somente o de contextualização dos dados em análise.

As características morfológicas do local de implantação de qualquer núcleo urbano e a relação deste com o território envolvente são relevantes para o entendimento da sua génese e bem como do seu desenvolvimento. Tais características associadas a factores económicos, sociais e culturais permitem-nos compreender “...os diferentes momentos de formação...”⁵ da cidade.

1.1. Do sítio e da origem do núcleo primitivo: Cidade e Território

O núcleo urbano de Faro expande-se actualmente por três dos quatro fragmentos geológicos da cidade. Esta fragmentação é resultante de “...uma erosão activa...” provocada pelos cursos de água⁶.

⁵ Aldo Rossi – *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa, Edições Cosmos, 2001, p. 80.

⁶ José Neves descreve os quatro fragmentos, dos quais se exclui aqui o do Montenegro. O primeiro fragmento – Santo António do Alto – é delimitado pela ribeira das lavadeiras a nascente e pelo antigo canal que desaguava nesta ribeira vindo do largo de São Francisco. O segundo fragmento – Alto Rodes – é delimitado por este último e pelos vales das ribeiras do Biogal e de Marchil, que o separam do fragmento do Montenegro. O terceiro – Sé – esteve até há pouco tempo circunscrito pelos múltiplos esteios lagunares que caracterizam esta zona da costa algarvia, formando uma península em tempos das primeiras ocupações. José Neves – “A formação lagunar do litoral sotaventino do Algarve”. *Estudos Geográficos e Históricos sobre Faro e a formação lagunar do Sotavento Algarvio*, s.l. : s.n., 1981.

É protegido por uma extensa formação lagunar delimitada por uma restinga com cerca de 60 km entre Quarteira (a oeste) e Cacela (a este). Este cordão dunar, conhecido por ilhas barreiras, só encontra paralelo em Portugal na chamada ria de Aveiro⁷.

Segundo José Hipólito Costa, o aparecimento das ilhas barreiras resulta da relação de quatro factores distintos que estão em constante adaptação para manter o equilíbrio natural quando um destes se altera⁸. Na prática, o aparecimento destas ilhas ocorre quando o nível do mar atinge uma determinada elevação existente na placa continental, como a que existe ao largo da costa algarvia, promovendo a acumulação de areias paralelas à costa. A continuação da subida no nível do mar resulta na inundação do areal acumulado pelo lado do continente formando assim o cordão dunar. A velocidade com que as acções do mar se dão é também responsável pela migração destas ilhas⁹. Assim se explicam em parte os relatos que a história perpétua sobre as barras e canais por vezes navegáveis e outros cujo assoreamento não permitem a navegação a embarcações de grande porte, reflectindo-se na estagnação de cidades como Tavira em pleno século XVI.

A zona de implantação do núcleo genético de Faro tem que ser entendida no todo da região algarvia a qual, no extremo sul do país, sempre se individualizou pelas suas características geográficas¹⁰. Constituída por litoral, barrocal e serra é esta última

⁷ “*Tal como em Aveiro, no sul de Portugal, com o desenvolvimento do cordão arenoso, foi-se formando, entre este e a terra, uma laguna com os seus característicos canais de maré e bancos de vasa...*”. José Neves – “A formação lagunar do litoral sotaventino do Algarve”. *Estudos Geográficos e Históricos sobre Faro e a formação lagunar do Sotavento Algarvio*, s.l. : s.n., 1981, p. 48.

⁸ São eles o “...nível e espectro energético da agitação marítima, taxa de subida do nível do mar, abastecimento de areias e a forma da praia.”. José Hipólito da Costa Monteiro – “Origem, Evolução e Processos Geológicos das Ilhas Barreiras de Faro e a sua importância para o desenvolvimento destas ilhas”. *3º Congresso sobre o Algarve*, s.l. : Rocal Clube, vol. II, 1984, p. 714.

⁹ “*A migração das ilhas barreiras terá sido por consequência mais lenta em frente do Cabo de Santa Maria e mais rápida de um e de outro lado, terminado o sistema de ilhas barreiras em Quarteira e Cacela onde a migração será já tão rápida que a laguna interior não se chega a formar.*” José Hipólito da Costa Monteiro – “Origem, Evolução e Processos Geológicos das Ilhas Barreiras de Faro e a sua importância para o desenvolvimento destas ilhas”. *3º Congresso sobre o Algarve*, s.l. : Rocal Clube, vol. II, 1984, p. 177.

¹⁰ “*O Algarve divide-se, pela constituição geológica, numa série de faixas paralelas: a serra xistenta do Carbónico (à excepção do maciço eruptivo de Monchique, provavelmente do fim do Secundário como as*

faixa, que em algumas zonas passa os 500 metros de altitude, que faz a divisão com o resto do território continental e que por tantos séculos contribuiu para o isolamento da região, essencialmente por ser difícil o seu atravessamento. Simultaneamente favoreceu o contacto, desde muito cedo, com o mundo mediterrâneo, no qual o Algarve sempre se incluiu. Não só as características orográficas da região contribuíram para a natural inclusão desta no mundo mediterrâneo, como as características hidrográficas foram propícias ao acolhimento e à fixação de povos navegadores que impelidos por motivos comerciais ousavam ir mais além. Efectivamente é o recorte da linha costeira algarvia abundante em sítios naturalmente favoráveis à fixação humana, localizados em confluências fluviais, favorecidos por vastas áreas de sapal ou cursos de água mais profundos que permitiram durante muito tempo o acesso ao interior da região.

Independentemente das épocas e das conjunturas, a região manteve inalteráveis algumas características que permitiram ao longo do tempo preservar nomeadamente a interacção entre os diversos núcleos que surgiram logo nas primeira e segunda Idades do Ferro. Os vestígios dessas ocupações salientam tais características como a implantação dos núcleos a verificar-se em zonas privilegiadas de defesa e vigia, de cota elevada e relativamente próximas a cursos de água navegáveis para o interior e ao longo da faixa litoral. Os núcleos do litoral, em contacto entre si, fariam posteriormente a ligação com os núcleos do interior. Os vestígios de estruturas arquitectónicas e os vários artefactos arqueológicos identificados em Castro Marim, Tavira, Faro, Silves, Lagos ou

erupções basálticas da Estremadura), uma depressão periférica escavada, embora incompletamente, nos arenitos do Triássico, o Barrocal, constituído por uma série de anticlinais e de planaltos calcários, o litoral, de arriba até Quarteira, e, para leste de restinga arenosa que deixam atrás de si lagunas e canais.” Orlando Ribeiro – Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas. Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, 7ª ed., 1998, p. 162.

Aljezur partilham dessas características, o “...*que lhes advém da sua filiação civilizacional.*”¹¹.

O sistema de laguna e esteiros existente na área da actual cidade, onde a linha de água avançava mais para o interior¹², permite concluir que, a quando dos primeiros movimentos de povos vindos do oriente, a área que circundava o alto da Sé estaria então submersa e constituía um prolongamento do referido sistema lagunar, composto por sapais, zonas de vasa e ilhotes (IMAGEM 1).

Este local constituía então um sítio propício à fixação. Os vestígios até agora identificados localizam no interior da muralha medieval, portanto na antiga península, a génese do núcleo urbano de Faro¹³.

São núcleos como este que vemos serem ocupados durante a romanização. Salvo raras excepções, não se encontram no Algarve cidades de origem romana, mas antes se verifica uma tendência para a ocupação de núcleos preexistentes, como é o caso de Faro.

Existiam ainda pequenos cursos de água naturais que ultrapassavam a linha da ria e que conjuntamente com outros canais ou valas marcaram de forma decisiva a morfologia urbana de Faro, como teremos oportunidade de referir. Uns desaparecidos por assoreamento da ria, outros entulhados, alguns transformaram-se em eixos viários de relativa importância urbanística¹⁴.

¹¹ Ana Margarida Arruda – “O Algarve no quadro geocultural do Mediterrâneo antigo”. *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*. Lisboa : Edições Colibri, 1999, p. 22.

¹² Luís Fraga, no seu artigo sobre “Ossonoba – a laguna de Ossonoba”, ilustra a realidade da linha de costa da antiguidade que atingiria no caso de Faro a cota de nível acima dos 5 metros.

¹³ Caracterizada por um tipo de ocupação semelhante a outros núcleos pré-romanos, implantados ao longo da costa algarvia, devido às condições de defesa e vigia que esta proporcionava. Ao contrário de Castro Marim, Luz de Tavira ou Lagos que datam do século VIII a. C., Faro até ao momento não permite uma datação anterior ao século V a. C., segundo os resultados da actividade arqueológica no concelho.

¹⁴ Rua Dr. José Maria Brandeiro, que contorna a muralha medieval com acesso à porta nascente; a rua Alexandre Herculano, que era continuação do canal que deu lugar á rua referida anteriormente e que a ligava à praça Alexandre Herculano, conhecido na memória popular como largo da Alagoa, por alagar no inverno e em períodos de marés altas; a rua de Portugal cujo curso de água existe actualmente submerso; ou ainda a antiga rua do Rego, actual rua D. Francisco Gomes.

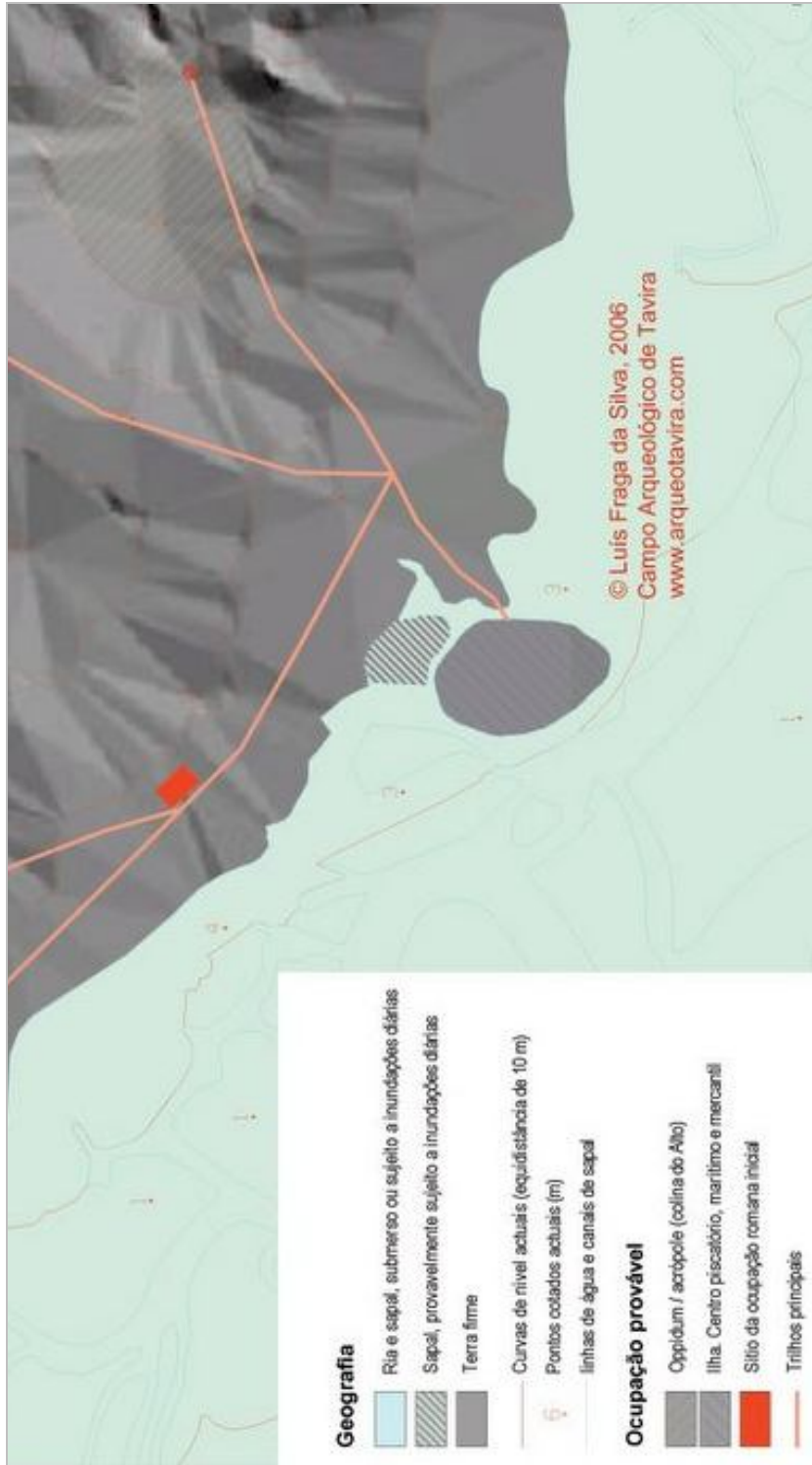


IMAGEM 1. Reconstituição conjectural do assentamento pré-romano. Ossonoba romana.

Fonte: <http://imprompto.blogspot.com/search/label/Ossonoba>. (Pormenor)

1.2. Da antiguidade ao período moderno

Com a expansão do domínio romano a cidade perde o carácter de mero entreposto comercial e torna-se numa das principais cidades a ocidente dominando um vasto território envolvente.

Desenvolveu-se em três núcleos distintos que se inter-relacionavam e que o estado da arqueologia actual permite facilmente identificar: o centro cívico e religioso, o industrial e comercial e a necrópole. A actual zona da vila Adentro correspondia sensivelmente ao núcleo principal, onde foi identificado o *fórum*¹⁵ romano e posto a descoberto um templo possivelmente consagrado ao culto imperial¹⁶, no cruzamento dos dois eixos _ *cardus* e *decumanus*¹⁷ _ a partir dos quais se estrutura um núcleo romano. O núcleo industrial e comercial, usufruindo das condições favoráveis da ria, desenvolveu-se ao longo da faixa litoral no sentido norte. Os vestígios arqueológicos que têm sido identificados ao longo de toda esta faixa têm contribuído para a definição desta área enquanto tal¹⁸.

O núcleo sepulcral que, por norma, se localizava afastado da área habitacional e vivencial corresponde à necrópole existente na zona do actual Bairro Lethes e área envolvente. Afastada mas simultaneamente próxima do local dos vivos, esta necrópole foi implanta do sentido contrário de um curso de água que actualmente se encontra submerso.

É possível ainda identificar o prolongamento dos dois principais eixos viários a partir do núcleo principal, correspondendo ao *cardus* o eixo longitudinal que

¹⁵ Teresa Gamito – “Breve apontamento sobre o povoamento do Algarve desde a Pré-história até à época romana e o seu condicionalismo geográfico”. *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal de Faro, 1983, n.º XIII, pp. 331-358.

¹⁶ Mário Lyster Franco – *Outra inscrição Inédita de Ossónoba*. Beja : Carlos Marques & Ca Lda., 1940.

¹⁷ Correspondem aproximadamente às actuais ruas do Município / do Castelo e rua do Repouso, respectivamente.

¹⁸ De entre cetárias usadas para a produção de garum, ânforas com vestígios desta pasta e terra sigillata é de destacar o mais importante vestígio arqueológico, encontrado no extremo norte desta zona_ o mosaico Oceano_ que incorporaria um edifício igualmente associado a actividades marítimas.

acompanha a faixa litoral em direcção a *Lacobriga* e o *decumanus* que a partir das proximidades da praça Ferreira de Almeida, ligava por sua vez *Ossonoba* a *Balsa* (IMAGEM 2).

Até ao domínio islâmico, que se deu em 713, poucas transformações urbanas são hoje possíveis de registar. Teresa Gamito salienta o “...*reforço das suas muralhas e o modo facetado como os torreões defensivos, inicialmente arredondados, se apresentam a partir de determinada altura, e não de raiz...*”¹⁹ como testemunho do domínio bizantino.

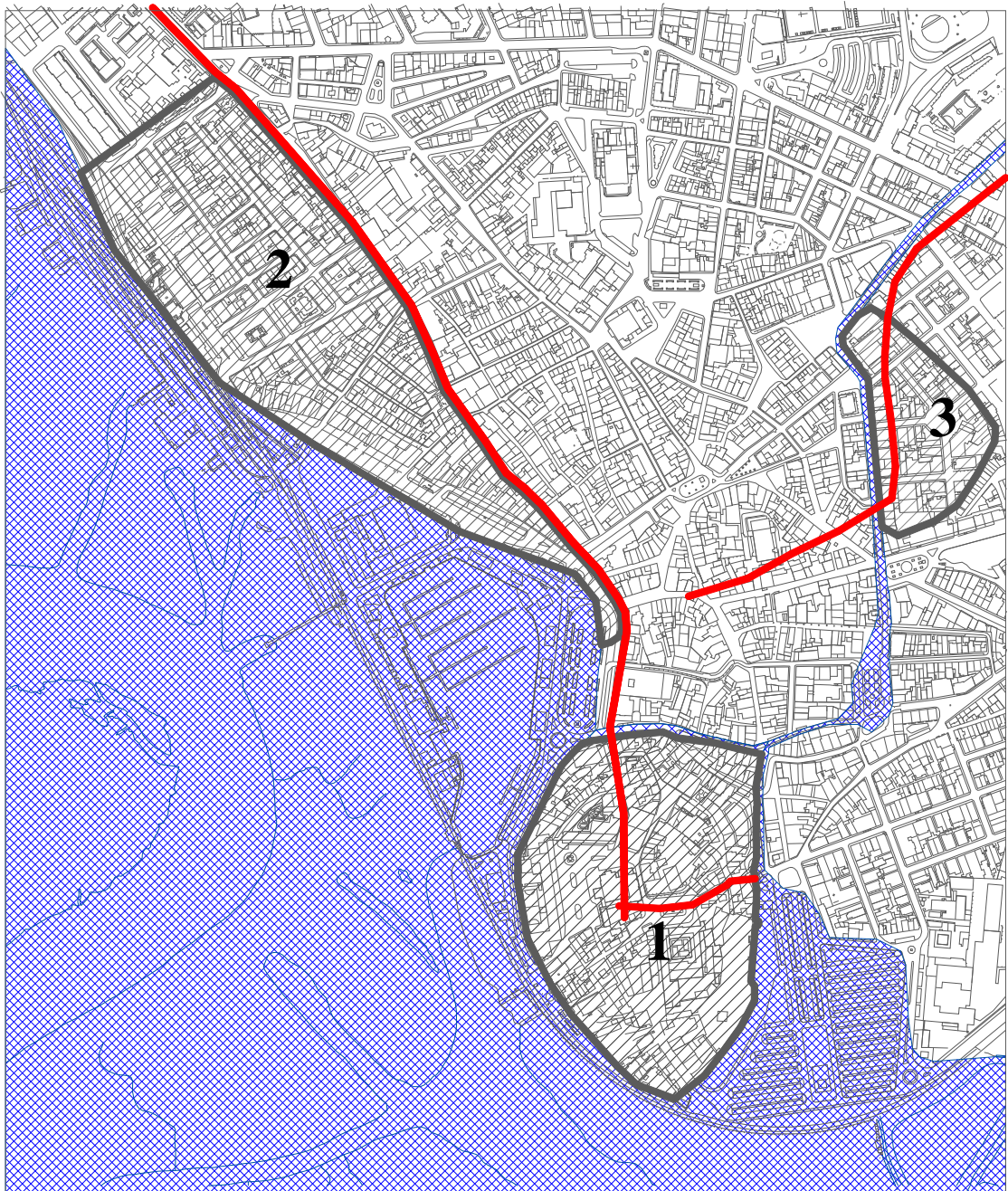
Os muçulmanos conquistaram a cidade, na sequência da expansão islâmica pela Península Ibérica iniciada em 711. Em pouco mais de cinco séculos de domínio, vários partidos divergindo entre si, governaram a cidade até à Reconquista Cristã em 1249. Durante o período islâmico a cidade sofre um retrocesso, em termos urbanísticos, que resulta na concentração da área urbana intramuros com a consequente condensação do núcleo. Escavações arqueológicas identificaram um bairro habitacional no interior da actual Policia Judiciária, produto da sucessiva reconversão dos espaços. E fontes documentais atestam a existência de “...*uma mesquita principal e uma mesquita de bairro*”²⁰. A mesquita principal terá antecedido a antiga igreja de Santa Maria (actual Sé), como testemunha Silva Lopes nas suas *Memórias Eclesiásticas*²¹, no entanto não existem testemunhos arqueológicos que o corroborem. Da presença árabe em Faro sobrevivem, contudo, significativos vestígios das duas portas da cidade²².

¹⁹ Teresa Gamito – “A Cidade de Ossónoba e o seu território envolvente”. Barata, M.^a Filomena e Parreira, Rui (Concepção) – *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa : IPPAR, 1997, pp. 356.

²⁰ A afirmação é do reconhecido geógrafo árabe Idrisi. Citado por Jaime Ferreira Alemparte – “A Cidade Moçárabe de Santa Maria de Faro e o Milagre da Cantiga CLXXXIII em fontes anteriores ao Rei Sábio”. *Anais do Município de Faro*, n.º VI, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1976, pp. 51-60.

²¹ João Baptista da Silva Lopes – *Memórias Eclesiásticas do Bispado do Algarve*. Lisboa : Algarve em Foco, 1848, p. 343, citado por Francisco Lameira – *Faro, a arte na história da cidade*. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1999, p. 28.

²² “...*elemento primordial da cidade muçulmana.*” Fernando Chueca Goitia – *Breve História do Urbanismo*. 4ª ed., Lisboa : Presença, 1996, p. 64.



--- Eixo Viário
--- Água

- 1. Centro cívico e religioso
- 2. Zona industrial / comercial
- 3. Necrópole

Da entrada norte, por mar, ficou-nos o arco em ferradura, que vemos representado nas célebres *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, atribuível ao século XI²³. E da entrada nascente ficou-nos o Arco do Repouso, resultado duma intervenção posterior em que foram adossadas à muralha duas torres albarrãs, durante o domínio Almóada (século XII) (IMAGEM 3 e 3A).

No que respeita à estrutura urbana, a constituição do núcleo em dois pólos – a alcáçova e a Medina – surge, no caso da cidade de Faro, unificado no interior do recinto amuralhado da vila Adentro. “*Bacre Ibne Iáhia Ibne Bacre estabeleceu-se na cidade de Santa Maria do cantão de Ossónoba, mandou fazer nela construções diversas e transformou-a numa praça-forte que proveu de portas de ferro...*”²⁴.

Será, eventualmente, durante o seu governo que se define a alcáçova, implantada a sul, e delimitada por muralhas com torreões, correspondente o restante espaço à medina.

A cidade medieval é por norma uma cidade amuralhada, portanto, voltada de costas ao mar ou ao rio. O caso de Faro não é excepção, embora durante o período medieval cristão se assista a uma tendência contrária. Se por um lado, a Vila Adentro sofreu transformações com a construção do castelo sobre a antiga alcáçova; com a construção da igreja de Santa Maria sobre a antiga mesquita; com a construção dos paços do concelho, segundo o que se pensa, sucessivamente reconstruído sobre o mesmo lugar; e com a reorganização habitacional, quer pelos cristãos, quer pelos judeus que constituíram a judiaria²⁵, no local do actual museu municipal.

²³ Francisco Lameira – *Faro, a arte na história da cidade*. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1999, p. 22, citando Cláudio Torres e Santiago Macías, “O Gharb al_Andalus”. *História da Arte Portuguesa*, vol. I, Lisboa : Círculo de Leitores 1995, p. 159.

²⁴ António Borges Coelho – *Portugal na Espanha Árabe*. 2º vol., Lisboa : Seara Nova, 1972-75, p. 191.

²⁵ João Marques – “O Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro”. *Cadernos de História da Arte*. [s. ed.] : Lisboa, 1991, pp. 86-88.

IMAGEM 3.



Pormenor da iluminura da Cantiga CLXXXIII, de Afonso X²⁶

IMAGEM 3 A.



Arco do Repouso. Entrada nascente da Vila Adentro.

²⁶ Francisco Lameira – Faro, a arte na história da cidade. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1999, p. 18.

Por outro, o núcleo desenvolveu-se para norte, constituindo-se como fachada frente à ria e em relação directa com esta. Assim, como consequência da Reconquista, registou-se não apenas a transformação do interior do núcleo amuralhado como também o aparecimento de dois novos núcleos: a Mouraria e a Ribeira. Embora de cronologia mais avançada, uma fonte iconográfica do século XVII ilustra não apenas a realidade medieval das muralhas banhadas pelo mar, que chegava à entrada da vila, como também a densidade da Vila Adentro e ainda o seu desenvolvimento fora de portas ao longo da linha de água.

No caso da mouraria sabemos, com relativa segurança, ser consequência directa deste factor que obrigou à exteriorização da comunidade, fixando-se esta na zona da actual rua de Santo António²⁷. Entre esta e a rua da Cordoaria, localiza-se a área urbana extramuros mais antiga de Faro. Nas correspondentes extremidades iriam surgir a ermida de Santo António do Alto, onde já existia uma atalaia, e a ermida de Nossa Senhora do Pé da Cruz, respectivamente, consolidando definitivamente estes dois eixos de origem medieval.

A Ribeira por sua vez desenvolveu-se, numa atitude reincidente, ao longo da faixa litoral. Viria a ser consolidada em finais do século XV com a construção não só da ermida de São Pedro como com a do edifício do compromisso marítimo, transformando a rua de São Pedro no principal eixo viário, estruturador desta nova área urbana. Ligava a ermida e o compromisso marítimo ao mar intersectando a rua Direita (actual rua Conselheiro Bivar).

Embora a época moderna tenha sido para a cidade Faro o momento em que esta passa a estar em primeiro plano no conjunto das três cidades do Algarve, os

²⁷ No papel de prancheta n.º 28 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872, ainda pode observar-se a sinalização da “Horta da Mouraria”.

antecedentes urbanísticos que potenciaram esta posição germinavam desde a época antecedente.

Acreditamos ter identificado a mais antiga praça da cidade extramuros. Corresponde sensivelmente à parte poente da actual Praça Ferreira de Almeida. Denominada no *Tombo dos Prédios Urbanos do Concelho* claramente como «Praça Velha» a sua importância como pólo dinamizador da vida da cidade não terá sido de todo suplantada pela reestruturação a que vamos assistir às portas da vila na transição para o século XVI. Embora não se conheça referência específica, acreditamos ter sido esta praça o ponto de chegada da comitiva régia de D. Sebastião em 30 de Janeiro de 1573. Veja-se que a antiga ermida de São Pedro já transformada em igreja, ainda que nos arrabaldes, foi ornamentada para servir de porta de entrada da cidade. A *Relação da Jornada de El-Rei D. Sebastião quando partiu da Cidade de Évora* do cronista João Cascão diz-nos: “À entrada do arrabalde, pegado à igreja de S. Pedro, fizeram-lhe um arco de madeira, a modo de porta muito formoso.”²⁸ Chegados de Loulé porque não percorrer a rua Direita até atingir a praça da Rainha e as portas da cidade? A recém-criada freguesia de São Pedro dava nova importância a esta antiga ermida. “Foi por esta rua, a qual estava muito bem armada...”²⁹: Que rua seria? A rua Felipe Alistão (antiga rua da Cadeia) que na continuidade da rua Serpa Pinto (antiga rua de Santo António dos Capuchos, mas não contemporânea desta visita de El-Rei) ia em direcção à Vila Adentro pela Porta do Repouso, próxima ao convento de Nossa Senhora da Assunção. “Nesta ordem chegou El-Rei a um mosteiros de freiras...”. Portanto a escolha deste trajecto não pode ter sido meramente aleatório. Não esqueçamos que entre um ponto e outro, ou seja, entre a igreja de São Pedro (nos arrabaldes) e o mosteiro de Nossa

²⁸ Francisco de Sales Loureiro – *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*. Lisboa : Livros Horizonte, 1984, p 113.

²⁹ Francisco de Sales Loureiro – *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*. Lisboa : Livros Horizonte, 1984, p 114.

Senhora da Assunção (no local mais nobre da cidade) temos a “Praça Velha”. Embora não consigamos ao certo determinar desde quando passou a designar-se desta forma, estamos em crer que esta foi durante muito tempo a primeira e principal praça quando se chegava a Faro vindo quer de norte quer de nascente (IMAGEM 4).

1.3. Do período moderno – De vila a cidade

Em finais do século XV, uma reconversão do espaço público esteve na origem da Praça da Rainha (actual Praça D. Francisco Gomes) implantada às portas da vila, numa apropriação do espaço alagado que gradualmente se foi assoreando. Poder-se-á dizer que a definição da Praça da Rainha, enquanto novo centro polarizador da dinâmica urbana, é semelhante, ressaltando as devidas distâncias/dimensões, ao plano de reordenamento urbano de 1498 de Lisboa. *“Através deste plano, Lisboa estrutura-se à volta dum novo centro - a Ribeira - que marcará definitivamente a sua imagem. Como característica essencial e profundamente moderna, este centro afirma-se, por sua vez, com uma vocação eminentemente cívica.”*³⁰

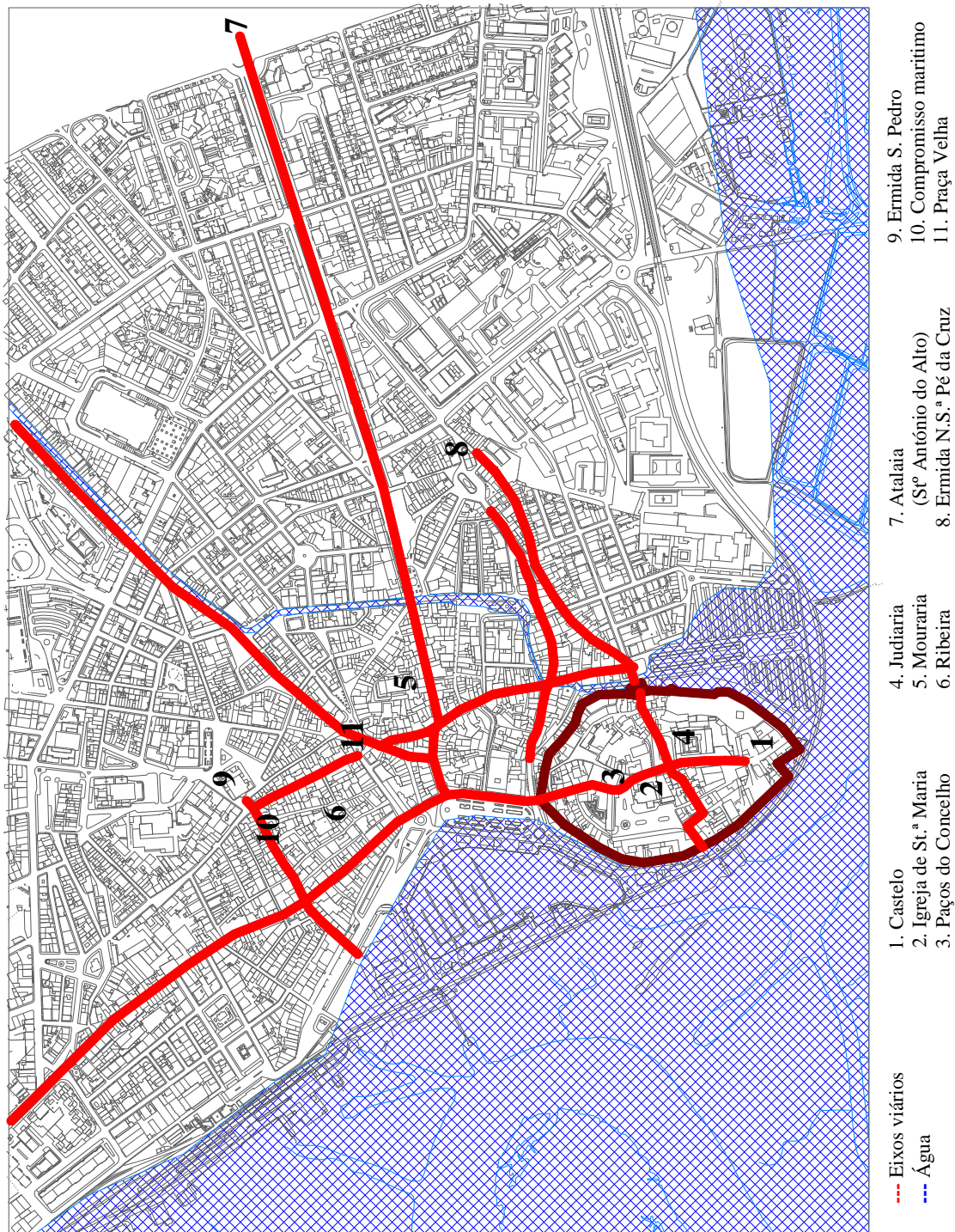
Nela se edificou uma pequena ermida, de invocação ao Espírito Santo. A João Dias deu o rei D. Manuel *“huma nave das tercenas da mesma cidade ...”*³¹ para a fundação de um hospital em 26 de Janeiro de 1501. O que nos permite não só localizar o edifício das tercenas reais como depreender que o referido hospital resultou possivelmente da adaptação de um edifício pré-existente ou parte deste³²; nela se localizou também o açougue, na zona lateral à porta da Vila³³, e o edifício da alfândega

³⁰ Hélder Carita – “Legislação administração urbana no século XVI”. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, CNCDP, 2001, pp. 173.

³¹ ANTT – *Collecção de Documentos pertencentes ao Reyno do Algarve, que se achão no Real Archivo da Torre do Tombo feita por ordem do Ill.^o e Exmo. Senhor Marquez de Pombal, ministro secretário de Estadodos negócios do Reyno no anno de 1774.*

³² Luís Filipe Aparício Fernandes dos Santos – “o Hospital de João Dias”. *A Misericórdia de Faro*. Dissertação de Mestrado em História da Arte. Universidade do Algarve, 2009, pp. 89-100. (policopiado).

³³ A “*Collecção de Documentos...*” (referida na nota de rodapé 31) dá conta de diversas referências relativas a património régio existente nesta praça que vemos sucessivamente dado em aforamento. A 26



de Maio de 1428 Afonso Annes aforou um terreno e pardieiros anexo aos açougues; Talvez o mesmo que o rei D. Afonso V faz doação à Câmara para que esta acrescentasse os açougues; a 10 de Novembro de 1422 Pedro Annes aforou o forno anexo, o mesmo que vemos aforado a Martinho Pousado em 11 de Março de 1450.

que já existiria mas no qual, a partir de então, passou a ser obrigatório passar toda a mercadoria que entrasse na vila por mar.

O cronista João Cascão refere-se a este espaço quer como «praça» quer como «terreiro»: *“As Casas de El-Rei eram na praça (...). A cidade lhe mandou fazer uma escada de madeira, para serviço das casas, muito grande e muito formosa, por as próprias serem pequenas e escuras; no terreiro o estavam esperando toda a gente de cavalo (...). O terreiro era grande e formoso...”*³⁴. A partir desta descrição vemos a praça no século XVI com casas de dois pisos como o dito Paço de el-rei. Seria certamente edifício modesto, mas com baixos e altos que sabemos terem pelo menos duas janelas. Não seria, no entanto, um edifício de características particularmente singulares a atender que foi até necessário construir umas escadas³⁵.

Henrique Fernandes Sarrão refere-se à mesma praça de modo semelhante: *“Dentro da cidade está ua praça e terreiro, ao longo do rio, que é o principal dela, muito aprazível, e onde vão todos os da cidade passear a pé e a cavalo. E no rio tem ua fonte ao longo deste terreiro, que é de água doce, ornada e cercada com seu edifício e se cobre d’água salgada com a maré chea.”*³⁶.

Vestígios de arquitectura religiosa (que em muito contribuíram para a consolidação de eixos viários estruturadores do núcleo) e também civil (embora esta

³⁴ Francisco de Sales Loureiro – *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*. Lisboa : Livros Horizonte, 1984, p 114.

³⁵ José António Pinheiro e Rosa diz-nos, com base em documentos da época mas que no entanto não conseguimos confirmar, que este «paço-mor» se localizava onde está hoje o edifício da Caixa Geral de Depósitos. José António Pinheiro e Rosa – “Gente de Faro em 1711”, Separata de *O Algarve*. Faro, 1990, p. 20. Esta publicação divide-se em duas partes a que o autor deu os títulos de “Gente Sã” onde se encontram as referências ao Paço Mor e “Gente “Avariada” escrita claramente com base na Devassa da visita do Bispo D. António de 1711. Não tão claro é no entanto a documentação que serviu de base à primeira parte desta publicação cuja forma “*ficcionista*” como o próprio autor caracteriza todo o texto é resultado “*de realidades concretas, testemunhadas por documentos autênticos que o autor leu, transcreveu e manejou*” para usar as suas palavras. Apesar da dificuldade que a falta de referência às fontes constitui, não se pode tirar a credibilidade a quem nos habituou, ainda de que forma ficcionista, a preciosas informações e dados que os seus contributos para a história da cidade facultam com base em documentos de arquivo.

³⁶ Joaquim Romero Magalhães e Manuel Viegas Guerreiro – *Duas Descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, 1983, p. 163.

última em menor número e expressão) têm vindo a reforçar a ideia de uma área urbana bastante significativa no Faro de quinhentos, a que se juntou a implantação das comunidades conventuais e colegial nas áreas limítrofes. Com excepção do convento de Nossa Senhora da Assunção (c.1519), construído no local da antiga judiaria, o convento de São Francisco (1529), o colégio de Santiago Maior da Companhia de Jesus (c.1600) e o convento de Santo António dos Capuchos (1620) foram edificadas na periferia, cujas respectivas hortas se tornariam, mais tarde, importantes espaços verdes no interior da malha urbana.

Na transição do século XV para o XVI a nomeada praça da Rainha constitui um importante pólo dinamizador às portas da vila de Faro, dando o seu contributo na consolidação do bairro ribeirinho, onde a malha se expandia entre a rua Direita e da rua dos Capuchos, “... *por toda aquela banda do rio...*”³⁷.

Como vimos, até à primeira metade do século XVI São Pedro era uma pequena ermida nos arrabaldes da vila. A sua entrega à Ordem Militar de Santiago fez-se como retribuição pela igreja de Nossa Senhora da Assunção. A sua localização fará desta igreja outro importante *elemento primário* no desenvolvimento do núcleo urbano na época moderna, uma vez que, com a construção do compromisso marítimo na rua de São Pedro consolida-se um importante eixo perpendicular e direccionado ao mar a meio do Bairro Ribeirinho.

O século XVI mostrou-se próspero para Faro. Depois de ter sido doada por D. João II à Casa da Rainha foi, em 1540, elevada à categoria de cidade para receber a sede do assento episcopal. A transferência do bispado de Silves, que entretanto entrara em declínio por motivos vários, para Faro veio concretizar-se apenas em 1577³⁸. Os

³⁷ Francisco de Sales Loureiro – *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*. Lisboa : Livros Horizonte, 1984, p 114.

³⁸ “*Naquele tempo, que há agora 306 anos, bem podia ser isto, mas, ao presente, muito ao contrário vemos tudo, assim no serviço, fábrica e ornamento da sé como dos edifícios e moradores da cidade, na*

sucesivos acontecimentos testemunham por si mesmos a importância que a cidade atingiu, motivada também pela sua centralidade geográfica.

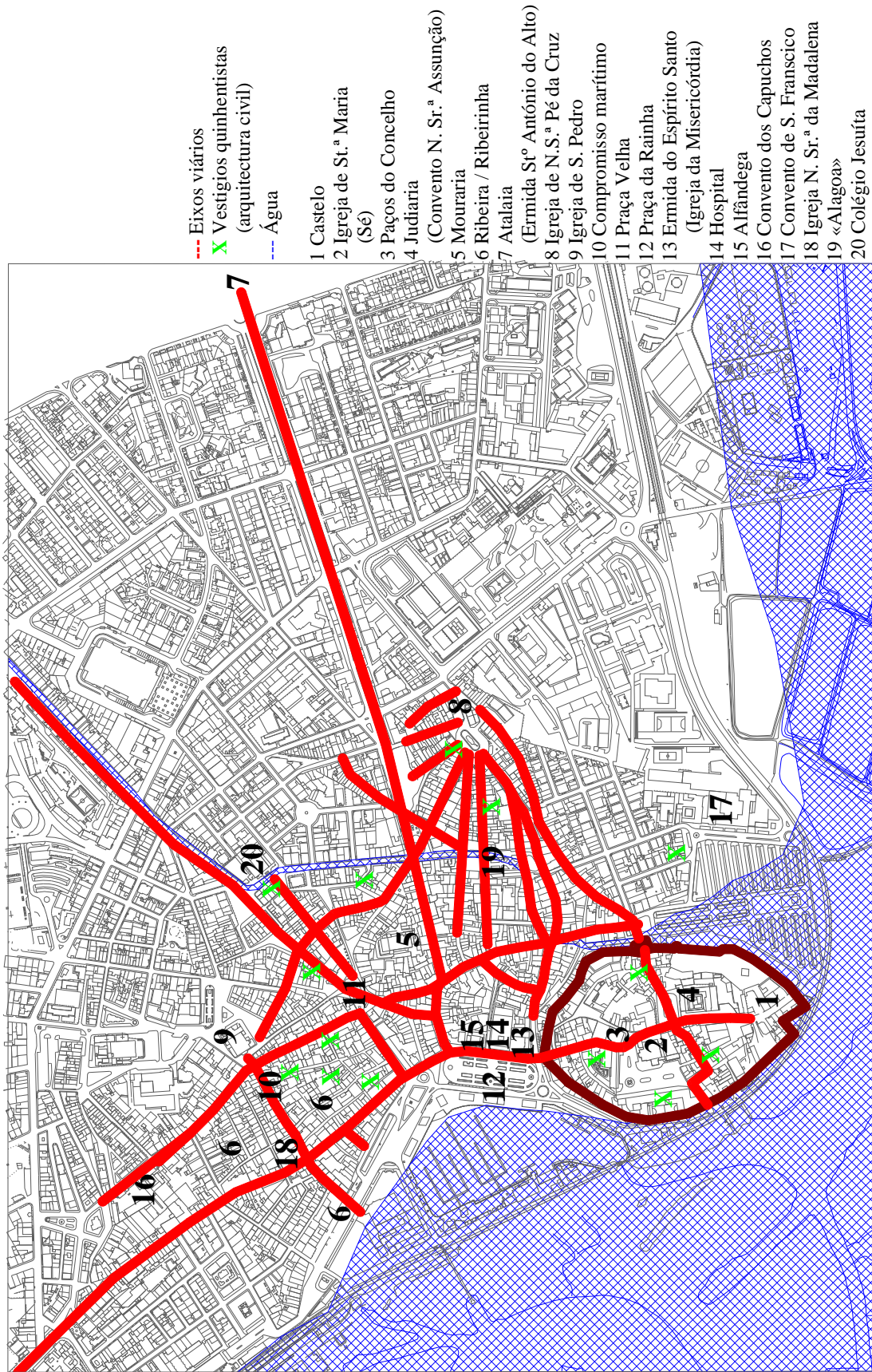
Embora não se constituísse como a principal do reino do Algarve, qualidade aplicada à cidade de Tavira³⁹, o seu estatuto crescia e urbanisticamente consolidava-se desde a Reconquista. O assoreamento do Gilão condenara a cidade de Tavira à estagnação e a localização de Lagos não rivalizava com a posição central de Faro na região. A escolha sobre esta última torna-se evidente apoiada ainda pelas boas relações entre os dois concelhos _ Faro e Loulé _ cujo litoral provia o interior das respectivas necessidades e vice-versa (IMAGEM 5).

Em Julho de 1596, o saque e a destruição provocados pela investida do Conde de Essex, reflectiram-se no urbanismo da cidade redireccionando o seu desenvolvimento. Poderá ser este o marco temporal da estruturação do largo da Sé enquanto amplo espaço religioso⁴⁰. Havia sido construído poucos anos antes um modesto paço episcopal que, destruído no incêndio, levou a que o bispo, D. Fernando Martins Mascarenhas, procedesse à construção de um novo edifício desta vez perpendicularmente ao antigo. A conclusão deste processo de definição do largo da Sé só aconteceu, muito mais tarde, durante o bispado de D. Francisco Gomes do Avelar (1789/1816).

*qual casa que ùa vez cai nunca mais se levanta e a mor parte dela está já arruinada e sem gente. A causa disto dizem alguns ser a maldição de um bispo inocente que nela foi morto; outros dizem, o que é mais de crer, ser seu sítio, de muitos anos a esta parte, doentio e de maus ares, pelo que certos meses de verão, a mais da gente que pode se vai viver a outras terras e a suas quintas, quem as tem, de maneira que não guarda nela senão algũa gente da mais pobre e alguns cónegos e outros clérigos pêra serviço da igreja. Esta foi a causa por que alguns bispos trabalharam mudar a sé e cabido pêra Farão, lugar marítimo e sadio”. “...duvidei passar adiante e entrar em ùa cidade tão alheia do que fora, quam indigna do que é: levantam-se aldeas em cidades grandes, abaixam-se cidades em aldeas pobres e têm fim as soberbas monarquias...” Joaquim Romero Magalhães e Manuel Viegas Guerreiro – *Duas Descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, 1983, p. 44 e p. 153, respectivamente.*

³⁹ “A cidade de Tavira, sem algũa dúvida, é, ao presente, e foi sempre a principal de todo o reino do Algarve...” Joaquim Romero Magalhães e Manuel Viegas Guerreiro – *Duas Descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, 1983, p. 49.

⁴⁰ “Dos muros á dentro desta Çidade avera áo presente como 100 vezinhos, E isto por estarem as cazas aruinadas do dano q/ lhe fizeraõ os ingrezes...” Lívio da Costa Guedes – *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A “Descrição” de Alexandre Massaii (1621)*, Lisboa : Arquivo Histórico Militar, 1988, p. 107.



Para além disso fontes documentais atestam a destruição da Sé, da igreja da Misericórdia, de sete ermidas, dos mosteiros de São Francisco e Nossa Senhora da Assunção, tendo chegado os ingleses até às freguesias rurais de que se dá a título de exemplo o “...*lugar de Estoi (...) também foi saqueado dos ingleses hereges e a igreja mal tratada...*” ou Conceição, “...*esta foi queimada e roubada dos mesmos hereges...*”⁴¹.

Como reacção às investidas espanholas, o aglomerado urbano moderno ficaria fisicamente circunscrito com a construção da, comumente designada, cerca seiscentista (c. 1660)⁴², que previu no seu interior a inclusão das comunidades religiosas outrora implantadas na periferia⁴³.

Com o terramoto de 1755 a cidade sofreu algumas modificações. As *Memórias Paroquiais* testemunham a destruição: “...*padeceo esta Cidade huã total ruína em todos os seus edifícios, e cazas: teem se reedificado a maior parte delles, e se vão continuando em reedificar, e reparar...*” (...) “*Toda ella [freguesia de São Pedro] padeceo por occasião deste mesmo terramoto, ruína notabilissima em seus templos, e edifícios, que ainda em muita pouca parte se acham restituídos, posto que muito se cuida no seo reparo.*”⁴⁴.

Personalidade fundamental na reconstrução da cidade e redefinição do espaço urbano foi D. Francisco Gomes do Avelar, bispo da diocese algarvia, cuja formação erudita muito contribuiu para fazer de Faro um dos principais focos de iniciação do neoclássico em Portugal, ao recrutar o arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri, mais

⁴¹ Nuno Beja – “Informação que o bispo do Algarve Dom Fernando Martins Mascarenhas envia ao santíssimo Padre Nosso Senhor Clemente VIII do estado da sua igreja no ano de 1598”. *Anais do Município de Faro.*, n.º XXIX/XXX, Faro : Câmara Municipal de Faro, 2001, pp. 211-229.

⁴² Francisco Lameira – *A Cerca Seiscentista de Faro*. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1996. (desdobrável)

⁴³ Tânia Rodrigues – *A Ermida de São Sebastião de Faro*. Tese de Licenciatura em Património Cultural. Universidade do Algarve, 2003. (policopiado).

⁴⁴ António Salustiano Brito – “Memórias Paroquiais da cidade de Faro”. *Anais do Município de Faro*, n.º XVII, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1987, pp. 49 e 54, respectivamente.

tarde a trabalhar na corte⁴⁵. Consciente da importância da sede do seu bispado e do seu valor histórico, empreendeu a reconstrução de vários edifícios em Faro⁴⁶, entre os quais o antigo paço episcopal, ampliado e adaptado a seminário. Esta intervenção contribuiu para a redefinição do largo da Sé, a qual se tinha iniciado com a construção o primeiro paço episcopal (1580-1585). De igual modo, não se pode esquecer o importante contributo dado pelo bispo D. Frei Lourenço de Santa Maria (1752-1783) que “...mandou reedificar o Paço Episcopal e remodelar o terreiro da Sé, a que deu nova forma, comprando muitas casas que o ocupavam, para o desobstruir e alargar...”⁴⁷.

O Arco da Vila é outra das intervenções de D. Francisco Gomes do Avelar. A construção de uma entrada monumental correspondente à primitiva entrada medieval da vila foi entendida, por Horta Correia, como uma sacralização do antigo núcleo episcopal ossónobense⁴⁸. Ou ainda a reformulação da fachada da igreja da Misericórdia e a construção de um novo hospital, sobre o antigo, anexo a esta, para o que se comprou “...o terreno e casebres juntos”⁴⁹. Esta dupla intervenção, em conjunto com a anterior, contribuiu para uma imagem de maior monumentalidade da antiga Praça da Rainha, definida na época de D. Manuel.

Faro era então no final do século XVIII a mais importante cidade do Algarve. Dividida em duas freguesias – Santa Maria e São Pedro – na sequência da transferência da sede de bispado, a cidade prosperava já desde finais da época medieval. Como vimos, os vestígios quinhentistas, hoje identificados, determinaram uma área urbana considerável. Área consolidada nos séculos subsequentes mas simultaneamente

⁴⁵ José-Augusto França – “O Palácio Real da Ajuda”. *História da Arte em Portugal – O Pombalismo e o Romantismo*. Lisboa : Presença , 2004, pp. 44-51.

⁴⁶ J. E. Horta Correia – “O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”. *Anais do Município de Faro*, n.º XXVI, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1996, pp. 85-118.

⁴⁷ Marcos Blanch Diniz – “Arquitectura Civil em Faro após o terramoto de 1755”. *Anais do Município de Faro*, n.º X, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1980, p. 73.

⁴⁸ J. E. Horta Correia – “O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”. *Anais do Município de Faro*, n.º XXVI, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1996, pp. 85-118.

⁴⁹ *Memória do 1º congresso das Obra Cathólicas do Algarve em Homenagem ao Sr. Dom Gomes do Avelar no 1º centenário do seu falecimento (1816-1916)*. Faro : Typ. União, 1916, pp. 130-138.

delimitada pela estrutura militar abaluartada setecentista que incluiu vastas zonas baldias de expansão. A importância desta estrutura atribuiu-lhe carácter de transição entre o urbano e o rural⁵⁰ e no seu interior expandiu-se a cidade e construíram-se os mais importantes edifícios religiosos que hoje temos. Conventos, colégios, igrejas e/ou igrejas de ordens terceiras, paços, que prosperaram durante toda a época moderna, criaram novos pólos dinamizadores – a rua no enfiamento da igreja conventual dos Capuchos, os largos das igrejas de São Pedro e do Carmo, a zona envolvente ao colégio jesuíta e o largo da igreja de Nossa Senhora do Pé da Cruz, o paço episcopal e o largo da Sé – do desenvolvimento urbano fareense e destacaram-se na imagem da cidade neste final de século. A centralidade, entretanto “descentralizada”, fora por fim restituída à baixa da cidade por D. Francisco Gomes do Avelar na transição para o século XIX. Entre edifícios religiosos e edifícios civis de arquitectura nobre proliferava a arquitectura corrente cuja não singularidade condenou ao seu, quase total, desaparecimento neste último meio século.

⁵⁰ Veja-se o já referido papel de prancheta n.º 28 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d’Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872, onde tudo é campo fora dos limites do que resta desta cintura abaluartada. Veja-se também um testamento de 1746 parcialmente transcrito por Horta Correia onde surge como muros da cidade: “...*Francisco Ribeiro* «...hortelão de horta chamada dos cães intramuros desta cidade...»” José Eduardo Horta Correia – “A Torre da Horta dos Cães”. *Monumentos*, n.º 24, Lisboa : Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Março de 2006, p. 108.

PARTE II

1. AS FONTES

1.1 O documento nuclear do estudo

A base inicial desta investigação e estudo foi um documento de arquivo relativo à cidade de Faro, produzido nos finais do Antigo Regime pelo senado da câmara, instituição responsável pela gestão do espaço público do concelho. O *Tombo dos bens do Concelho da Cidade de Faro. Medição e demarcação dos Prédios Urbanos da Cidade*, como se intitula, é o documento ao qual nos referimos. A análise desta *fonte* permitiu-nos estudar um tema na realidade ainda hoje pouco investigado: as tipologias arquitectónicas da casa corrente no final do século XVIII. Este documento, pelo detalhe e riqueza de conteúdos e pela amplitude de estudo que possibilita, constituiu o fio condutor da investigação que desenvolvemos com o intuito de contribuir para o aprofundamento desta temática.

Em 1744, uma ordem régia de D. João V, instituiu a criação de tombos específicos por concelhos. Visava-se o retorno de todos os bens que andavam alheados. O registo iria permitir a compilação das faltas reorganizando a gestão de cada concelho.

O desfasamento temporal, de cinquenta anos, entre esta ordem régia e a execução do tombo que constitui a base deste estudo leva-nos a crer que, em Faro, não se deu execução a esta ordem. Não só por se desconhecer a existência de um documento com as mesmas características deste mas principalmente porque o tombo de 1794 faz referência a um designado «tombo velho» que apurámos datar dos anos oitenta do século XVII⁵¹.

⁵¹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1(1794/1796), fólhos 346 v.º - 348 v.º. Por exemplo: “...ainda conserva o poço com o bocal de pedra declarado no tombo velho”.

Sabemos, também pelo próprio documento, ter sido o alvará de 23 de Julho de 1766, parcialmente transcrito nos fólios 2 ao 6, que determinou a sua realização⁵².

Pretendia-se combater o abuso praticado pelas câmaras na gestão dos baldios, o que muitas vezes resultava no seu parcelamento quando aforados ou mesmo na sua usurpação demasiadas vezes facilitada pela evidente má gestão. Assim, e na sequência da ordem dada por D. João V em 1744, o referido alvará de 23 de Julho de 1766 vem regular essas medidas⁵³, como consta na acta da sessão camarária de 7 de Maio de 1794. Nesta reunião ficou estipulado proceder-se à abertura e execução de um tomo onde fossem registados todos os bens imóveis do concelho de Faro.

O documento integra o acervo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Faro que se encontra hoje depositado nas instalações do Arquivo Distrital de Faro. Corresponde ao primeiro de um grupo de quatro livros com a cota: ADF/AHCMF – Serie: D/A.2 – *Tombos dos Foros e Bens do Concelho, dos Prédios Urbanos e Rústicos, 1794-1822*. 4 Livros. Dois dos quais dedicados à área urbana e outros dois dedicados à área rural. No caso do primeiro conjunto de dois livros tivemos oportunidade de constatar, após consulta, que se trata de um original e da sua cópia e como tal a nossa atenção centrou-se no documento catalogado como o n.º1 -1794/1796.

Este livro é um documento com mais de 525 páginas numeradas e rubricadas e reúne a totalidade dos *prédios*⁵⁴ urbanos do concelho que, aforados ao longo dos tempos, chegaram ao ano de 1794. No decorrer da dita sessão camarária de 7 Maio foram nomeados os responsáveis por executar esta tarefa: o juiz de fora Francisco José

⁵² “Antecedido pela legislação joanina de 1744, o alvará pombalino de 23 de 1766 pretendeu evitar o processo de privatização dos maninhos e o seu aforamento indiscriminado pelas câmaras....”. Nuno Monteiro – “O Espaço Político e Social Local. As Câmaras no Equilíbrio dos Poderes: Funções Sociais e Dinâmicas Locais”. César Oliveira (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa, 1996, p. 129.

⁵³ M.^a Margarida Sobral Neto – “Uma Provisão sobre Foros e Baldios: Problemas referentes a terras de «logradouro comum» na Região de Coimbra, no século XVIII”. *Revista de História Económica e Social*, n.º 14, Livraria Sá da Costa Editora : Lisboa, pp. 91-99.

⁵⁴ “Qualquer propriedade imóvel, rural ou urbana, construída ou não.” Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa : Presença. 2005.

de Miranda Duarte, o procurador do concelho Joaquim Ramalho Ortigão (como procurador do tombo), Belchior dos Reys e José Rodrigues Correa como louvados⁵⁵, os mestres João de Deos e Guilherme Jozé Pragana como medidores e o escrivão do geral Manoel Joaquim Barbosa por impedimento do escrivão da câmara.

A operação em causa consistia, como dissemos, na revisão de um documento análogo dos anos oitenta do século anterior que deveria ser coadjuvada com a actuação no terreno dos funcionários nomeados para o cumprimento desta tarefa que, como veremos, se prolongou por cerca de oito meses e meio⁵⁶.

Os nomeados procederam à abertura do tombo decorridos praticamente três meses da referida sessão camarária, a 6 de Agosto “...em casas de residência do Doutor Juiz de Fora...”⁵⁷, declarando na folha de rosto deste livro que o documento se designaria por *Tombo dos bens do Concelho da Cidade de Faro. Medição e demarcação dos Prédios Urbanos da Cidade* e após transcrição do alvará de 23 de Julho, perante o juiz de fora prestaram e assinaram juramento.

Os actos aqui referidos e no tombo registados por esta sequência culminaram com o não menos importante “auto de medição da corda”. A corda constituiu um utensílio fundamental para o levantamento das dimensões dos *prédios* referentes a cada registo. Uma vez que desta dependia a veracidade dos dados a registar a corda é mais do que uma aparente ferramenta de trabalho e como tal o auto da sua medição, aqui registado, constituiu um acto igualmente oficial e assim sendo na presença de todos os nomeados “...o ditto Ministro mandou vir a corda...”⁵⁸.

⁵⁵ “Indivíduo nomeado especialmente para, com outros, em condições idênticas, avaliar e examinar qualquer coisa e dar o seu laudo ou informação”. José Pedro Machado (coord.) – “Louvado”. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol. III, Lisboa : Alfa, 1991, p. 616.

⁵⁶ Período de tempo do qual se exclui o último registo. Trata-se de um foro posteriormente acrescentado como a data de 12 Julho de 1796.

⁵⁷ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), folha de rosto do documento.

⁵⁸ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólio 10.

Criadas que estavam as condições que deram resolução ao alvará de 1766, o trabalho de campo iniciou-se a 9 de Agosto de 1794 e terminou a 23 de Abril do ano seguinte convertendo-se em 480 páginas que compõem o corpo deste documento.

Os funcionários deram por encerrada a tarefa com o “ auto de exame e averiguação”. Depois de finalizada a examinação do «tombo velho» acompanhada do trabalho de campo diário, concluíram que algumas casas encontravam-se à data desanexadas e/ou alienadas e que alguns emprazamentos se extinguiram por os respectivos *prédios* se terem convertido em rua ou outro espaço público, mas principalmente por voltarem a constituir terreno baldio.

Estas breves conclusões estavam na verdade associadas a um propósito mais importante que se prendia com o objectivo para o qual este tombo tinha sido aberto. O seu carácter de instrumento de gestão, associado à necessidade de existir um controlo apertado na cobrança do foro correspondente a cada bem imóvel do concelho, conduziu e justificou o cuidado com que esta tarefa foi diariamente desenvolvida. O que muito veio contribuir para o nosso estudo.

O resultado do trabalho apresenta-se metodicamente compilado, respeitando uma cronologia, correspondendo quase sempre a um registo por cada dia de trabalho.

Cada registo compõe-se de duas partes distintas: o «Auto de Visitação» e o(s) respectivo(s) «Termo(s) de Reconhecimento» que podem variar em número. As duas designações são, em si, esclarecedoras dos conteúdos de cada uma das partes. Passamos a explicá-las separadamente para que se compreenda a importância do documento no estudo a que nos propusemos.

O «Auto de Visitação» é basicamente o texto que resulta da vistoria realizada a cada *prédio* aforado. O documento indicia a prática de uma revisão dos registos antigos do tombo velho sendo este, como já referimos, o ponto de partida para a actualização

deste instrumento de gestão dos bens imóveis do concelho. Por conseguinte o «Termo de Reconhecimento» é a redacção do texto que as partes assinam – os funcionários da câmara responsáveis por esta tarefa, como representantes do senhorio, e os demais visados, como enfiteutas, em sinal de concordância de ambas as partes sobre a vistoria realizada e o auto produzido. Sempre que existia mais do que um possuidor de casas edificadas num determinado bem aforado era no respectivo termo de reconhecimento que surgia descrito o imóvel, as suas respectivas dimensões e confrontações. Este facto torna o grande número de registos no termo de reconhecimento tão importantes como o próprio auto da visita.

A primeira parte do documento respeita um esquema tipificado de redacção dos dados que focam, de forma sistemática, vários elementos. Para simplificar a explicação de cada uma das partes que compõem o texto do auto da visita decidimos classificá-los quanto ao seu conteúdo, constituindo esta uma questão meramente prática na explicação da estrutura do registo e por conseguinte sem nenhum vínculo ao documento original. Assim foram identificados de uma forma sequencial os seguintes campos informativos: data; localização do prédio; identificação do(s) foreiro(s); identificação do(s) possuidor(s); descrição; medições; confrontações e por fim quase sempre surgem algumas observações que por uma razão de esclarecimento ou de corroboração das demais informações os funcionários sentiram a necessidade de registar.

A **data** inscrita em cada registo corresponde ao dia em que o auto e respectivos termos de reconhecimento de cada visita realizada foram assinados por ambas as partes. O primeiro registo é de um sábado – 9 de Agosto de 1794 – relatando a visita a umas moradas de casas pertencentes a Amaro de Santa Teresa e sua mulher Catarina da Conceição e de José Rodrigues do Ó e sua mulher Flora Maria, localizadas “...no sitio

*do adro de São Pedro ao Pé do Poço...*⁵⁹. O último registo é da quinta-feira de 23 de Abril do ano seguinte que relata a visita às próprias casas da câmara, localizadas no “...*adro da Sé e casas da câmara...*”⁶⁰ o que perfaz um total de oito meses e meio de trabalho de campo, com duas interrupções em Dezembro e Março/Abril, respectivamente. Estes registos redigiram-se a um ritmo quase constante de um por dia de segunda a sábado, no mês de Agosto, situação que não aconteceu nos meses seguintes. De facto em Setembro só não existem registos nos dias 8, 14 e 29. Outubro e Novembro foram igualmente meses preenchidos. Já Dezembro só tem registo até ao dia 13 retomando-se a actividade a 7 de Janeiro de 1795 até 13 de Março com a segunda interrupção até 14 de Abril, salvo dia 31 que aponta um registo. Até ao dia 23 redigiram-se e assinaram-se os últimos autos e respectivos termos de reconhecimento.

O registo de 12 de Julho do ano de 1796 é um aditamento. O foreiro é o capitão-mor Belchior da Costa Correia Rebelo e sua mulher D. Maria Antónia Arouca de Gusmão que pagavam 120 réis de foro por um terreno que serviria de quintal, localizado por trás das suas casas próximas da ermida de Nossa Senhora do Pé da Cruz.

Quando acontecia determinado *prédio* ser constituído por um grande número de moradas de casas correspondente a um igualmente significativo número de possuidores as vistorias prolongavam-se naturalmente para o dia seguinte. É o caso da visita, realizada nos dias 22 e 23 de Agosto de 1794, ao *prédio* de José Ferreira e Maria Mimosa sua mulher que, de Joaquim José (pai e sogro, respectivamente, dos citados foreiros), herdaram um aforamento com vinte e um possuidores, correspondente a um quarteirão na zona norte da cidade⁶¹.

⁵⁹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólio 10 v.º.

⁶⁰ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólio 488 v.º.

⁶¹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólio 39 a 59.

A **localização** corresponde à denominação da rua, travessa, praça, largo ou lugar onde se encontrava o *prédio*. Esta designação surge com maior ou menor detalhe, respeitando uma designação corrente ou acrescida de referências consideradas necessárias na época. Veja-se o caso da morada de casas nobre de José da Fonseca Lisboa e D. Bazília Máxima Benedita Kruse localizadas “...no sitio da porta da vila adentro chamada de senhora do repouso...”⁶² ou de um terreno que, à data, contava já com várias moradas de casas e que se localizava “...no sítio das valas das alcaçarias...”⁶³ pertencente a Sebastião Vás de Matos. Em alguns casos o escrivão anotava a designação actual de determinada rua como também o nome antigo da mesma, como verificámos acontecer no actual largo do Pé da Cruz e rua com o mesmo nome, respectivamente. As casas do moleiro José Fernandes Ruivos e sua mulher Luísa da Conceição localizavam-se “...no sítio do poço dos cântaros hoje do pé da cruz...”⁶⁴ e a morada de casas de Lourenço José Mascarenhas localizava-se “...na rua a que hoje chamam do pé da cruz...”⁶⁵.

A **identificação do(s) foreiro(s)** corresponde à enumeração das pessoas que contrataram o prazo ou o receberam por herança. Por norma surge primeiro o nome do homem seguido da sua profissão e depois o nome da mulher seguido do grau de parentesco desta como o primeiro nomeado. A maioria das vezes são pessoas da mesma família com graus de parentesco marido/mulher ou pais/filhos, mas pode acontecer haver mais do que um par de foreiros sem parentesco entre ambos, muito embora este tipo de contrato não o permitisse.

⁶² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólio 474.

⁶³ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólio 175 v.º. Corresponde à actual rua Bernardino Passos.

⁶⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólio 137 v.º.

⁶⁵ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólio 124 v.º.

A **identificação do(s) possuidor(s)** é uma situação que surge quando existem possuidores de casas edificadas no *prédio* aforado. A informação surge neste campo com a mesma sequência que no anterior, com a diferença de que em cada auto de visitação pode surgir mais do que um possuidor. Isto quer dizer que apesar do foro ser pago por uma pessoa ou casal na prática o seu valor pode, ou não, encontrar-se repartido pelos diferentes possuidores de moradas edificadas no *prédio* em questão. Esta é uma situação algo recorrente nos contratos com o senado embora, como veremos, este tipo de instrumento contratual não permitisse a subdivisão.

O campo da **descrição** apresenta-se obviamente de carácter mais expositivo assentando tudo quanto os funcionários consideraram importante de registo no que se refere ao *prédio* aforado e no que nele está edificado. É frequente esta parte do auto iniciar-se com uma comparação do estado actual do *prédio* ao que é referido nos registos antigos. Recorrem a frase breves como “... *um chão hoje reduzido a* [um, dois, três] *moradas de casas...*” ou “...*um quintal hoje reduzido a ...*”. A descrição é realizada do geral para o particular e do exterior para o interior. Acontece algumas vezes ser muito sucinta por simplesmente se tratar de um terreno sem construção. Mas, quando esta existe, fazem uma descrição geral do imóvel e só depois referem pormenores como o número de pisos e o número de casas que compõem a morada e/ou o tipo de cobertura que tem, embora esta questão nem sempre seja especificada.

A questão da **dimensão** do *prédio* está relacionada com o controlo sobre a área que o foreiro está a usufruir. Para tal é necessário recorrer à corda, utensílio cuja importância já anteriormente se aludiu, de forma a confirmar que o espaço usado pelo foreiro corresponde à área contratada respeitando desta maneira o valor do foro. Esta medição corresponde somente ao perímetro total do *prédio*. Aqui podem dar-se duas situações: ou se trata de um foro com um único foreiro (sem possuidores de morada de

casas edificadas no *prédio* em questão) sendo neste caso efectuada uma medição simples ou se, por outro lado, o *prédio* tiver um ou mais possuidores de morada de casas a medição processa-se do geral para o particular. Quer isto dizer que os medidores procediam em primeiro lugar ao levantamento do perímetro do *prédio* e depois ao levantamento dos perímetros das construções de cada um dos possuidores. Regra geral iniciava-se esta tarefa pela morada de casas do foreiro, caso existisse.

Segue-se a enumeração das **confrontações** físicas. Primeiro são referidas as ruas e depois as pessoas que tinham casas ou terrenos confrontantes com o que estava a ser vistoriado. Mais uma vez no caso de haver vários possuidores seguia-se o mesmo processo parcela a parcela, embora esta informação apareça descrita não no auto mas no termo de reconhecimento correspondente à parcela de cada um dos possuidores.

Concluía os funcionários com algumas observações de carácter meramente informativo que por vezes facilitam a compreensão deste documento e a transformação deste texto em planta.

Assim a análise deste tomo, que resultara da revisão e actualização de um referido «tomo velho», é composto por 172 registos de *prédios* aforados os quais resultaram na identificação de 363 moradas de casas. Verifica-se que cerca de 62% dos registos referem-se a *prédios* com duas ou mais moradas de casas e os restantes 38% são referentes aos *prédios* com morada de casa única e/ou os não edificados.

1.2. Potencialidades e limitações

O estudo e caracterização da habitação corrente é um tema pouco estudado. Num núcleo urbano como a cidade de Faro, cuja importância aumentou desde o século XVI, conseguir estudar exemplares existentes deste período, nas suas características originais, constitui tarefa difícil. A escassez desses exemplares está associada às

profundas alterações do espaço construído, ainda que este respeite as áreas de implantação originais. Por outro lado, a carência de documentação e fontes de arquivo que refiram ou descrevam o edificado veio conseqüentemente valorizar este tomo, o qual transformámos na principal fonte do nosso estudo.

Estamos conscientes de que no estudo de tipologias produzimos uma imagem segmentada de uma realidade maior com a escala da cidade. No entanto, salvaguardando as devidas distâncias por se tratar de um instrumento de gestão e controlo relacionado com a cobrança de foros, acreditamos ser importante demonstrar que a interpretação dos dados recolhidos neste tomo podem dar um contributo inovador e importante para o estudo desta temática. Estamos também cientes de que este tema não se esgota aqui e que não só poderá, como deverá, ser completado e consolidado, quer com outras fontes que se venham a identificar, quer também com futuros estudos que virão certamente a ser desenvolvidos.

O valor incomparável deste manancial, que procuramos analisar o mais minuciosamente possível, possibilitou-nos também a compreensão de uma realidade mais abrangente. Permitiu-nos conhecer a situação em que se encontrava a actuação do senado na gestão dos seus bens imóveis; localizar a maioria dos *prédios* aforados (construídos ou não), identificando por conseguinte a extensão da área de implantação e a distribuição dos mesmos; compreender os antecedentes destes espaços e assinalar, ainda que em traços largos, as suas transformações e evolução morfológica; estudar tipologias do edificado e identificar os diferentes tipos de arquitectura corrente deste período. E, embora não a possamos tratar neste sentido, cabe ainda referir a mais valia desta fonte para estudos de carácter social ou económico⁶⁶.

⁶⁶ Se compararmos o tomo da câmara com um tomo contemporâneo existente nos arquivos da Santa Casa da Misericórdia de Faro rapidamente concluímos que, apesar de responderem à mesma função, uma grande diferença ao nível dos conteúdos os separa. No tomo da câmara estamos de facto perante um documento de excepcional valor, para a história da cidade, no que se refere ao detalhe dos registos.

Às necessidades de povoamento, de gestão do meio rural, quase sempre associado ao amanho de terras ou a outras actividades industriais anexas às agrícolas, vieram responder os contratos de aforamento⁶⁷, sendo tardia a sua aplicação no domínio urbano cujo solo em parcelas consiste no bem aforado.

Os aforamentos do concelho que deram origem ao tombo dos *prédios* urbanos de Faro, eram todos enfiteúticos, com laudémio⁶⁸ (“...*da quarentena ou quarenta...*”) a pagar-se no dia de Santa Iria. Este tipo de emprazamento constituía um mecanismo eficaz na rentabilização da propriedade do concelho permitindo simultaneamente uma gestão do desenvolvimento urbano controlado e o facto de ser perpétuo resultava numa ocupação constante do solo. Estava garantido o pleno domínio da Câmara sobre o chão e estavam expressamente proibidos o desmembramento, a venda e a alienação do mesmo ou o sub-emprazamento, exceptuando-se caso fosse autorizado pelo senado⁶⁹. Estas proibições preveniam principalmente a impossibilidade de fraccionamento da propriedade, mas não necessariamente o do foro. Constantemente se registam foros cujo valor a pagar era repartido por diferentes possuidores.

Este tipo de aforamento garantia, de certa forma, um rendimento ao senado sobre os terrenos aforados, mediante fiscalização apertada, pois que facilmente os

⁶⁷ Um aforamento (emprazamento ou prazo) consiste basicamente num contrato através do qual o dono de determinado bem, na qualidade de senhorio ou senhor, concede o domínio útil do mesmo salvaguardando para si o domínio directo. Ao indivíduo, na qualidade de foreiro, a quem é atribuído o domínio útil do bem compete o pagamento anual de uma quantia entretanto estabelecida a que se dá a denominação de foro. A origem deste tipo de contrato vem da antiguidade mas só muito mais tarde passou a ser aplicado ao domínio urbano. Tem dois meios distintos de ser aplicado: ou através de um prazo enfiteútico ou seja perpétuo, ou através de um prazo por vidas. O prazo perpétuo dado a sua condição de definitivo permitia a quem o detinha uma maior segurança na gestão e rentabilização do bem aforado. Sendo perpétuo, o senhorio deixava de poder reclamar para si o bem a qualquer altura. Apenas se o foreiro não deixasse herdeiros (descendentes ou ascendentes) ou quaisquer outras pessoas por si nomeadas é que o domínio útil voltava a pertencer ao senhorio que o podia então aforar novamente. No caso de um prazo por vidas ou de nomeação a diferença reside, como a própria designação sugere, na condição de uma duração limitada normalmente de 3 vidas, período ao fim do qual o contrato aspirava. Ver José Ferrão Afonso – *A Rua das Flores no Século XVI. Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Porto : FAUP Edições, 2000, p.44.

⁶⁸ “*Pensão que se paga ao senhorio directo de qualquer prédio aforado, quando o foreiro aliena todo ou parte do prazo, por titulo oneroso...*” in A. H. de Oliveira Marques – “Laudémio” in *Dicionário de História de Portugal*. (dir. Joel Serrão) Porto : Iniciativas Editoriais, 1979, vol. III, pp. 439-440.

⁶⁹ Como aconteceu com apenas um registo de aforamento neste tombo.

foreiros invocavam o desconhecimento de foro no acto de aquisição da propriedade para justificar a falta de pagamento⁷⁰. Por sua vez este tipo de emprazamento dava ao foreiro a garantia de que o seu investimento na propriedade manter-se-ia na sua posse e dos seus herdeiros, uma vez que se tratava de um aforamento perpétuo.

Em finais do século XVIII o senado detinha uma considerável importância no desenvolvimento urbano de Faro. Mas o alvará de 23 de Julho de 1766 veio confirmar, mediante a execução deste tomo, que a gestão dos bens imóveis do concelho estava a ser descuidada. A cobrança dos foros, ainda que de baixo custo⁷¹, não estava devidamente acautelada e o edificado, como veremos, parece ter sofrido significativa transformação no decorrer desse último século.

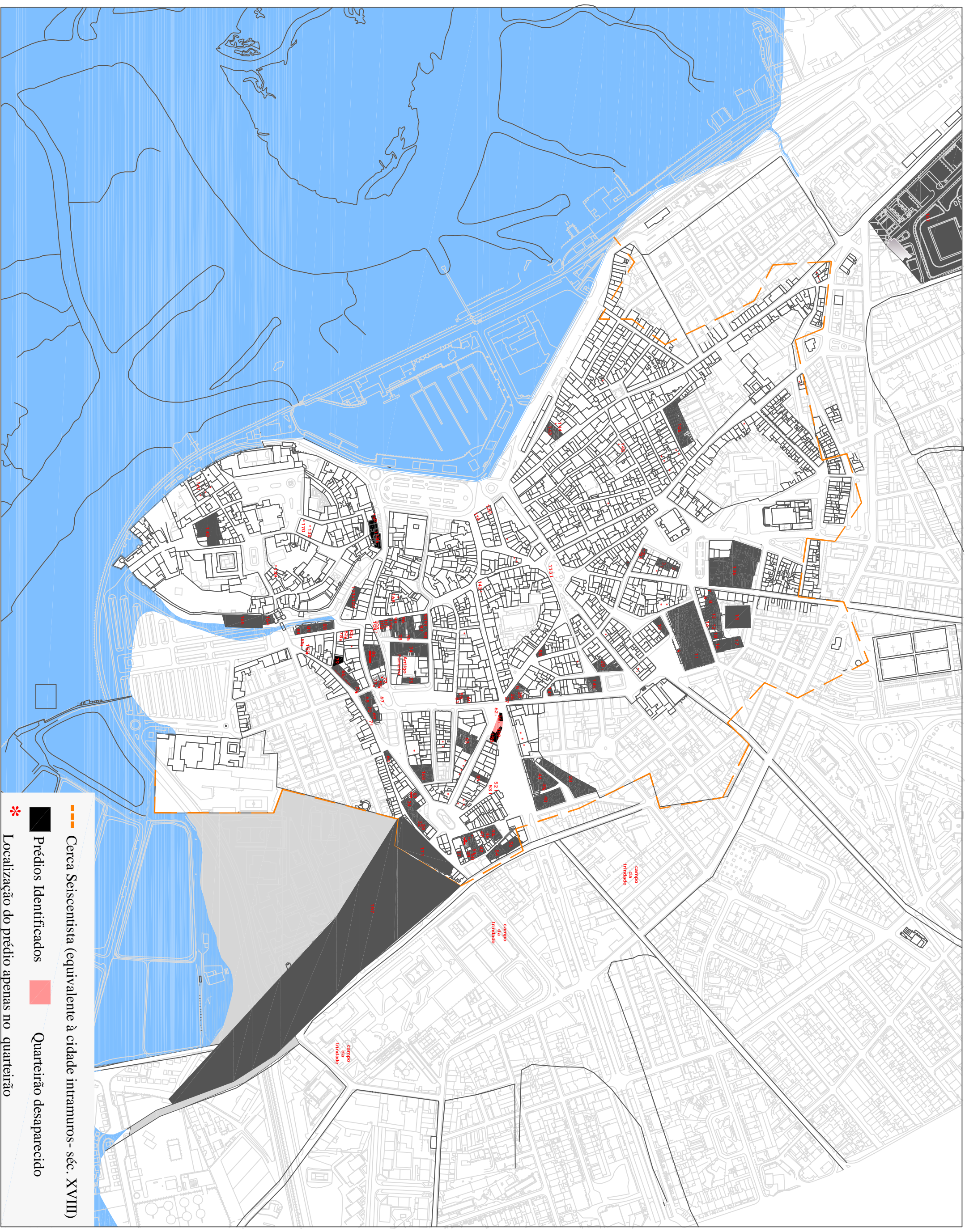
Como instrumento de gestão dos bens imóveis do concelho, a análise dos dados que este tomo permite criar são apenas referentes a áreas específicas, o que não nos dá uma leitura geral do espaço construído. No entanto, através da sequência com que os autos de visitação foram redigidos podemos identificar a área que o senado geria por meio destes emprazamentos.

A existência de um tomo da Santa Casa da Miseric rdia⁷² (1784), semelhante ao tomo do senado (1794), permite especular quanto às áreas em que outras entidades poderiam deter também o domínio directo de solo urbano em Faro. E a compara o da toponímia referida em ambos os documentos leva-nos a concluir por áreas de gestão do espaço urbano distintas, como teremos oportunidade de demonstrar.

⁷⁰ Consta do Auto de Exame e Averigua o registado neste tomo que parte dos foros não estavam a ser pagos.

⁷¹ é bastante significativa a diferença de valores praticados pelo senado e pela Santa Casa da Misericórdia. Os valores cobrados pelo senado estimavam-se entre os 10 réis e os 1650 réis, muito embora este último valor fosse o único acima dos 960 réis. A maioria, no entanto, situava-se entre os 10 e os 200 réis. Em 52 foros da Misericórdia apenas 6 correspondiam a valores abaixo dos 400 réis sendo o mais elevado de 15000 réis.

⁷² “*Este livro hade servir para nelle se descreverem, emventariarem as rendas, foros e juro, pertencentes à Caza da Santa Misericordia desta Cidade, Hospital, ...*”, como consta na folha de rosto deste livro, depositado no arquivo da Santa Casa da Misericórdia.



A questão da localização de todos os *prédios* constituiu, na verdade, uma tarefa difícil no decorrer deste estudo, em alguns casos mesmo impossível devido, por vezes, à escassez de referências às quais pudéssemos recorrer para identificar o local exacto de implantação. No entanto, optou-se numa primeira fase por actualizar a toponímia antiga para que em seguida fosse identificada na planta actual e definida a área de gestão concelhia. Foi fonte indispensável uma listagem⁷³ com as designações actualizadas das ruas e respectivas designações antigas e com correspondência às freguesias urbanas.

De facto, este documento é profuso em referências toponímicas, registando-se por vezes designações antigas, situação a que já aludimos anteriormente. Numa segunda etapa foi o cruzamento de elementos como as dimensões e confrontações individuais das parcelas que contribuíram para a localização e identificação dos *prédios* nos eixos viários correspondentes. O conhecimento do perímetro do terreno e das respectivas confrontações físicas facilitou-nos a identificação, na planta actual por correspondência de medidas, das parcelas ainda hoje existentes muitas vezes mais duradouras que o próprio edificado.

O facto deste tombo ser o resultado da revisão do «tombo velho» permitiu compreender que estávamos perante uma área já definida. Podemos, ainda que tenuemente, esboçar uma linha evolutiva das transformações que se foram sucedendo nas áreas de gestão concelhia e concluir que o número de *prédios* construídos aumentou naturalmente no período temporal entre os dois documentos (c.1680 - 1794), transformando zonas de cultivo associadas a uma morada de casas, como os fumeiros, ou simplesmente chão baldios. E hoje, embora não restem as “*moradinhas de casas*” que fragmentaram outrora fumeiros é, em vários casos, possível identificar os seus limites na malha urbana actual (PLANTA 1).

⁷³ Documento composto por cinco paginas, datado de 6 de Março de 1891, pertencente ao Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Faro.

A própria toponímia tem também nesta questão um contributo importante. Designações associadas a ofícios mecânicos e outras actividades profissionais denunciam, não só, uma origem medieval ao mesmo tempo que a junção do termo “nova” à designação seja ela de uma rua ou de uma praça pressupõe uma cronologia mais recente, como também ajuda a identificar zonas da cidade onde se desenvolviam algumas dessas actividades profissionais.

Definir as áreas de gestão do concelho identificando o maior número de *prédios* dá-nos casos de estudo a partir dos quais podemos analisar o edificado. A conjugação dos dados recolhidos nas descrições com as medidas e as confrontações físicas ajudam-nos a estudar estas áreas relativamente à evolução e transformação do edificado. Desde o quarteirão, ao lote e a sua persistência em relação ao edifício, até aos diferentes tipos de morada de casas.

No entanto, quer as descrições quer os levantamentos das dimensões, em varas convertidas para a medida actual, têm tanto de positivo como de limitativo. Não desvalorizando a importância destes campos admitimos, no entanto, que uma medição mais detalhada, não só exterior mas principalmente interior, proporcionaria um estudo de tipologias mais completo. Desde redesenhar os quarteirões com valores reais de espaço construído e espaço não construído, se houvesse a indicação das dimensões dos quintais nas parcelas descritas, até à disposição e orientação do interior das casas de habitação, porque se em alguns casos esta questão é evidente outros há que não o são. Outra das questões que não pudemos contornar deve-se à omissão de descrições exteriores ao nível da composição de fachadas, embora seja possível identificar a frente principal e as traseiras bem como o número de pisos por morada.

1.3. - A questão da propriedade urbana

Esta fonte constitui o elemento impulsor da investigação mas, como já tivemos oportunidade de referir, a sua especificidade reduz os casos de estudo a uma área geográfica específica. Ao conseguir-se localizar actualmente os *prédios* aforados podemos identificar essa área urbana cujo crescimento e desenvolvimento, garantindo uma ocupação constante do solo, o senado da câmara administrava.

Estamos perante um documento que registou os bens do Concelho de Faro cujo tombo, relativo à área urbana, revelará uma zona específica da cidade cuja dimensão não havia sido alterada desde a construção dos edifícios religiosos implantados nos seus limites⁷⁴. Consequentemente esta fonte levanta uma questão que nos parece ser bastante pertinente. Se os bens imóveis da Câmara se restringem a uma parte do conjunto do edificado, como entender o restante espaço? Que outras entidades (com direito de propriedade em Portugal) actuavam em meio urbano através desta ou de outras formas de propriedade?

Esta questão está relacionada com a especificidade do sistema fundiário do Antigo Regime. José Vicente Serrão salienta duas das suas características essenciais: o facto da posse de terras em Portugal estar extremamente concentrada num grupo restrito de entidades⁷⁵ e no facto de existir uma grande discrepância entre quem as detinha e de quem delas tirava sustento⁷⁶. Muito embora se refira à questão da enfiteuse e de outros

⁷⁴ Convento de São Francisco (c.1529) a nascente; Colégio de Santiago Maior dos Jesuítas (c. 1599-1605) a nordeste e Convento de Santo António dos Capuchos (c. 1620) a norte.

⁷⁵ “*Ela encontra-se fundamentalmente na posse de: (i) do rei e da coroa, ou de grandes senhorios institucionais delas dependentes, como a universidade, as ordens militares e as Casas de Bragança, das Rainhas e do Infantado; (ii) de instituições eclesiásticas ou para-eclesiásticas, o chamados «corpos de mão-morta» (mosteiros, conventos, igreja, cabidos, colegiadas, misericórdias, hospitais, confrarias); (iii) dos senhores laicos que compunham a nobreza e fidalguia do país; (iv) dos concelhos ou do «Povos» (expressão ambígua para uma situação ambígua), sob administração das câmaras.*” José Vicente Serrão – “O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução”. José Mattoso (dir.) – *História de Portugal: O Antigo Regime*, vol. 4º, Lisboa : Ed. Estampa, pp.84.

⁷⁶ “*...acentuada dissociação entre a propriedade da terra e a sua exploração directa, que se projectava, ou que era acompanhada, por igual dissociação entre a apropriação do rendimento líquido agrário e a sua produção. Significa isto, simplificando e exagerando um pouco, que quem era proprietário de terras*

tipos de contrato na sua aplicação em zona agrícola, parece-nos possível fazer a ponte com a realidade urbana.

A questão da propriedade da terra em Portugal está longe de ser tão simples como enumerar as entidades que podiam aceder à posse de terras e não cabe tão pouco neste estudo fazê-lo. A nossa ideia é tão-somente, e sem qualquer outra pretensão, enumerar possíveis domínios na área urbana de Faro em finais do século XVIII, de modo a “preencher” os vazios criados pelo tratamento desta documentação. Consideramos a amostragem fornecida pelo tratamento dos dados produzidos pelo tomo da câmara suficientes para concluir resultados satisfatórios no estudo de tipologias. Não deixaremos contudo de contextualizar sucintamente as hipóteses levantadas quanto a outros intervenientes.

Na síntese apresentada por Hélder Adegar Fonseca sobre “*A propriedade da terra em Portugal 1750-1850...*” o autor apresenta-nos os “*Aspectos básicos sobre formas de propriedade da terra no final do Antigo Regime em Portugal*” agrupando-as em «propriedade patrimonial particular» e «propriedade patrimonial pública»⁷⁷. Os bens do Concelho são propriedade pública e o autor salienta que “...*baldios, maninhos e logradouros comuns, embora por vezes entendidos como bens da Coroa, foram progressivamente vistos e tratados como Bens dos Concelhos, cabendo aos municípios a sua administração...*”⁷⁸. É resultado desta administração concelhia o documento que nos faculta a informação para este estudo e não esqueçamos que tem um congénere para área rural ou rústica do concelho e que ambos se apoiam na revisão do tomo velho, que

não as cultivava e que, por seu turno, os agricultores não detinham a propriedade (pelo menos plena) das terras que cultivavam.” José Vicente Serrão – “O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução”. José Mattoso (dir.) – *História de Portugal: O Antigo Regime*, vol. 4º, Lisboa : Ed. Estampa, pp.84.

⁷⁷ Hélder Adegar Fonseca – “A propriedade da terra em Portugal 1750-1850: alguns aspectos para uma síntese”. Fernando Marques da Costa e alli (org.) – *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, Lisboa : Veja, 1989, pp. 213-236.

⁷⁸ Hélder Adegar Fonseca – “A propriedade da terra em Portugal 1750-1850: alguns aspectos para uma síntese”. Fernando Marques da Costa e alli (org.) – *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, Lisboa : Veja, 1989, p. 218.

estamos em crer é o mesmo que Romero Magalhães refere como tendo sido mandado compilar pela Casa da Rainha em 1685 devido às contendas associadas ao usufruto de zonas de pasto comum⁷⁹.

Ainda no conjunto da «propriedade patrimonial pública» integram-se os Bens da Coroa em que muitos “*encontravam-se em regime de doação, perpétua ou vitalícia, mas sempre revogável, e eram usufruídos por senhorios donatários*”⁸⁰ como é o caso da Casa das Rainhas à qual a cidade de Faro pertencia desde o final do século XV. A Misericórdia e respectivo Hospital, como comprova o tomo adiante apresentado tiravam rendimentos de bens imóveis por meio de emprazamentos. Confrarias, igrejas, o colégio dos Jesuítas, a mitra, o cabido e/ou os conventos deteriam igualmente a posse de terras.

Como se caracterizava a posse da terra por estas entidades não cabe aqui descortinar. Mas podemos notar, a título de exemplo, que no caso, dos conventos a enumeração dos seus bens imóveis quando da venda em hasta pública em consequência da extinção das ordens religiosas, não permite apreender efectivamente a dimensão do seu património. O que surge nas listas apresentadas por Silva Lopes na sua *Corografia* (...) ⁸¹ são os seus bens livres. Mas talvez a “*a transferência parcial da propriedade de prédios rústicos da Coroa, através de emprazamentos (título especial), da qual pode ter beneficiado uma malha social que não se restringe aos sectores da fidalguia...*”⁸² pode

⁷⁹ Joaquim Romero Magalhães – *O Algarve Económico 1600-1776*. Lisboa : Editorial Estampa, 1993, p. 167.

⁸⁰ Hélder Adegar Fonseca, “A propriedade da terra em Portugal 1750-1850: alguns aspectos para uma síntese”. Fernando Marques da Costa e alli (org.) – *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*. Lisboa : Veja, 1989, 224.

⁸¹ João Baptista Silva Lopes– *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*. 2º vol., Algarve em Foco Editora : Faro, doc. n.º 13 e doc. n.º 33.

⁸² Hélder Adegar Fonseca, “A propriedade da terra em Portugal 1750-1850: alguns aspectos para uma síntese”. Fernando Marques da Costa e alli (org.) – *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*. Lisboa : Veja, 1989, 224.

porventura justificar os valores dos rendimentos apresentados⁸³. As clarissas do convento de Nossa Senhora da Assunção tinham pouco mais do que uns moinhos, na zona do Bom João, um hospício, cuja localização actualmente se desconhece mas que possivelmente seria no interior da Vila Adentro e umas casas térreas no Largo de São Francisco⁸⁴. Só uma pesquisa de arquivo mais direccionada para cada um dos casos poderia confirmar esta hipótese que aqui se deixa.

No arquivo da Santa Casa da Misericórdia⁸⁵ encontra-se o livro «*H – Tombo dos Foros – 1784*» cuja folha de rosto nos indica que “...*Este livro hade servir para nelle [se] descreverem, emventariarem a rendas, foros e juros, pertencentes, à Caza Santa Mizericórdia desta Cidade, Hospital, (...) Faro, 18 Mayo de 1784.*”. Contam-se apenas cinquenta e dois registos de foros em área urbana de Faro.

O colégio de Santiago Maior da Companhia de Jesus, fundado apenas como casa professa, não podia “...*ter renda alguma...*”⁸⁶, situação que rapidamente se alterou a avaliar pelo Breve papal de Abril de 1613, referido por Silva Lopes⁸⁷. O Bispo D. Fernando Martins Mascarenhas doou aos padres jesuítas, logo nos primeiros anos de seiscentos, algumas propriedades para sua subsistência.⁸⁸ Os frades Marianos, que no

⁸³ Vejam-se os casos dos conventos de S. Francisco e de Santo António dos Capuchos com rendimentos de capelas e “legados pios”. João Baptista Silva Lopes – *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*. 2º vol., Algarve em Foco Editora : Faro, doc. n.º 13.

⁸⁴ Dália Paulo – *O Convento de Nossa Senhora da Assunção: (des)construção da memória*. Dissertação de Mestrado Em História da Arte. Faro : Universidade do Algarve, p. 99. (policopiado)

⁸⁵ *Recenseamento dos Arquivos Locais – Câmaras Municipais e Misericórdias*. Vol. 6 – Distrito de Faro. ANNT : Lisboa, 1997.

⁸⁶ José Carlos Vilhena Mesquita – *O Teatro Lethes*. Direcção Regional do Sul Secretária de Estado da Cultura : Faro, 1988, p. 8. Citando, João Baptista da Silva Lopes – *Memorias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*. Lisboa : Academia Real da Sciencias de Lisboa, 1848, p. 371.

⁸⁷ Que determina os pagamentos que os jesuítas tinham que fazer sobre alguns dos seus bens. José Carlos Vilhena Mesquita – *O Teatro Lethes*. Direcção Regional do Sul Secretária de Estado da Cultura : Faro, 1988, p. 16. Citando João Baptista da Silva Lopes – *Memorias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*. Lisboa : Academia Real da Sciencias de Lisboa, 1848, p. 372.

⁸⁸ “*Em 1606 deu-lhes uma quinta situada fora da cidade junto à ermida de S. Cristóvão, com suas terras e pomar (...). Deu-lhes mais umas terras que chamavam Alagoa, uma herdade conhecida pelo nome de Bela-Salema e outras pequenas propriedades.*” José Carlos Vilhena Mesquita – *O Teatro Lethes*. Direcção Regional do Sul Secretária de Estado da Cultura : Faro, 1988, p. 40. Citando Francisco Rodrigues, S. J. – *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tomo II, vol. I, p.134. Existe ainda hoje, próxima da ermida de São Cristóvão, a Quinta da Carreira, cujo elemento mais antigo – um relógio do sol com a data de 1565 inscrita – está actualmente incrustado entre dois vãos da casa nobre

final do século XVIII ocupavam o colégio, deixado vago pelos jesuítas aquando da extinção da Companhia de Jesus em Portugal (1759), tinham um hospício⁸⁹ na “*rua entre os Fumeiros*”. No interior do quintal deste mesmo hospício, pagavam, em 1794, foro de 20 réis à câmara por um terreno que pertencera ao soldado Gaspar Reis. Tinham uma parcela de terras, com 289 varas de comprimento por 12 varas de largura, no Campo da Trindade, que receberam gratuitas da câmara e que juntaram ao ferragial⁹⁰ que confrontava a poente.

No documento n.º 33 da *Corografia* de Silva Lopes enumerou o autor os imóveis vendidos em hasta pública até 1840. Embora não se refira as respectivas proveniências, identificam-se facilmente as casas conventuais das ordens religiosas entretanto extintas e sabe-se que não eram bens do concelho porque estes só foram desamortizados a partir de 1860⁹¹. E entre edifícios específicos contam-se algumas moradas de casas.

Nem todo o solo urbano teria necessariamente um senhorio directo e um possuidor do domínio útil do mesmo. Existem ainda os proprietários particulares, que podiam ser eclesiásticos, nobres ou comerciantes que podiam ter uma propriedade da terra simplesmente alodial.

Como referimos, não é nossa pretensão nem identificar todos os senhorios de terras em espaço urbano nem tratar cada uma das áreas que eventualmente a sua posse

e que pensamos poder ser a quinta de Carreiras referida no Breve papal de 1613. Relativamente ao relógio de sol ver Francisco Lameira – *Faro Edificações Notáveis*. C.M.F. : Faro, 1995, 2ª ed., p. 88. No que se refere à Alagoa não temos nada que nos indique que possa ser algum terreno no sítio da Alagoa.

⁸⁹ A única propriedade arrolada na Relação dos Bens Nacionaes Situados no Algarve (...). João Baptista Silva Lopes – *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*. 2º vol., Algarve em Foco Editora : Faro, doc. n.º 33.

⁹⁰ Em 1780 o capitão-mor Manoel Mascarenhas de Figueiredo Manoel vende, a “título excepcional” esta propriedade aos frades carmelitas descalços para a construção do seu convento, pois que estavam instalados no antigo colégio jesuíta da cidade. Relativamente à desvinculação desta propriedade do morgadio instituído pelo Desembargador veja-se, José Eduardo Horta Correia – “A Torre da Horta dos Cães”. *Monumentos*. n.º 24, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais : Lisboa, 2006. p. 108.

⁹¹ Helder Adegar Fonseca, “A propriedade da terra em Portugal 1750-1850: alguns aspectos para uma síntese”. COSTA, Fernando Marques da e alli (org.) – *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*. Lisboa : Veja, 1989, 227.

possa configurar. Consideramos ser possível levar a bom porto o nosso estudo a partir do contributo que o Senado da Câmara, enquanto senhorio, nos proporcionou ao compilar este tomo.

1.4 A Localização geográfica dos bens indicados no tomo

Conscientes de que o tratamento dos dados produzidos pelo tomo da câmara constrói uma “imagem” parcial da cidade, mas nem por isso menos fidedigna, optámos por deixar exposto, ainda que em traços gerais, a questão da posse da terra justificando desta forma a não abrangência de todo o núcleo urbano moderno. Pretendeu criar-se um ponto de partida estável para a apresentação e compreensão do que entendemos ser área urbana de gestão concelhia. E é essa área que consideramos agora poder apresentar de forma clara a partir da identificação dos topónimos citados no tomo.

A tentativa de localizar com exactidão os cento e setenta e dois *prédios* urbanos, apesar de constituírem uma parcela modesta no todo do edificado, indicam uma distribuição periférica no núcleo urbano ao concentrar-se em zonas maioritariamente afastadas do núcleo mais antigo e densificado. Embora a identificação e actualização da toponímia tenha sido totalmente bem sucedida, a identificação dos *prédios* isoladamente nem sempre foi possível de concretizar. Pelo que nesta primeira fase procedemos à localização por topónimos dos *prédios* em análise que apresentamos em forma de listagem.

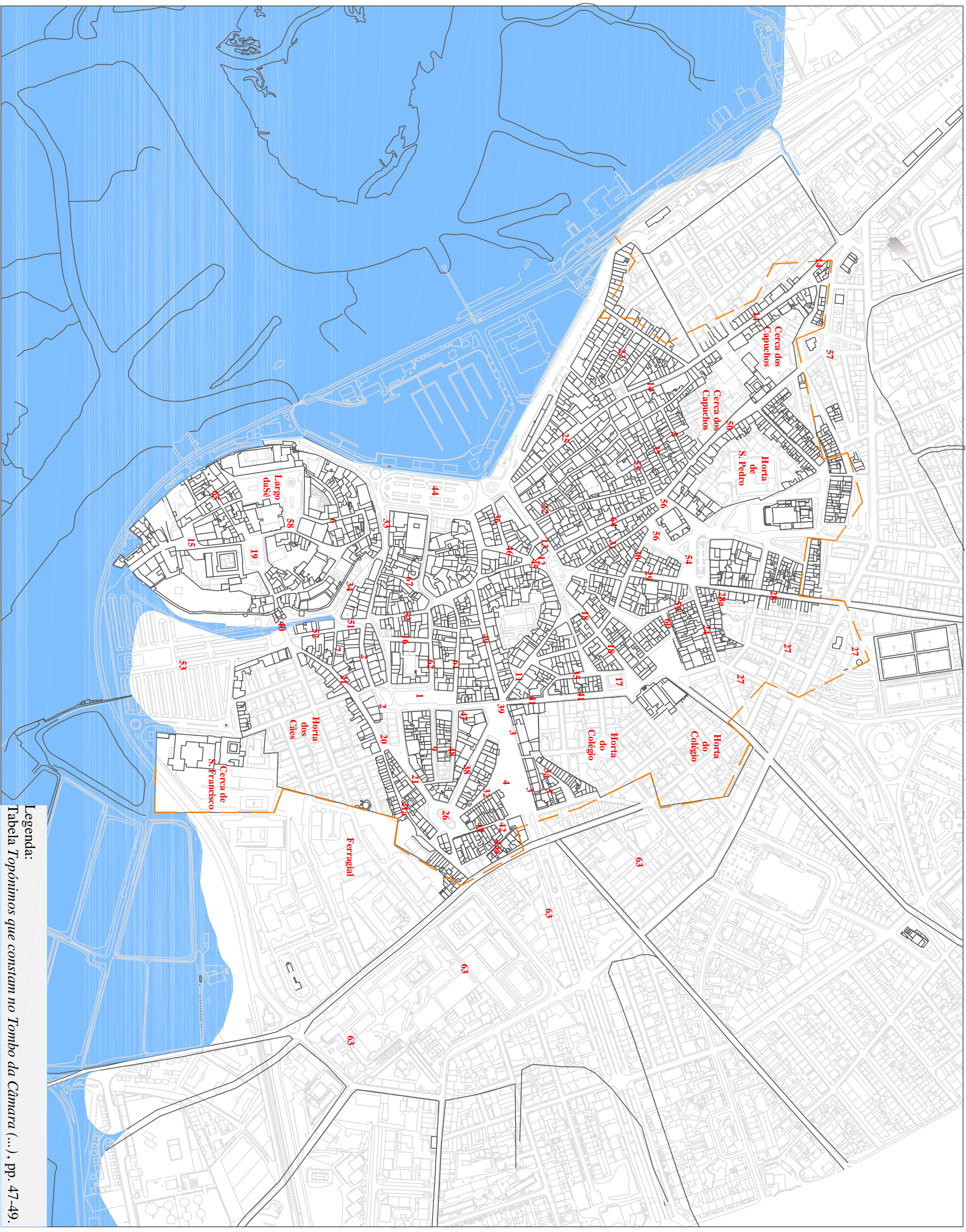
A tabela que agora se apresenta permite compreender a variedade de topónimos para a mesma rua ou largo que acreditamos dever-se ao estado de constante transformação em que a cidade viveu nos séculos XVI, XVII e XVIII. Alguns topónimos usaram-se mesmo para mais do que uma artéria devido à proximidade entre ruas que já tinha nome e outras porque recentes ainda não o tinham e na necessidade de

localizá-las se recorre ao que parece mais óbvio. Considerou-se por bem fazer igualmente constar nesta tabela os topónimos do tombo da misericórdia, embora não permitam maiores conclusões.

Tabela – Topónimos que constam no Tombo da Câmara e no Tombo da Misericórdia
(ver planta correspondente)

Adegas	Rua das	Referido no Tombo da Misericórdia
Alagoa	Largo da (1) Rua da (2) Rua Nova da (2) Sítio da (1)	
Alçaçarias	Rua das (3 e 3a) Sítio das valas das (4) Sítio das (4) Travessa das (5)	Existiam duas ruas com esta designação.
Aljube	Rua do (6)	
Amoreira	Rua da	Referido no Tombo da Misericórdia
Arco	Rua do	Referido no Tombo da Misericórdia. Não identificada (freguesia de São Pedro).
Argel	Rua do (7)	
Baptista Pinto	Rua Nova (8)	Referido no Tombo da Misericórdia. Apenas como "Rua Baptista Pinto".
Barão	Rua do (9)	
Bedel	Rua do (10)	Nome antigo do troço mais a sul da "Rua de São Francisco".
Bousela	Rua do Forno do Rua do (11)	Referido no Tombo da Misericórdia. Apenas como "Rua do Bousela".
Cadeia	Largo da (12) Rua da Rua do Largo da (13)	
Carreira	Rua da (14)	
Castelo	Sítio do Largo do (15)	
Castilho	Rua do (16)	
Chibe	Rua do	Referido no Tombo da Misericórdia
Colégio	Largo do (17) Rua do (18)	
Cónego Afonso Neto	Rua do	Referido no Tombo da Misericórdia. Não identificada.
Convento das Freira	Largo do (19) por detrás do	Referido no Tombo da Misericórdia
Cordoaria	Largo da (20) Rua da (21 e 21a)	Existiam duas ruas com esta designação.
Correio	Rua do	Referido no Tombo da Misericórdia
Correio Velho	Rua do (22)	
Cruz	Rua da (23)	

Cruz das Mestras	Rua da (24)	
Direita	Rua (25)	
Ermida do Pé da Cruz	Largo da (26)	O mesmo que "Largo do Poço dos Cântaros".
Esperança	Campo de Nossa Senhora da (27) Largo da Rua da (28 e 28a) Sítio do Largo da Travessa da	Existiam duas ruas com esta designação. Referida apenas como confrontação.
Estalagem de São Pedro	Rua da (29)	
Estalagem Nova	Rua da Praça Rua da	Referido no Tombo da Misericórdia
Ferradores	Rua dos (30)	
Ferreiros	Rua dos (31)	
Jardim	Rua do	Referido no Tombo da Misericórdia
Juiz da Alfândega	Rua do	Referido no Tombo da Misericórdia. Não identificada
Mau Foro	Rua do (32) Travessa do	
Misericórdia	Rua da (33) Rua do Cemitério da (34)	
Mota	Rua da (35)	
Morraceiros	Rua dos (36)	
Papa Lebres	Rua do (37)	
Parreira	Rua da	Referido no Tombo da Misericórdia
Pé da Cruz	Rua do (38)	Ou "Rua do Poço dos Cântaros". " <i>...a que hoje chamam...</i> ".
Poço dos Cântaros	Largo do (26) Rua do (38) Sítio do (26)	Ou "Largo do Pé da Cruz". Ou "Rua do Pé da Cruz". " <i>...hoje do Pé da Cruz...</i> "
Pontinha do Peixoto	Largo da (39)	
Porta da Vila Adentro	Sítio da (40)	" <i>...chamada de Senhora do Repouso...</i> "
Portugal	Rua de (41)	
Pocinho	Rua do	Referido no Tombo da Misericórdia. Não identificada.
Praça Nova	Praça Nova (42) Largo (a que chamam) Rua da (43 e 43a)	Referido no Tombo da Misericórdia " <i>...no sítio das Alcaçarias...</i> " Existiam duas ruas com esta designação.
Pública	Praça (44)	
Praça Velha	Largo da (45) Rua da (46)	" <i>...também chamada de Rua das Tendas...</i> "
Ribeira	Ribeira	Referido no Tombo da Misericórdia
Ribeirinha	Ribeirinha	Referido no Tombo da Misericórdia
Rosário	Largo do (47) Rua do (48)	
Santo António do Alto	Rua de (49)	
Santo António dos Capuchos	Rua de (50)	Referido no Tombo da Misericórdia. Apenas como "Rua dos Capuchos".
São Francisco	Largo da ponte de (51) Rua de (52) Sítio de (53) Sítio do Campo de (53)	
São Pedro	Largo do Poço de (54) Rua de (55) Sítio do adro de (56) Sítio do adro de (54)	" <i>...ao pé do poço...</i> " ou " <i>...por detrás da igreja de...</i> "



Legenda:
Tabela Topónimos que constam no Tombo da Câmara (...), pp. 47-49.

São Sebastião	Largo das valas de Sítio de (57)	
Sapataria	Rua da	Referido no Tombo da Misericórdia
Sé	(Adro da) e Casas da Câmara (58)	
Sol Posto	Rua do (59) Travessa do (60)	
Surradores	Rua dos (61)	
Tecelão	Rua do (62)	
Trindade	Campo da (63)	
Viola	Rua da	Referido no Tombo da Misericórdia
Zambujeiro	Rua do (64)	
OUTRAS LOCALIZAÇÕES		
Vila Adentro junto ao Trem do Castelo (65)		
Rua que vai do cemitério para Rua de S. Francisco (34 por detrás do Recolhimento da Misericórdia		Referido no Tombo da Misericórdia
No Hospício dos Carmelitas	(na Rua entre Fumeiros) (67)	<i>Prédio</i> no interior do quintal do hospício.

O documento da Santa Casa da Misericórdia não permite tirar maiores conclusões devido à escassez de informações relativamente aos prazos. Ao contrário dos aforamentos da câmara, os prazos da Misericórdia reflectiam não apenas o valor do prédio mas o valor do que nele estava construído. A propriedade era deixada à instituição para que esta pudesse daí tirar rendimentos. Pensa-se que por esta razão o detalhe, ou a falta deste, no registo dos prazos da Misericórdia demonstra apenas uma preocupação em enumerar os foreiros anteriores a 1784⁹² e a continuação desse registo nos anos que se seguiram, (mais do que qualquer outro aspecto, nomeadamente elementos descritivos do edificado).

No livro da Misericórdia foram identificados cinquenta e dois registos de empraçamento em espaço urbano sendo que apenas um apresenta a descrição do *prédio*⁹³. A localização desta propriedade é possível de identificar pela indicação das confrontações embora a orientação dos pontos cardeais esteja ligeiramente desajustada.

⁹² Data de abertura do documento.

⁹³ Umás casas e armazéns pelos quais o Dr. João da Silva Saxes pagava 12200 réis de foro anual a 20 de Outubro, localizadas na Ribeira. Eram constituídas por trezes altos, uma varanda, uma açoteia, sete baixos um dos quais era uma adega de potes de azeite, três quintais, uma estrebaria com um palheiro para a palha por cima e uma casa para os moços com um palheiro para a alfarroba por cima.

Tem a fachada principal virada a sudoeste, como sugere o documento ao localizar a propriedade na Ribeira, e a fachada de tardoz para a Rua Direita a nordeste. Diz o documento ainda que a nascente confronta com as casas dos herdeiros do licenciado Manuel Ribeiro da Costa e os herdeiros de Ana Maria e a poente com uma antiga travessa que se encontra fechada. Atendendo à orientação do quarteirão, o nascente e poente referidos correspondem na realidade ao sudeste e noroeste, respectivamente. E embora alguns estudos afirmem que esta zona era designada por Ribeirinha e que a Ribeira⁹⁴ correspondia à zona a partir da rua Gil Eanes para norte, a planta de 1872 mostra-nos ainda a referida travessa que estava fechada. Pelas confrontações com as artérias mencionadas esta é a localização mais provável (IMAGEM 7).

Não existe qualquer outra descrição detalhada ou medições e são escassas as referências a confrontações físicas, o que resume a importância desta fonte para o presente estudo à localização dos prazos e dos foreiros registados.

Segundo o “Mappa comparativo da população do Algarve desde 1732 até 1837” apresentado por Silva Lopes na sua *Corografia (...) do Algarve*, Faro tinha em 1776 cerca de 1634 fogos nas duas freguesias urbanas – Sé e São Pedro – e 1805 fogos no ano de 1802, o que nos pode indicar que as 363 moradas de casas⁹⁵ representam aproximadamente um quinto da realidade de Faro no final do século XVIII.

Se tivermos em consideração que, embora urbanas, estas freguesias abrangiam uma vasta área rural, o número de fogos na cidade é ainda menor (IMAGEM 8).

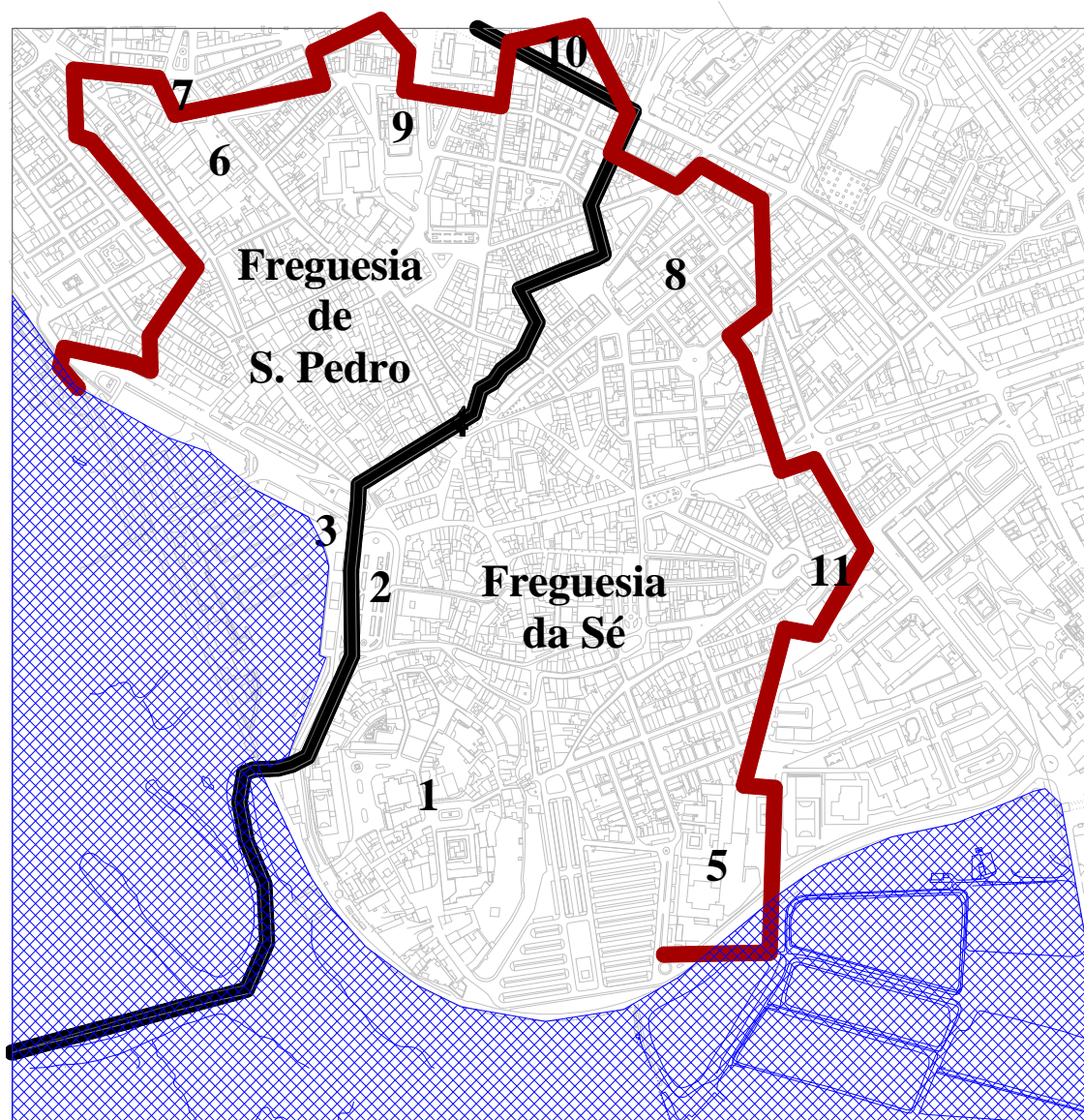
Passemos então a enunciar a localização dos bens imóveis de domínio directo do concelho em área urbana.

⁹⁴José António Pinheiro e Rosa – “Cidade de Faro ruas locais, antigas, e sua designação tradicional e actual”. *Anais do Município de Faro*, n.º VI, 1976, p. 77. Lista dos topónimos antigos e novos das freguesias da Sé e São Pedro da Cidade de Faro, 6 de Março de 1891.

⁹⁵ Este número resulta do tratamento dos dados fornecidos pelos registos dos cento e setenta e dois *prédios* urbanos.



IMAGEM 7. Pormenor da planta da cidade em 1869-72 com a sinalização da referida travessa.



--- Limite entre freguesias urbanas
(São Pedro e Sé)

--- Limite do espaço urbano
(+/- equivalente à cerca seiscentista)

1. Vila-Adentro
2. Praça da Rainha
3. Ribeira
4. Praça Velha
5. Convento S. Francisco
6. Convento dos Capuchos
7. Ermida S. Sebastião
8. Colégio Jesuíta
9. Igreja Ordem 3ª do Carmo
10. Ermida N. Sr.ª da Esperança
11. Igreja do Pé da Cruz

O núcleo medieval da Vila Adentro é parco em registos em contraposição com o predomínio de casos extramuros (desde S. Francisco, Alagoa, Cordoaria, Pé da Cruz, Praça Nova e Alcaçarias, largo das Mouras Velhas, São Pedro e rua Cruz das Mestras, ao alto da Esperança e casos pontuais contíguos ou próximos ao antigo convento de Santo António dos Capuchos. Ainda mais pontuais, mas não menos importantes, surgem registos em zona mais centrais como a Praça Pública; rua de Santo António do Alto, Praça Velha ou rua Direita).

No núcleo medieval, dentro de muros, registam-se apenas cinco *prédios* que pagam foro à câmara em 1794. Um no largo do Convento das Freiras; um no Adro da Sé e Casas da Câmara⁹⁶; um na rua do Aljube; um junto ao Trem do Castelo; e ainda um no largo do Castelo. Embora seja pouco significativa, a presença da câmara intramuros faz-se representar nas principais artérias.

O largo do Convento das Freiras, onde até à expulsão dos judeus nos finais do século XV se localizava a judiaria⁹⁷, tornou-se desde meados do século seguinte um local enobrecido pela edificação do convento de Nossa Senhora da Assunção, segundo a traça do Primeiro Renascimento, exemplar único na região e que contava com a protecção da Rainha⁹⁸. Trata-se de um foro aplicado a um terreno com doze varas de comprimento por quatro varas de largura, anexas a casas da Mitra que constituía o foreiro aqui representado pelo reverendo Dr. Joaquim Pedro Costa Maciel. Neste *prédio* estava construída uma cavaliariça com uma pequena casa por cima e um quintal cuja porta dava para o largo a sul (IMAGEM 9, n.º 1).

O *prédio* localizado junto ao Trem do Castelo leva-nos a pensar na rua do Trem. Está na verdade localizado atrás deste edifício e portanto na rua do Arco. Estas

⁹⁶ Este regista a própria Casa da Câmara que não pagava foro.

⁹⁷ João A. C. Marques – “O Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro”. *Cadernos de História da Arte*, n.º 1, Lisboa : (s/ed.), 1991, p. 87.

⁹⁸ Dália Paulo – *O Convento de Nossa Senhora da Assunção: (des)construção da memória*. Dissertação de Mestrado Em História da Arte. Universidade do Algarve : Faro, 2007. (policopiado)

propriedades foram compradas livres e isentas e o foro foi instituído aquando desta visitação, a 31 Março de 1795, com o valor de 400 réis. Como os foreiros eram três o valor aplicado foi dividido. O ilustríssimo cónego D. Joaquim Manoel Peixoto pagava 100 réis por um quintal estreito que fazia a ligação do quintal grande das suas casas contíguas a norte (não incluídas no emprazamento) com a rua e duas casas; Ignácio António (ajudante de auxiliares) e sua mulher Maria Joaquina pagavam por um quintal com casa contígua e mais quatro casas térreas 120 réis; por fim o reverendo cónego Joaquim de Azevedo pagava 180 réis por uma propriedade de casas nobres composta por oito baixos e seis altos e um quintal com poço (IMAGEM 9, n.º 2).

Localizamos portanto este terreno, à data já subdividido, no gaveto da “...*rua que vai do seminário para a porta do pátio ou quintal do Trem...*” com a “...*rua que vai para a dita aula dos Militares...*”⁹⁹. Estamos em crer que as casas referidas como confrontantes a norte, pertença do foreiro Dom Joaquim Manoel Peixoto, são as casas referenciadas com o número 90 na planta executada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos da Vila Adentro, contemporânea deste tombo e identificadas como “*Cazas de D. Joaq.^m*”.

Na rua do Aljube localizavam-se as casas do Reverendíssimo Deão Francisco Xavier Lobo e junto destas, três terrenos, com algumas construções, sobre os quais a câmara cobrava de foro 400 réis. Estes terrenos bem com outras casas, não foreiras, do Deão situavam-se a nascente desta rua junto às Casas da Câmara (Imagem 9, n.º3).

⁹⁹ No tombo de 1794 surgem ainda sem denominações. Facto corroborado pela planta da Vila Adentro levantada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos nos finais deste século. A primeira corresponde à actual Rua do Arco e a segunda com o prolongamento desta a 90° até à muralha medieval. Esta aula dos militares do regimento de artilharia havia pouco tempo que tinha sido instituída e funcionava no baluarte de São Sebastião. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios n.º 464-467.

O primeiro terreno, que havia sido uma travessa, estava agora transformado num armazém¹⁰⁰ com uma porta para a rua do Aljube e outra para o interior de um quintal sob um arco abobadado de uma varanda. Sobre o armazém haviam dois sobrados. O segundo terreno constituía parte de um quintal com três varas e meia de largura (nascente/poente) por nove varas de comprimento (norte/sul) e o terceiro tinha uma casa um pequeno quintal contíguo ao anterior.

Estes edifícios encontravam-se entre os que foram expropriados na década de oitenta do século XIX na sequência das obras de ampliação do edifício da Câmara Municipal¹⁰¹ (IMAGEM 9, n.º 4).

No largo do Castelo tinham, Bartolomeu José de Garfias Torres e sua mulher D. Ana Garfia, nada menos do que dezasseis “*moradinhas*” de casas. A planta de José de Sande Vasconcelos corrobora a descrição do traçado do quarteirão que define a norte o largo do Castelo. Por sua vez na planta, executada pelo 2º tenente Domingos Rafael Dinis com o projecto para a construção de um Hospital Militar no lado poente deste largo consta o quarteirão, referido aliás como possuído por vários proprietários, onde pode contar-se pelo menos quinze vãos. Os possuídores que tinham casas neste quarteirão confrontavam pelo norte com o foreiro e portanto tinham as fachadas principais para a actual rua Professor Norberto da Silva. As casas de José Monteiro, as casas do Capitão Francisco Furtado de Sarre e as casas dos herdeiros do padre João dos Santos Cavaco.

Estes eram os *prédios* no interior da Vila Adentro sobre os quais, exceptuando-se o edifício das Casas da Câmara como veremos, os respectivos foreiros pagavam foro ao Senado da Câmara (IMAGEM 9, n.º 5).

¹⁰⁰ Quer isto dizer que até à absorção desta travessa a Casa da Câmara era um edifício isolado no seu pequeno adro a norte da igreja da Sé.

¹⁰¹ J. A. Pinheiro Rosa – “Os Paços do Concelho da Cidade de Faro”. *Anais do Município de Faro*, n.º 4, Faro : C.M.F, 1974, p. 161.

As casas da Câmara são na verdade a «*Casa da Câmara*» que o escrivão distingue dizendo “...*onde se fazem as vereações...*”¹⁰². Localizam-se no único sítio até hoje identificado que esta instituição ocupou para o efeito e que no tombo surge como “...*Adro da Sé e Casas da Câmara [onde...]*”¹⁰³. Eram compostas por duas casas altas, às quais se acedia por uma escada de pedra. No piso térreo existia um armazém.

Estamos em finais do século XVIII. A urbe desenvolvera-se e expandira-se, a partir da Vila Adentro desde a Reconquista, ao longo de eixos viários de origem romana, em direcção aos conventos e o ao colégio implantados nos arrabaldes da cidade nos séculos XVI e XVII.

E nestas áreas adensou-se o edificado durante os séculos XVII e XVIII como teremos oportunidade de comprovar. A cidade, desde a construção da cerca seiscentista (c. 1660), viu reforçados os seus limites embora esta estrutura tenha desaparecido quase na totalidade ainda antes mesmo de constituir um constrangimento no crescimento efectivo da urbe.

A maior incidência de *prédios* que constituem os Bens do Concelho indicados na fonte situa-se na zona sudeste da cidade a nascente da muralha medieval, prolongando-se até à cerca seiscentista na zona envolvente à ermida de Nossa Senhora do Pé da Cruz. A área em causa circundava a cerca pelo interior em grande parte da extensão situada entre o convento de São Francisco e a Horta dos Cães¹⁰⁴, confrontantes entre si, e o antigo colégio jesuíta de Santiago Maior (IMAGEM 10).

¹⁰² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. v. n.º 1, fl. 489.

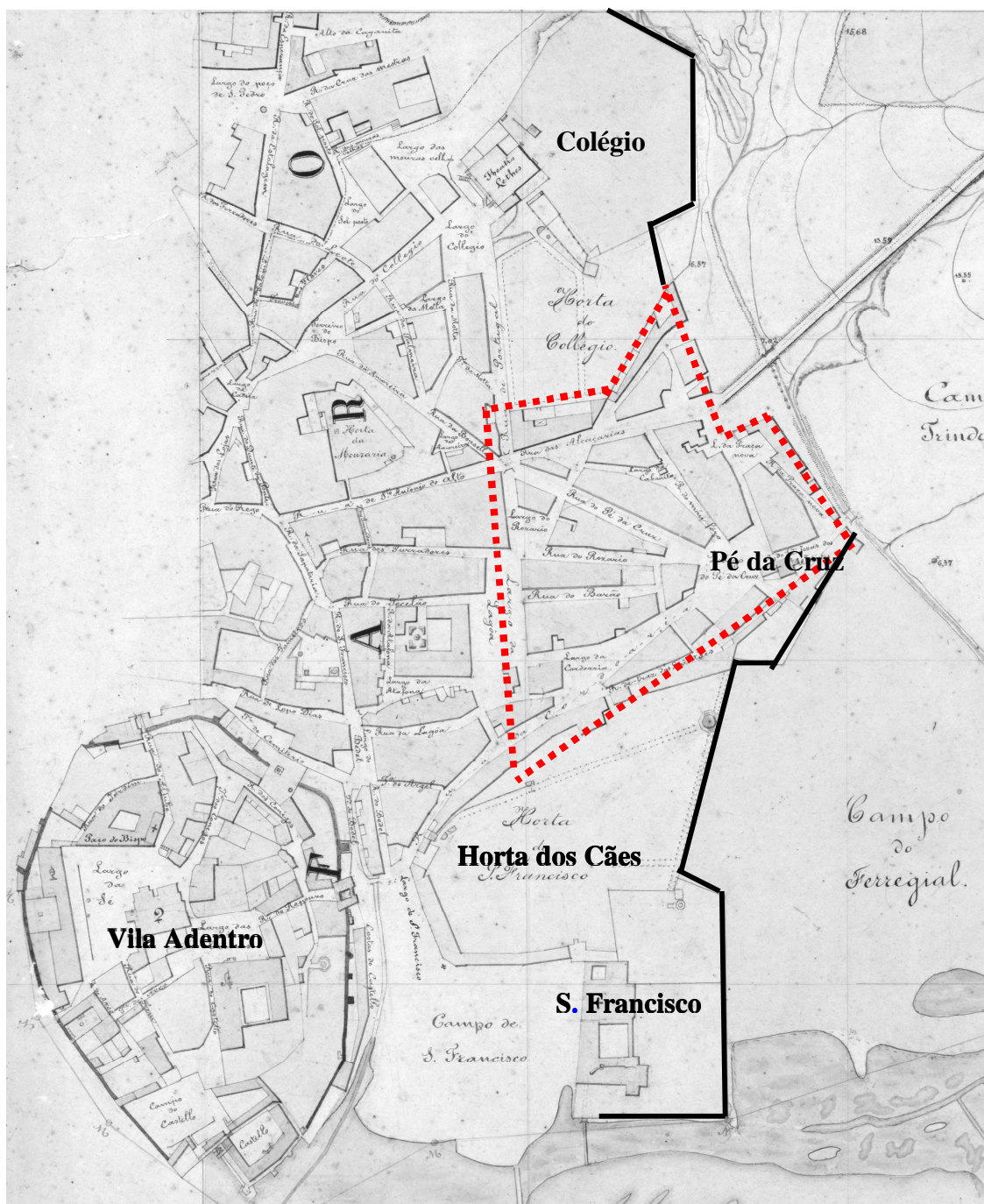
¹⁰³ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. V. n.º 1, fl. 489.

¹⁰⁴ No tombo surge já referida como Horta de São Francisco, embora cremos como denominação corrente.



Planta (...) da Praça de Faro, chamada V.^a Adentro (...). Executada pelo Coronel José Sande Vasconcelos. N.º 90 - “Casas de D. Joaq.^m” Localização dos empraçamentos intramuros:

- n.º 1 - Largo do Convento das Freiras.
- n.º 2 - Vila Adentro, junto ao Trem do Castelo.
- n.º 3 - Rua do Aljube.
- n.º 4 - Largo do Castelo.
- n.º 5 - Adro da Sé e Casas da Câmara .



----- Área urbana extramuros com maior incidência de registo de aforamentos. (sobre pormenor da planta da cidade de 1869-72¹⁰⁵).

¹⁰⁵ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.^a F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

Continuemos então, pela zona mais a sul da cidade, a partir da porta da vila chamada de Senhora do Repouso¹⁰⁶. Daqui, contornando parte da Horta dos Cães até desembocar no largo do Pé da Cruz (ainda referido também como largo do Poço dos Cântaros), prosperava uma artéria em crescimento desde a época medieval como sugere o seu topónimo: a rua da Cordoaria. A cordoaria desenvolvia-se, nesta época, ao longo desta rua, no largo com o mesmo nome, localizado sensivelmente a meio desta artéria do lado norte e ainda, como nos indica o tomo de 1794, na rua Detrás dos Quintais, (que o documento refere igualmente como rua da Cordoaria).

Esta rua era definida pelo renque de casas que se foram construindo no contorno do limite da Horta dos Cães e os quintais das casas que, por sua vez, delimitavam a sul a principal rua da Cordoaria.

Dos cento e setenta e dois *prédios* sobre os quais se pagavam foro à câmara oito localizavam-se na zona da cordoaria que atrás delimitámos, excluindo-se os que definiam a Alagoa, a sul, e cujas fachadas posteriores davam para esta artéria.

Do largo do Poço dos Cântaros ou do Pé da Cruz¹⁰⁷ para norte, temos uma área definida a poente pela Alagoa, a sul pela Cordoaria e a nascente, pela vala¹⁰⁸ que escoava as águas para fora da cidade. Nesta ampla área, que confrontava a norte com as Alcaçarias, desenvolvera-se cinco ruas, em forma radial, a partir do largo do Pé da Cruz, para além da rua da Cordoaria. São elas: a rua do Barão; a rua do Rosário; a rua do Poço dos Cântaros ou rua do Pé da Cruz; a rua do Mau Foro e a rua da Praça Nova. Paralela e a nascente desta última, há outra rua da Praça Nova, também designada por sítio das

¹⁰⁶ Havia pouco mais de meio século que se tinha fechado a entrada lateral sul desta porta com a construção de uma pequena ermida de invocação a Nossa Senhora do Repouso (c. 1730) por ordem de D. Mariana, mulher de D. João V. Francisco Lameira, *Faro Edificações Notáveis*. Faro : C.M.F., 2º edição, 1997.

¹⁰⁷ De renomeação recente como nos sugere o escrivão, como de resto ocorre com a rua homónima.

¹⁰⁸ Embora não seja explicitamente referida é evidente a relação com a cerca seiscentista contígua a esta vala no troço que a acompanhava deste a zona norte da horta do colégio. Nesta data possivelmente já inexistente na sequência do terramoto de 1755 que sabemos ter afectado fortemente esta estrutura.

valas das Alcaçarias, que ligava a Praça Nova à rua do Senhor do Aflitos ou seja às traseiras da ermida de Nossa Senhora do Pé da Cruz (IMAGEM 10).

Em todas elas registam-se *prédios* de domínio directo concelhio, exactamente três dezenas de registos. Na confluência das duas ruas da Praça Nova está o largo homónimo a sudeste numa ampla área a que se chamou Alcaçarias¹⁰⁹. Os *prédios* nesta zona eram de dimensões consideráveis ainda que se apresentassem divididos em parcelas menores com teremos oportunidade de demonstrar ou só parcialmente construídos. São quase uma dezena de registos entre a Alcaçarias e a Praça Nova, nove registos para sermos mais exactos. Para norte, pela rua de Portugal, contam-se apenas dois registos e mais um no gaveto com a rua da Mota e ainda outro nesta rua propriamente. É mais significativo o número de prazos localizados na rua do Forno do Bousela¹¹⁰, contam-se seis registos, alguns dos quais com casas cujas fachadas posteriores dão para a rua de Portugal.

Na rua do colégio, próximo deste edifício jesuíta, temos também três registos.

Passemos agora ao largo das Mouras Velhas cuja arqueologia regista ocupação desde antiguidade e à rua e à travessa do Sol Posto, adjacentes ao largo. Aqui identificamos outra importante área de domínio directo concelhio. Embora com apenas cerca de cinco registos. Não se pode subvalorizar este número porque as dimensões de um *prédio* nos limites da urbe são frequentemente maiores do que nas artérias mais densificadas.

A norte deste quarteirão e praticamente nas franjas do espaço construído identificamos o casario que delimita, a norte, a rua da Cruz das Mestras definida

¹⁰⁹ Os autores que se têm referido às alcaçarias localizam-nas nas actuais rua e travessa das Alcaçarias. Este Tombo, no entanto, para além de nomear mais do que uma Rua das Alcaçarias usa o termo “Alcaçaria” para designar um espaço maior. Entre os muros da horta do colégio (a norte), a vala que escoavam as águas (a nascente), a Rua de Portugal (a poente) e os quarteirões (a sul). A Praça Nova era por vez entendida com pertencente a este espaço.

¹¹⁰ Ou simplesmente Rua do Bousela.

praticamente por entre os baldios do concelho aforados talvez desde os princípios do século XVII, numa época em que a construção do colégio dos jesuítas e a reconstrução da igreja de São Pedro como sede de paróquia consolidaram certamente esta área da cidade. Desde o casario que definia a norte a rua da Cruz das Mestras até à ermida de Nossa Senhora da Esperança construída por volta do século XVI existia apenas um amplo espaço não construído e portanto de expansão do núcleo que só muito tardiamente veio a ser preenchido (Imagem 11).

Deduz-se que em finais do século XVIII se chamava a toda esta área, até à actual Praça Silva Porto, o Alto da Esperança ou Sítio da Esperança. Ou, que as fachadas que definem hoje esta praça a sul, correspondentes às traseiras das casas cujas fachadas principais definem a rua da Cruz das Mestras, davam no final do século XVIII para uma rua da Esperança e portanto perpendicular à antiga rua da Esperança, hoje rua do Alportel¹¹¹.

Entre a rua da Cruz das Mestras e o Alto da Esperança temos cerca de uma dezena de *prédios*.

Temos quatro registos no largo do Poço de São Pedro, nas traseiras desta igreja, igualmente bastante significativos, um dos quais que confronta com pagamentos de foros registados no tombo da Misericórdia. E um registo na rua de São Pedro. Na artéria de acesso ao convento de Santo António dos Capuchos e nos limites da sua cerca conventual, quer pelo interior da cidade, ou seja, no interior da cerca seiscentista, quer pelo exterior, na área entre o largo de São Sebastião e o eixo de acesso à cidade para quem vinha de Loulé identificamos oito *prédios*. Na rua da Carreira e na rua Direita, registam-se dez e dois *prédios*, respectivamente. À semelhança deste último eixo viário,

¹¹¹ Aliás, pelo mesmo motivo que terão alterado o nome desta artéria para Rua do Alportel porque por aqui se seguia para esta localidade a ela terão dado o nome de Rua da Esperança ao caminho que ligava a cidade à pequena ermida. É aliás uma prática frequente à qual a cidade de Faro obviamente não foi alheia.



----- Área urbana extramuros com registo de aforamentos. (sobre pormenor da planta da cidade de 1869-72¹¹²).

¹¹² Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.^a F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

temos no interior do Bairro Ribeirinho registos muito ocasionais: um na rua do Correio Velho; um na rua do Zambujeiro; um na rua da Cruz; três na rua do Papa Lebres e um na rua do Largo da Cadeia.

Falta-nos referir os dois quarteirões definidos pelas ruas de São Francisco e do Tecelão e por esta e a Alagoa. Ambos delimitados a norte e a sul pela rua Castilho e o largo da Atafona, respectivamente. O domínio directo do solo onde se forma o quarteirão a nascente da rua de São Francisco pertencia praticamente na sua totalidade ao Concelho e é profuso em *prédios*, aforados a diferentes enfiteutas, e confrontantes entre si. Embora a rua de São Francisco termine apenas na confluência com largo do mesmo nome, só neste troço regista-se o maior número de prazos, cerca de dez, mas claro está, de menores dimensões. No restante troço, registam-se mais oito e ainda um no largo da Ponte de São Francisco e outro do sítio do campo de São Francisco, a meio e no extremo sul desta artéria, respectivamente (IMAGEM 12).

No quarteirão a nascente do anterior as transformações ocorridas ao longo do século XVIII são mais evidentes talvez porque mais tardias. Os foros registados nas ruas e largo que definem este quarteirão correspondem a dezasseis *prédios*, incluindo também os da rua da Alagoa paralela ao largo da Atafona para sul. Paralela à rua Castilho para norte, registam-se dois *prédios* na rua dos Surradores. Estes dois quarteirões são os que estão mais dentro do espaço aparentemente consolidado. Existem ainda alguns pequenos *prédios* aforados em algumas artérias importantes, mas o seu número não é significativo, tendo em conta a densidade edificada destas artérias. No entanto, não podemos deixar de enumerá-los: três *prédios* na Praça Pública; dois *prédios* na rua de Santo António do Alto; quatro ao longo da artéria que de rua se transfigura em largo da



----- Área urbana extramuros, com registo de aforamentos, mais próxima da Vila Adentro. (sobre pormenor da planta da cidade de 1869-72¹¹³).

¹¹³ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.^a F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

Praça Velha, “...também chamada de Rua das Tendas...”¹¹⁴; um prédio na rua da Estalagem de São Pedro, três na rua dos Ferradores e um na rua dos Ferreiros; um prédio na rua da Estalagem Nova; um prédio na rua dos Morraceiros; um prédio na rua da Misericórdia e dois na rua do cemitério da Misericórdia e outro na “*rua que vai do cemitério para rua de São Francisco*”¹¹⁵; um prédio no “*sítio da Porta da Vila Adentro chamada de Senhora do Repouso...*”¹¹⁶ e outro na rua do Argel.

O facto deste tombo ser o resultado da revisão do «tombo velho» para usar a expressão da época, permite compreender que estamos a analisar uma área já definida. E concluir que o número de *prédios* construídos aumentou naturalmente no período de tempo decorrido entre a execução dos dois documentos. Estamos a falar de pouco mais de um século.

Teremos oportunidade de demonstrar que mais do que se expandir, o núcleo urbano de Faro por muito tempo se adensou num espaço delimitado desde a segunda metade do século XVII por uma estrutura militar que nunca se usou. Aliás ainda antes de transpor verdadeiramente esta barreira a cidade absorveu as hortas que ainda subsistiam no interior da cidade, nomeadamente as últimas já no século XIX e que pertenciam aos conventos das então extintas ordens religiosas.

¹¹⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. V. n.º 1, fl. 349-351.

¹¹⁵ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. V. n.º 1, fl. 369-371v.º.

¹¹⁶ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. V. n.º 1, fl. 474-476.

PARTE III

1. O QUARTEIRÃO

Durante a época moderna assistiu-se à consolidação do núcleo urbano fora de portas ao mesmo tempo que no interior da Vila Adentro se transformavam os três principais largos: da sé, do convento e do castelo.

O tomo dos *prédios* urbanos da câmara permitiu-nos concluir que a área urbana registada em 1794 existia como tal desde meados do século XVI, tendo em conta diversos factos históricos que denunciavam a crescente importância da cidade. Como tivemos oportunidade de referir, haviam já sido fundados os conventos de Nossa Senhora da Assunção e o de São Francisco. A elevação da vila a cidade ocasionou a transformação da pequena ermida dos mareantes em matriz o que originou uma nova paróquia urbana de São Pedro. E, posteriormente, no início do século XVII, foi construído o colégio dos jesuítas.

A transferência da sede do bispado da cidade de Silves para Faro, que justificou a elevação desta à categoria de cidade, só veio a concretizar-se no ano de 1577. Este acontecimento, sucedido de outros, marca o início da transformação do largo da Sé no período moderno, com a construção do primeiro Paço Episcopal.

No início do terceiro decénio de seiscentos a fundação do convento de Santo António dos Capuchos fecha o círculo de casas religiosas em zona periurbana. No interior desta linha imaginária, com a construção por volta de 1660 da cerca seiscentista, densificou-se o edificado. Assistiram-se, até finais do século XVIII, a algumas transformações do espaço urbano.

A necessidade de regular a posse dos bens concelhios levou à sua descrição. Embora as referências ao aspecto original de cada *prédio* visitado se resumam muitas

vezes a breves comentários como “ *um terreno hoje reduzido a ...* ” ou “ *...um terreno antigamente baldio...* ”, o modo sistemático como os responsáveis concelhios iniciavam a descrição de cada bem levou-nos a questionar a veracidade destas modestas comparações. Na ausência do Tombo velho recorreremos a fontes de teor semelhante embora escasseiem em quantidade. Restam de finais do século XVII (1686-87) os fólhos 40 a 49 v.º de um antigo livro de assentamento de escrituras e cartas de arrematação de propriedades concelhias. Nestas folhas identificamos dois contratos de aforamentos entre a câmara e dois moradores da cidade, Gaspar Dias de Castro e Manuel Pinto Ferras. Ambos invocam questões de higiene pública¹¹⁷ na petição de aforamento entregue ao senado da câmara em 1686. Gaspar Dias de Castro, pretendia aforar um terreno baldio na Alagoa (no gaveto da actual travessa Castilho com a rua Alexandre Herculano) anexos ao seu fumeiro. E Manuel Pinto Ferras, pretendia aforar uma travessa, anexo ao seu fumeiro, na rua do zambujeiro (actual rua do Compromisso)¹¹⁸.

Em 1794 o tomo regista, como foreiros na Alagoa Francisco de Oliveira e sua mulher Josefa Machada e também o cónego Francisco de Oliveira, filho do casal (que trataremos mais adiante neste capítulo). E na rua do Zambujeiro João Lamprier¹¹⁹.

Tratam-se apenas de dois assentamentos contratados em 1686-87 que encontrámos relacionados com os cento e setenta e dois *prédios* registados em 1794, mas ambos confirmam as referências feitas neste tomo às características originais dos mesmos. O que nos permite acreditar na importância destas comparações e especular

¹¹⁷ “...estam huns pedaços de chãos públicos que não tem serventia alguã antes delles toda esta cidade faz monturos e imundicias de que resulta haver naquelle sitio muito má passagem...”; “...a qual não era de préstimo algum a esta cidade antes de grande ruína pella imundicia que nella deitava e era contra a saúde e bem commum...” ADF – AHCMF – serie D/A.1 – *Escritura e Cartas de Arrematação de Aforamentos*, n.º 1 (1686-1687), fólhos 45 v.º e 44, respectivamente.

¹¹⁸ Na carta de arrematação de aforamento deste terreno consta “no sitio do monturo alto” como localização do mesmo, corrigido ao lado para “Por detrás da Rua de São Pedro”, onde efectivamente se localizava. ADF – AHCMF – serie D/A.1 – *Escritura e Cartas de Arrematação de Aforamentos*, n.º 1 (1686-1687), fólhos 43 v.º.

¹¹⁹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1(1794/1796), fólhos 243v.º - 249v.º; fólhos 479 – 482v.º.

sobre a transformação no último século de modo geral a partir das referências que surgem no documento. Este cuidado em anotar as características dos imóveis em finais do século XVII permite-nos tecer algumas considerações relativamente ao espaço urbano e transformações ocorridas durante o período que separa os dois tombos, nomeadamente ao nível da análise do quarteirão.

Apresentado, em traços gerais, o limite do espaço urbano importa, antes de mais, salientar a morfologia dos quarteirões de Faro na época moderna. Apesar das profundas transformações urbanísticas ocorridas nestas últimas décadas, a cidade de Faro caracteriza-se por ter uma malha urbana constituída por três núcleos distintos _ Vila Adentro; mouraria; ribeira _ cujo desenho dos respectivos quarteirões as caracteriza.

Na primeira área, pela quase total ausência de domínio útil concelhio, não dispomos de dados suficientes nesta fonte para conclusões substanciais. Recorremos à planta de Sande Vasconcelos, contemporânea da nossa fonte para colmatar a ausência. No interior das muralhas destacavam-se, no início da época moderna, o castelo, a sul, e ao centro a sé. A norte da sé, as casas da câmara, edifício modesto e isolado no seu adro. Entre a sé e o castelo, o convento das freiras entretanto edificado no lugar da antiga judiaria. E construído já nos finais de quinhentos o paço episcopal.

Estas eram as edificações de prestígio. Os «elementos primários»¹²⁰ que no interior da Vila Adentro se articulavam entre si através dos dois principais eixos Norte/Sul e Nascente/Ponte, coincidentes sensivelmente com o *cardus* e o *decumanus* romanos. A restante área corresponde ao que Aldo Rossi definiu como «a residência»¹²¹ onde, a partir da Reconquista, se fixaram cristãos coabitando com judeus até finais do século XV. Fora de portas como já vimos ficaram os mouros.

¹²⁰ Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001

¹²¹ Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

A morfologia dos quarteirões é portanto resultado da relação entre os eixos estruturantes, que se articulam com as portas do núcleo amuralhado, e os elementos primários já apontados.

A muralha tardo-romana/medieval viu-lhe ser sucessivamente adossadas construções habitacionais que culminou no desaparecimento do eixo interno que circundava a muralha. Nos casos em que é ainda possível ver o pano de muralha deve-se ao facto desta coincidir com zonas de quintais das habitações, como é o caso da habitação conhecida como Casa dos Condes de Santa Maria ou a Casa da família Cortes ou ainda de instituições como o seminário episcopal (IMAGENS 13, 14 e 15).



IMAGENS 13 e 14. Fotografias aéreas. Quintal da Casa dos Condes de Santa Maria e pátio interior do Seminário,



IMAGEM 15. Fotografia aérea. Interior do quintal da Casa da família Cortes. Vista da muralha.

No que aos dados fornecidos pelo tombo diz respeito, relativamente a esta área, o elemento mais importante refere-se ao edifício da Casa da Câmara.

Não se conhecem plantas anteriores ao final do século XVIII da cidade de Faro que pormenorizem o edificado ao nível do quarteirão. A planta de Sande Vasconcelos, que abrange apenas a vila adentro, mostra-nos uma imagem muito semelhante à actual. Mas pelo tombo de 1794 sabemos hoje que a casa da câmara, localizada “...no adro da Sé e casas da Câmara onde se fazem as vereações”¹²² foi até ao século XVII um edifício isolado e estamos em crer que o adro que o antecedia lhe era exclusivo, atendendo ao facto de até meados do século XVIII o adro da Sé ter algumas casas que foram destruídas pelo terramoto. Não esqueçamos também a gravura setecentista da cidade que nos mostra o lado norte deste largo fechado (IMAGEM 16).

Um dos terrenos aforados pelo Deão da Sé, Francisco Xavier Lobo, estava descrito em 1794, como sendo uma antiga travessa transformada num armazém com quintal. A porta principal dava para a rua do Aljube e a do quintal para a rua paralela, sem denominação concreta no documento¹²³. Como se deduz pelas medições de 21 varas de comprimento, de nascente a poente, por 3 varas de largura, de norte a sul¹²⁴, correspondentes às dimensões da antiga travessa¹²⁵. Quer isto dizer que o quarteirão onde a partir de, pelo menos finais do século XVII, as casas da câmara se integraram era

¹²² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1(1794/1796), fólhos 489 – 490.

¹²³ “...rua que vai do adro da sé [e casas da câmara, entenda-se] para a rua que chamam dos sete cotovelos...”. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1(1794/1796), fólhos 405v.º-407v.º.

¹²⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1(1794/1796), fólhos 489-490

¹²⁵ Cerca de 1698 a câmara aforou a Manuel Pinto uma antiga travessa com três varas de largo; As casas que D. Jacinta da Paz Furtado tinha na rua da Cruz das Mestras confrontavam a nascente com a casa de Rosa Maria e a travessa que vai para a Esperança. Media aproximadamente três varas; A 11 de Dezembro de 1724 Diogo Viegas Carreiro aforou dezassete varas de uma travessa que ligava a rua Nova Baptista Pinto à rua do Papa Lebres; A outra parte pertencia em 1794 a Mateus José. Tinha entre três a quatro varas de largo. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 479-482v.º, fólhos 59v.º-62, fólhos 337-339v.º e fólhos 339 v.º – 341 v.º, respectivamente.

IMAGEM 16.

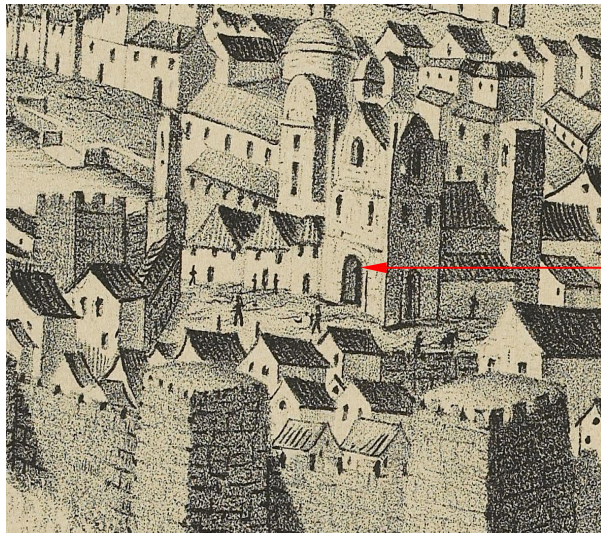


IMAGEM 16. Pormenor do largo da Sé na gravura de Cidade de Faro. Séc. XVII.

IMAGEM 17.



IMAGEM 17. Planta (...) da Praça de Faro, chamada V.^a Adentro (...). Executada pelo Coronel José Sande Vasconcelos. Finais do século XVIII

de menores dimensões. A existência de dois quarteirões poderá responder à inflexão para poente do limite sul deste quarteirão a quando da absorção desta travessa. A planta de Vasconcelos já regista esta forma (IMAGEM 17).

A poente deste quarteirão encontra-se o paço episcopal, construído no século XVII depois dos invasores ingleses terem incendiado o primitivo paço mandado construir pelo bispo D. Afonso de Castelo Branco. Este edifício definia o extremo sul do quarteirão com a sua imponente fachada de linhas chãs, evidenciada desde algumas décadas pelo desnível criado com o desaterro do largo da Sé. Todo o quarteirão pertencia ao bispado já em finais do século XVIII e não existe qualquer foro concelhio aqui.

No caso do pequeno terreno ocupado pela mitra no largo do convento das freiras este confronta a norte e poente com o quintal das casas de António Soares Pinto de Almeida. Seria interessante identificar esta pessoa. Talvez um antigo proprietário das casas que no século XIX pertenceram a Domingos Guieiro e que ainda hoje mantém a imagem do quarteirão do século XVIII com um amplo jardim interior (IMAGEM 18).

Anexas ao amplo quintal do Capitão-Mor, não foreiro à câmara, estavam as casas nobres de José da Fonseca Lisboa e D. Bazília Máxima Benedita Kruse. O número 6 da legenda do *“Mappa D’Rompimento que fizerão a Ferro e Fogo nas Muralhas de Faro...”* confirma-o (IMAGEM 19).

O tomo de 1794 regista uma entrada nova relativamente aos terrenos baldios da câmara. Anexo à muralha, pelo lado exterior desta, existia um terreno que os futuros enfiteutas pretendiam aforar, com o intuito de transformá-lo em quintal. Este terreno ficava sob uma varanda que as referidas casas nobres tinham sobre a muralha da porta do repouso e *“...onde o povo lançava muitas imundices e estrume que aí apodrecia e*

IMAGEM 18.



IMAGEM 18. Vista aérea do quarteirão onde se localizava o *prédio* aforado pela Mitra.

IMAGEM 19.

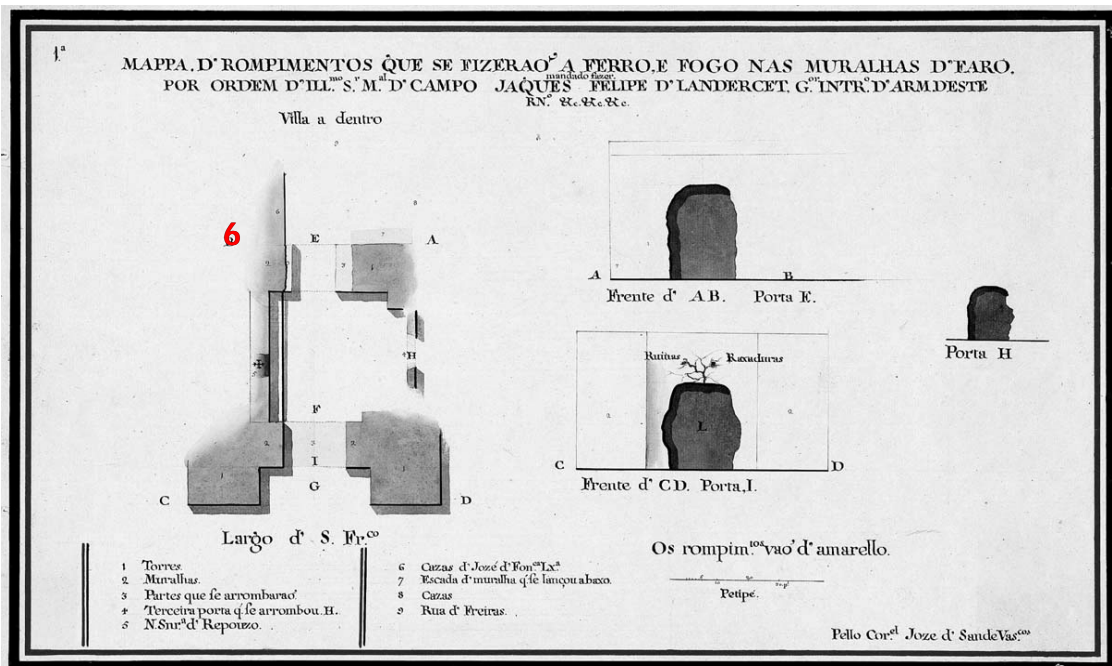


IMAGEM 19. Porta do Repouso. Projecto executado pelo Coronel José Sande Vasconcelos. Finais do Século XVIII¹²⁶

¹²⁶ Direcção dos Serviços de Engenharia – Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. 3885_I-2-19A-27.

provocava grande tédito e era mau para a saúde...”¹²⁷. Para sul, um terreno que serve de quintal das casas do oficial de carpinteiro Gregório José Pereira e sua mulher Ana Maria. Neste registo acautela-se a importância de manter limpa a vala que fazia o escoamento das águas do interior da cidade para o mar. Era ainda obrigação dos foreiros deixar caminho de serventia entre o dito quintal e a ribeira¹²⁸.

No largo do castelo, onde sobre o edifício que lhe dá nome construiu-se, no século XVII, o quartel destinado ao Regimento de Artilharia de Faro. Este largo ligava o quartel às casas da câmara, contornado a cabeceira da igreja da Sé, e ao largo da Sé, pela dianteira da igreja. Daqui resultava o quarteirão onde Bartolomeu José Garfias Torres e sua mulher D. Ana Garfias tinham um terreno ocupado por dezasseis moradas de casas térreas. Embora neste registo não tenham sido descritas as moradas de casas individualmente, as confrontações apresentadas permitem a sua localização no núcleo urbano actual. Confronta a sul com largo que faz frente aos quartéis, a poente com a rua onde está o trem militar, a nascente com a rua do convento das freiras e a norte com as casas de outros três foreiros (José Monteiro, o capitão Francisco Furtado de Sarre e os herdeiros do padre João dos Santos Cavaco). É no entanto a partir do modo com os louvados procederam à medição deste terreno que resulta o conhecimento da morfologia do mesmo em finais do século XVIII, não obstante a já referida planta de Sande Vasconcelos:

“...de norte a sul pela rua do convento dezasseis varas; de nascente a poente, continuando até ao canto, treze varas; do canto direito ao sul doze varas e meia; direito ao poente, cinco varas e meia; direito ao norte até ao canto quatro varas; do canto ao poente até à rua

¹²⁷ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 474-476.

¹²⁸ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 476v.º-478v.º.

do Trem, dezasseis varas; pela rua do Trem a direito trinta e três varas...”¹²⁹ (IMAGEM 20).

A planta, executada pelo 2º Tenente Domingos Rafael Dinis, de um hospital militar (que não chegou a ser construído) de finais do século XVIII representa o referido quarteirão quase na totalidade. Contam-se cerca de quinze vãos. Quer a planta quer o tombo de 1794 referem-no como pertencente a várias pessoas.

Embora não o refiram como casas de aluguer, com acontece com o quarteirão a poente das casas do capitão Manoel de Oliveira, parcialmente representado e assinalado como tal, avança-se a possibilidade das “*dezasseis moradinhas de casas*” constituírem um meio de rendimentos, da família Garfias, atendendo também ao facto desta família possuir a sua morada de casas na rua Tenente Valadim¹³⁰ (IMAGEM 21).

Entre o trem do castelo e a muralha encontra-se o último foro concelhio no interior da vila adentro, num quarteirão que se encostou ao pano de muralha. Quer a planta do Hospital quer a da Sande Vasconcelos o representam. A primeira apenas parcialmente. Refere-o “*Cazas de Aluguer*” e assinala alguns vãos, mas o tombo de 1794 não refere quais as fachadas principais das casas pelo que não podemos fazer correspondência. Na segunda estão assinaladas as casas do primeiro foreiro, o cónego D. Joaquim Manuel Peixoto, com o número 90. Este quarteirão liga com o quarteirão a poente, onde se localizavam as casas do capitão Manuel de Oliveira, através de um arco ao nível do piso superior. Francisco Lameira data-o do século XIX mas é interessante verificar que a planta de Sande Vasconcelos já o identifica (com o número 91), em finais do século XVIII. Desconhece-se a antiguidade do mesmo, ou se terá sofrido remodelações no século XIX. Mas atendendo ao facto de que a casa do capitão Manuel

¹²⁹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 409-412.

¹³⁰ Francisco Lameia - “Solar dos Garfias”. *Faro Edificações Notáveis*. Faro . Câmara Municipal de Faro, 1997, n.º 49.



Planta (...) da Praça de Faro, chamada V.^a Adentro (...). Executada pelo Coronel José Sande Vasconcelos. Finais do Séc. XVIII



IMAGEM 21. PLANTA de implantação do Hospital Militar (não construído). Executado pelo 2.º Tenente Domingos Rafael Dimis. Finais do século XVIII.

de Oliveira ocupava um quarteirão onde foram identificadas estruturas arquitectónicas quinhentistas poderíamos supor que estamos em face de uma situação idêntica às que Luísa Trindade identifica em Coimbra entre os séculos XV e XVI, em que “*a própria casa conquistava espaço à rua privatizando ar e solo comunitário*”¹³¹?

Portanto o quarteirão da vila adentro possui características morfológicas próprias resultado de elementos primários determinantes quer ao nível do edificado público, religioso e militar quer ao nível das estruturas viárias. A mais antiga das estruturas – muralha – definiu-se a partir dos eixos de origem romana. Onde esta interceptava as vias construíram-se as portas de acesso ao interior do núcleo. A sua forma ovalada definiu por sua vez a forma dos quarteirões que lhe foram anexados e os eixos viários definiram as frentes. Convergindo para o centro, onde encontramos a Casa da Câmara e a Sé, símbolos do poder civil e religioso, respectivamente, os quarteirões adaptam-se não apenas aos eixos viários que lhes definem as tardezes como também aos eixos principais, adro e largo já identificados.

Predominam os quintais nas traseiras do edificado que define a frente de rua ou compõe a fachada de um largo. Nos casos dos quarteirões de maiores dimensões como é aquele em que a Mitra possui um pedaço de chão aforado, verifica-se a existência de um quintal interior circunscrito pelo edificado que define a rua à medida que as construções surgem nos limites do quintal.

O que podemos constatar no interior da vila adentro é que o elemento quarteirão é resultado de um processo evolutivo continuado onde o valor da rua medieval só parece ser superado por factos históricos pontuais que “abalaram” a prevalência do eixo medieval face ao edificado. Como foi o caso da expulsão dos judeus de Portugal que permitiu a transformação do quadrante sudeste do núcleo a quando da edificação do

¹³¹ Luísa Trindade – *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da idade Média aos Inícios da Época Moderna*. Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002, pp. 96-110.

convento de Nossa Senhora da Assunção, na primeira metade de quinhentos; Ou a transferência da sede episcopal para Faro originando a adaptação da igreja de Santa Maria e da construção ao longo da época moderna dos paços episcopais e respectivas dependências que no final do século XVIII ocupava já grande parte do quadrante noroeste do núcleo; Ou ainda o terramoto de 1755 ao qual o largo da Sé é devedor da sua amplitude, com a remoção dos destroços das habitações arruinadas pelo cataclismo e que o bispo resolveu não reedificar por volta de 1758¹³².

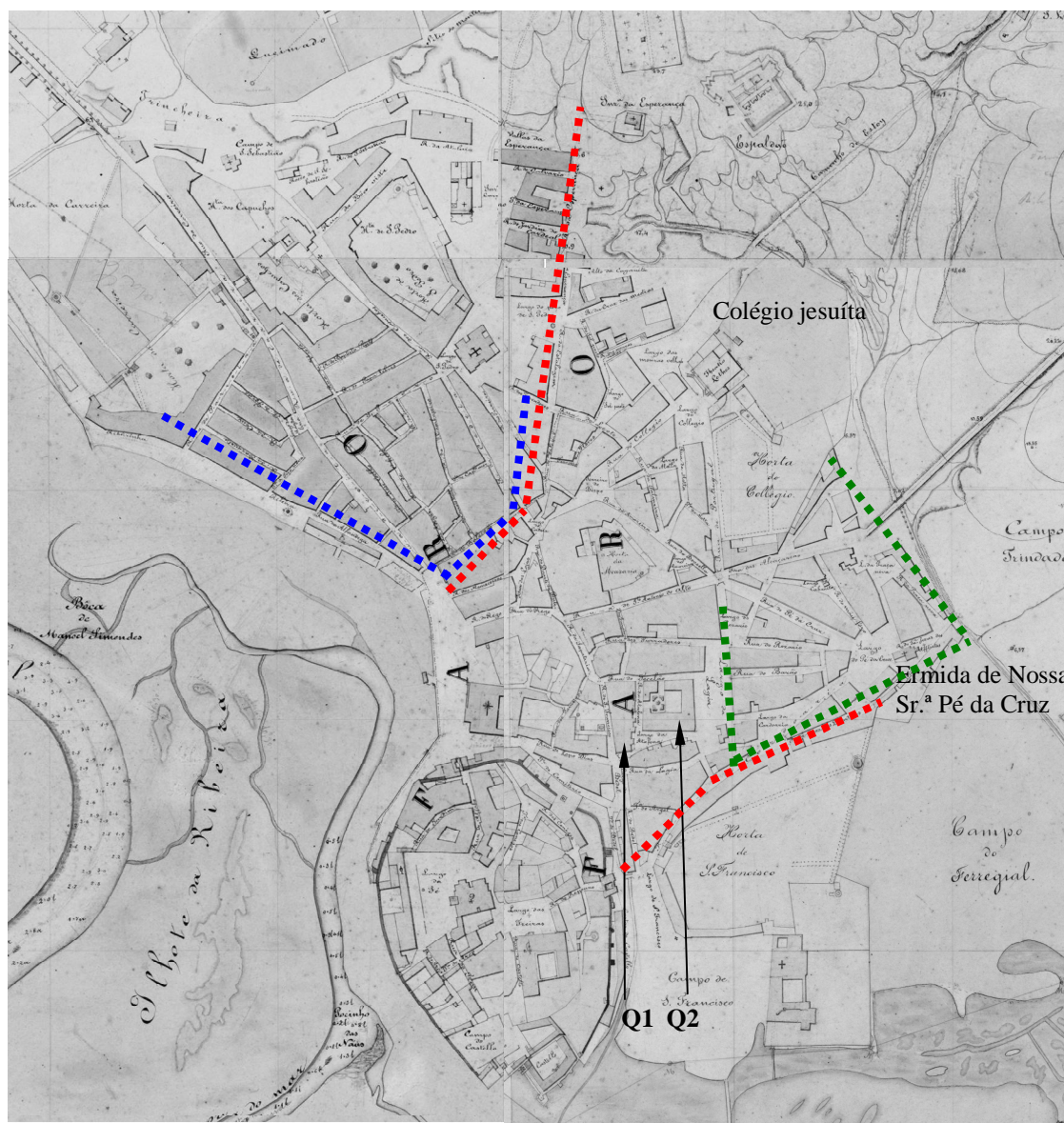
Os eixos fazem a articulação dos elementos primários entre si e deste com as portas da cidade, Arco da Vila, Arco do Repouso e Porta do Mar, do que resulta uma malha mais orgânica de herança medieval.

A delimitação do núcleo pela muralha levou a que durante a época moderna se assistisse essencialmente ao desaparecimento de algumas travessas o que resultou na ampliação de quarteirões e na transformação dos três principais largos com um claro sentido regulador da forma e da função dos mesmos. É o que podemos deduzir quando comparamos quer os dados fornecidos pelo tombo, ainda que escassos quer a planta de Sande Vasconcelos com a planta actual da cidade.

Fora de portas a análise morfológica dos quarteirões permite à partida identificar outras zonas de crescimento. Com características distintas, quanto à forma e orientação, estes quarteirões resultam de elementos e factores distintos, ocorridos em períodos diversos do curso natural da vida da cidade.

Identificamos na planta que se segue essas áreas e fases de crescimento que se intercalam cronologicamente entre si.

¹³² Marcos Blanch Diniz. “Arquitectura Civil em Faro após o terramoto de 1755”. *Anais do Município de Faro*, vol. X, Faro : Câmara Municipal de Faro., 1980, p. 73.



(esquema sobre planta de 1869-72¹³³).

Zonas de expansão:

1. ---- extramuros para nordeste;
2. ---- pólo da ermida de N. Sr.ª do Pé da Cruz;
3. ---- Bairro Ribeirinho.

Q1 e Q2 - quarteirões identificados.

¹³³ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

Na zona 1¹³⁴ assiste-se a um desenvolvimento e expansão do núcleo relativamente orgânicos, a partir das portas da cidade entre a praça pública, aberta à ria que concentrava já alguns edifícios de importância como temos oportunidade de referir, e a zona alagada do sítio de São Francisco e algumas hortas, a sul da rua da Cordoaria. A morfologia destes quarteirões reflecte as características orográficas do local, ao nível da disposição e da orientação dos mesmos. Com seria de esperar o crescimento do núcleo nesta zona da cidade processa-se de forma continuada para nordeste, durante o período de quinhentos. No entanto, logo no início do século XVII a construção do colégio de Santiago Maior e posteriormente a edificação da igreja de Nossa Senhora do Pé da Cruz constituem-se como dois pólos dinamizadores do desenvolvimento urbano moderno, respectivamente. O desenvolvimento desta zona fez-se a partir da porta do repouso para nascente onde ter-se-ão fixado as indústrias ligadas ao mar, como sugere o topónimo «cordoaria». Aqui existia ainda no final do século XVIII uma tercena de cordoeiros¹³⁵ e a maioria dos chãos concelhios eram emprazados por mareantes¹³⁶. Outro dos aspectos que atesta esta orientação no crescimento do núcleo relaciona-se com o carácter fundiário dos quarteirões entre a rua da Cordoaria e a rua de Santo António do Alto. Os quarteirões mais afastados do núcleo amuralhado, apresentam-se ainda de grandes dimensões, com um índice de construção pouco significativo e com funções agrícolas associadas. Assiste-se gradualmente à transformação de zonas periféricas transformando a anterior divisão agrícola do solo.

¹³⁴ Podemos delimitá-la entre as rua da Cordoaria a sul, e as ruas da Estalagem e da Esperança, a norte. A poente pela ria e a nascente por hortas e baldios e posteriormente pela cerca seiscentista.

¹³⁵ “...um terreno hoje reduzido na sua maior parte a casas. Os foreiros têm um quintal e uma trazana de cordoeiros...” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 218-222.

¹³⁶ Domingues Alves; Samuel José; Vitorino José (fl. 225-231); Francisco Tavares o “cara larga”; Francisco Martins o “papagaio”; António dos Santos; Manuel do Nascimento, são alguns dos mareantes residentes na zona da Cordoaria. Temos ainda referência a um cordoeiro, de nome Pedro Dias, cujas casas confrontavam a poente com as do foreiro Manuel Alves ou Alvares. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 211 v.º - 213, fólhos 221 – 221 v.º; fólhos 228 – 228 v.º; fólho 229; fólhos 234 – 236; fólhos 447 – 450 e fólhos 215 v.º 218, respectivamente.

Nestes aspectos reportamo-nos ao que o documento de 1794 nos disponibiliza. O concelho possuía chãos nas ruas e largo da Cordoaria, na rua do cemitério para o largo de São Francisco, na rua de São Francisco, na rua do Tecelão, na rua dos Surradores, na rua e largo da Alagoa, na rua Castilho e na rua do Argel. Os quarteirões mais próximos da vila adentro apresentam uma ocupação mais densa e são constituídos por um maior número de lotes. Este facto não é sinónimo de quarteirões de maiores dimensões. É antes consequência da extrema divisão do solo urbano onde o valor do mesmo fomenta uma acção iniciada há mais tempo. Como explica Luísa Trindade, a respeito das dimensões da casa medieval, “*Vários factores permitem explicar as reduzidas dimensões (...) a disponibilidade financeira (...) directamente proporcional aos recursos económicos do proprietário/arrendatário (...); a localização na malha urbana. Diminui nas zonas de maior centralidade, onde o solo é mais caro e a ocupação mais densa, com tendência para aumentar em superfície na periferia*”¹³⁷. Denuncia, a nosso ver também, o (ou um dos) sentido(s) do crescimento urbano.

A organização medieval do solo nesta zona é de difícil reconstituição a partir de dados tão tardios como os do tomo de 1794. Mas na cidade actual, ainda que bastante alterada, esta fonte permite comprovar a permanência da divisão e da (re)organização do solo durante a época moderna, fomentando o desenvolvimento urbano¹³⁸.

Tomemos como exemplo os dois quarteirões de maior domínio directo concelhio (assinalados na planta por Q1 e Q2 - IMAGEM 22).

O quarteirão (Q1) com 65 varas de norte a sul por 34,5 varas¹³⁹ de poente a nascente, comporta cerca de dezasseis chãos emprazados, todos construídos. A

¹³⁷ Luísa Trindade – *A casa Corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média Aos inícios da Época Moderna*. Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 34 - 35.

¹³⁸ “...o parcelamento do terreno, enquanto por um lado é uma degeneração da cidade, por outro promove concretamente o seu desenvolvimento.”. Aldo Rossi, *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa : Edições Cosmos, 2001, p. 226.

¹³⁹ Valores aproximados.

extremidade sul do lado nascente comportava ainda em 1794 algum terreno baldio. Sabemos que foi inicialmente um fumeiro que pertenceu ao alferes Bartolomeu Lopes Cortes, cujas casas correspondentes são as localizadas no gaveto da rua de São Francisco com a rua Castilho. Portanto as de Joaquim Valeiro¹⁴⁰ (IMAGENS 23, 24, 25 e 26).

O fumeiro ocupava toda a área entre as ruas de São Francisco e do Tecelão mas desconhece-se o comprimento exacto, embora tenhamos referência a outras terras baldias. No decorrer do século XVIII este fumeiro foi sucessivamente subdividido dando lugar a um quarteirão com duas frentes principais, composto quer por lotes de frente única, confrontantes entre si pelos quintais individuais no interior do mesmo, quer por lotes de duas frentes, exceptuando-se, como já vimos, o extremo sul do lado nascente que mesmo em 1794 ainda não se encontrava totalmente definido, certamente devido à proximidade do canal da Alagoa. Este lado do quarteirão confronta claramente com um eixo secundário, uma pequena travessa que, não tendo designação própria, é descrita como “...travessa que vem da rua de São Francisco para a rua da Atafona...”¹⁴¹. Por sua vez o lado norte, embora igualmente confrontando com uma rua secundária, regista três moradas de casas cujas fachadas principais dão para esta artéria¹⁴² (IMAGEM 27).

O quarteirão (Q2) a nascente do anteriormente referido caracteriza-se, no final do século XVIII, por um chão maioritariamente baldio. Neste caso concreto temos um contrato de aforamento redigido entre o senado da câmara e Gaspar Dias em 1687 correspondente ao chão que em 1794 estava na posse do feitor da portagem Francisco

¹⁴⁰ Um carpinteiro ausente em Gibraltar que se fez representar pelo pedreiro José Domingos. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 286vº-289.

¹⁴¹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 320-322v.º.

¹⁴² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 289-296.



IMAGENS 23, 24, 25 e 26.

Quarteirão Q1 – Fotografia aérea. Identificação do quarteirão nas plantas da cidade de 1869-72¹⁴³ e de 1931¹⁴⁴, respectivamente. Identificação dos lotes de 1794 (sobre planta actual).

¹⁴³ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.^a F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.



IMAGEM 27.



IMAGEM 28.

IMAGEM 27 **Quarteirão 1** – Identificação de fachadas principais viradas a norte (sobre planta actual).

IMAGEM 28. **Quarteirão 2** – Identificação do fumeiro (**F**) em 1686/87. (sobre planta actual).

¹⁴⁴ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

de Oliveira e sua mulher Josefa Machada e do cónego Francisco de Oliveira, filho do casal.

A carta de aforamento mostra-nos que o terreno em questão (46,5 varas por 18 varas) confrontante a poente com a rua da Atafona, estava em 1686/87 baldio para o concelho e confrontava a nascente, em parte, com um fumeiro que também pertencia a Gaspar Dias de Castro o qual o requeria agora em aforamento ao senado da câmara com a justificação que sendo um chão “...*que não tem serventia alguma antes delle toda esta cidade faz monturos com imundicias...*”o pretendia “...*tapar com paredes...*”¹⁴⁵ solucionando assim o problema de lixeira paredes meias com o seu fumeiro¹⁴⁶. Do lado norte confrontava com um quintal de Francisco Ferreira e pelo sul com a rua da Atafona. Daqui podemos concluir que este quarteirão, cujos *prédios* eram de maiores dimensões, era maioritariamente não construído (IMAGEM 28).

Em 1794 esta imagem alterara-se consideravelmente. O núcleo adensava-se à medida que se construía em *prédios* antes dedicados a pequenas actividades agrícolas como os fumeiros, muito frequentes entre a «área de residência» de Faro. José Vicente Serrão salienta a importância das “...*árvores de fruto, desde as mais tipicamente mediterrâneas (figueiras, amendoeiras, alfarrobeiras), especialmente abundantes no Algarve, onde constituíam mesmo o suporte da respectiva economia. (...) Refiram-se também as hortas, que, a despeito de ocuparem uma área limitada da superfície agrária, desempenhavam um papel de extrema importância na satisfação das*

¹⁴⁵ ADF – AHCMF – Série D/A.1 – *Escrituras e Cartas de Arrematação de Aforamentos*, n.º 1 (1686-1687), fólios 45 – 46 v.º.

¹⁴⁶ Para além desta esterqueira encontramos uma outra, referida no tombo como “*o sitio antigamente chamavam o monturo alto*”, na rua da cordoaria, no velado da horta de São Francisco (corrigimos para Horta dos Cães). ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 218 – 222. Se no século XVIII estavam em áreas pouco densificadas da cidade no século seguinte estavam já no interior. Luísa Trindade diz a propósito da higiene urbana (ou falta desta) que “*Esterqueiras e águas sujas foram, pelo menos e partir dos grandes surtos de peste do século XIV, consideradas como nefastas para a saúde pública*”. Luísa Trindade – *A casa Corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média Aos inícios da Época Moderna*. Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 34 - 35.

subsistências alimentares quotidianas. Por esta razão, elas eram parte indispensável da paisagem rural periurbana e mesmo intra-urbana...”¹⁴⁷. Era o campo na cidade.

O antigo fumeiro era agora apenas quintal que ainda se regista como “...*a que chamam fumeiro...*”¹⁴⁸ e pertencia ao reverendo chantre António José Aires, do que se conclui que já não prestava esta actividade. O terreno anexo a poente que Gaspar Dias de Castro aforara em 1686/87 estava agora totalmente construído. Mantinha-se o foro de 700 réis pagos pelo feitor da portagem Francisco de oliveira, embora apenas possuísse as suas casas nobres não incluídas no foro e as de seu filho. A restante área fora dividida em 2 lotes de casa, câmara e quintal, pertencentes a João Martins¹⁴⁹ e a Joaquim José Pegado, respectivamente e três moradas de casas pertencentes ao capitão Francisco Samuel Furtado, uma das quais composta igualmente por casa, câmara e quintal, quase demolidas.

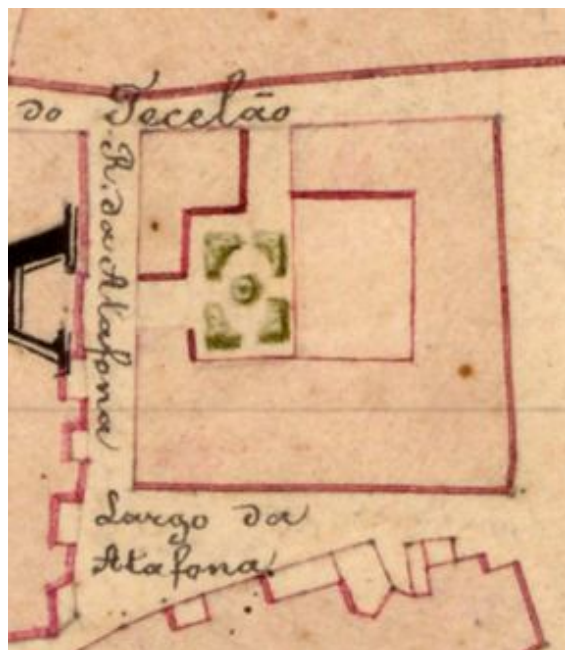
Assiste-se portanto naturalmente a uma gradual densificação e consolidação dos quarteirões periurbanos onde constam propriedades da câmara e os demais terão sofrido processo evolutivo semelhante. Consequência do parcelamento do solo que promove a evolução do núcleo alterando consecutivamente a forma e a imagem da cidade (IMAGEM 29, 30, 31 e 32).

No caso de quarteirões de forma rectangular, em que obviamente as fachadas principais constituem os dois lados de maior comprimento dos mesmos, os lotes resultam do seu preenchimento total onde apenas os quintais, maioritariamente individuais, constituem área não construída. Foi impossível, no entanto, calcular a proporção entre espaço construído e não construído pela ausência de medição interior dos lotes.

¹⁴⁷ José Vicente Serrão. «O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução». José Mattoso (dir.). *História de Portugal: O Antigo Regime*, vol. 4º, Lisboa : Ed. Estampa, pp.77.

¹⁴⁸ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 243v.º- 249v.º

¹⁴⁹ Compradas livres e isentas a António Martins por 67.200 réis.



IMAGENS 29, 30, 31 e 32.

Quarteirão Q2 – Identificação dos *prédios* aforado em 1794 (sobre planta actual). Identificação do quarteirão nas plantas da cidade de 1869-72¹⁵⁰ e de 1931¹⁵¹, respectivamente. E fotografia aérea.

¹⁵⁰ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

¹⁵¹ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

A forma dos quarteirões nesta área varia entre o rectangular, o quadrado e o triangular até, fortemente condicionados e orientados por artérias medievais como a rua da cordoaria ou por factos naturais/orográficos como os canais de água que atravessavam diversas zonas da cidade. O quarteirão da rua de São Francisco é exemplo disso mesmo com as três faces (poente, norte e nascente) perfeitamente definidas em finais do século XVIII. E apenas o lado sul, que como já referimos confrontava com um canal de água, apresentava-se pouco regular. O próprio largo da Alagoa, que em 1794, chamavam ainda «sítio», era o resultado do encontro de águas que desciam pela rua de Portugal e subiam de São Francisco pela rua (ou largo) da Atafona. Zona de alagamento, portanto, mas que veio a resultar num espaço muito regular. Não era tão comprido como actualmente, porque já não existe um pequeno quarteirão do lado sul. Com a demolição destas casas encurtou-se a rua nova da Alagoa que fazia a ligação entre a rua de São Francisco e a Cordoaria (IMAGEM 32).

Do sítio da Alagoa para nascente assistimos a uma alteração no sentido do desenvolvimento urbano onde parece predominar a importância duma ermida dedicada a Nossa Senhora do Pé da Cruz implantada no limite da rua da Cordoaria. Nos limites do núcleo portanto. Voltada para a cidade dispõe de um amplo adro a partir do qual partem ruas entre a cordoaria, em forma radial, e outro canal que escoia as águas pela extremidade do amplo Campo da Trindade. Identificamo-la como uma segunda zona de desenvolvimento urbano (assinalada a verde na planta “zonas de expansão” apresentada anteriormente).

Entre as seis artérias destaca-se a rua do Poço dos Cântaros no enfiamento da rua do Bousela, que se inicia onde esta termina. Na zona da Pontinha do Peixoto, cujo topónimo se manteve até à actualidade apenas sem o patronímico. A “pontinha” permitia o atravessamento do canal da rua de Portugal a que também já aludimos.

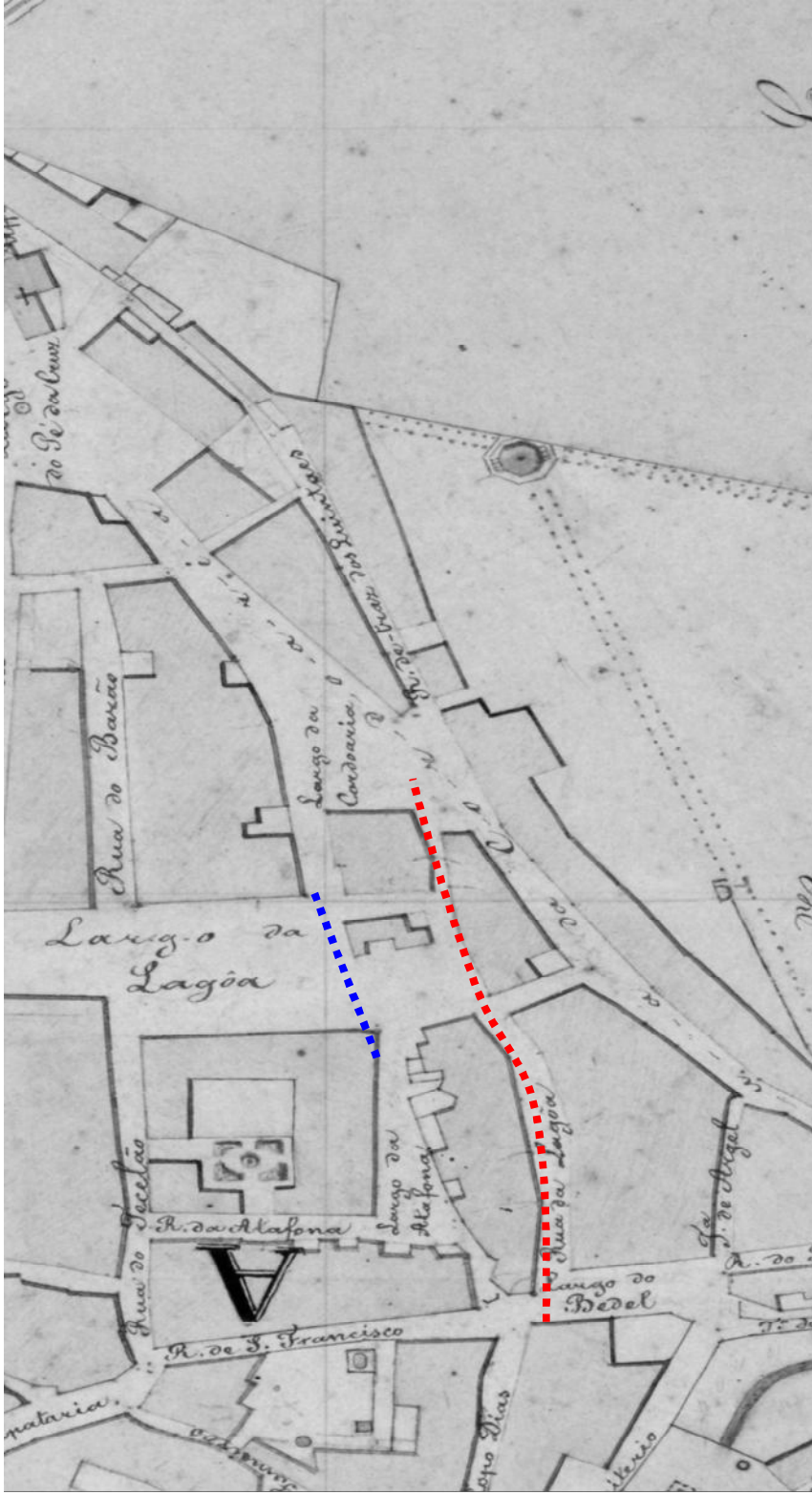


IMAGEM 32.

Em 1794 ----- Comprimento da rua da Alagoa. ---- Limite sul do largo da Alagoa. (sobre planta da cidade de 1869-72)

Da disposição destas artérias resulta a forma rectangular irregular dos quarteirões desta área, cujos lados próximos à ermida são de menores dimensões. Alguns dos quais em 1794 estavam já perfeitamente definidos embora com terrenos ainda baldios por aforar. O que denunciará por certo uma preocupação, por parte de quem regula, em definir a área de construção. Exemplo disso, ilustrado pela planta de 1869-72, é o quarteirão definido pelas ruas do Barão e do Castilho, que do lado nascente se encontra baldio mas com o traçado da rua bem definido (IMAGEM 33, zona 2, n.º 3).

À medida que o núcleo se densificava foram crescendo nos limites das grandes propriedade (hortas conventuais, colegial ou privadas) frentes de rua definidas por casas em banda, implantadas nos seus limites, cujas traseiras confrontavam com os muros destas propriedades, consolidando caminhos anteriormente delineados. Um exemplo desta realidade é o lado sul da rua da Cordoaria que contorna a antiga horta do Cães, pertença do capitão-mor Manuel Figueiredo Mascarenhas Manuel¹⁵², em 1794.

Outro exemplo é o conjunto que se desenvolveu anexo ao muro sul da horta do Colégio. Um chão aforado, em 1794, ao capitão Francisco Furtado Sarre e Ana Gertrudes. É referido como “*terreno reduzido a*”o que nos leva a sugerir que a quando da realização do tomo velho (c. 1680) fosse um baldio. Os foreiros arremataram-no em praça comprometendo-se a pagar os sete laudémios atrasados deixados pelo anterior foreiro. No final do século XVIII este quarteirão estava dividido em 17 pequenos lotes entre o foreiro e possuidores de algumas das casas o que revela a subdivisão do terreno mas não o subaforamento.

¹⁵² O tomo de 1794 refere-se a esta propriedade como a “...*horta de São Francisco, assim chamada...*”, embora tenhamos optado pela anterior designação de Horta dos Cães para diferencia-la da “verdadeira” horta conventual de São Francisco a esta anexa. Sobre esta questão ver: José Eduardo Horta Correia - “A Torre da Horta dos Cães”. *Monumentos*, n.º 24. DGEMN: Lisboa, pp. 106-115. Estamos, no entanto, em condições de antecipar a data a partir da qual esta horta começou a ser chamada por Horta de São Francisco. Ver também: Catarina Almeida Marado – *Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tesis doctoral. Univerdidad de Sevilla. 2007. Vol. 1. Capitulo 3.4.3. El caso de Faro: la importancia de los suprimidos conventos en la transformación de la ciudad de finales del siglo XIX”, pp. 204 – 213. (policopiado). A autora distingue entre Horta de São Francisco e Horta do Quartel num contexto pós extinção das ordens religiosas.



---- Canal por onde escoavam as águas

---- Rua do Poço dos Cântaros

1. Pontinha do Peixoto
2. Ermida de N. Sr.^a do Pé da Cruz
3. Terreno baldio no quarteirão
4. Largo da Alagoa
5. Cordoaria

(sobre planta da cidade de 1869-72)

Outro caso é um emprazamento na rua Nova Baptista Pinto¹⁵³. Tinham aforado quase na totalidade um terreno que hoje constitui a parte sul do quarteirão definido pelas ruas Serpa Pinto, Nova Baptista Pinto e do Prior. Os foreiros, Mariana Joaquina e Joaquim José Nunes, seu marido, aforaram um terreno com cinquenta e três varas de comprimento de nascente a poente, desde a rua da Viola e de uma pequena casa no gaveto desta rua pertença do foreiro Francisco Xavier de Azevedo até às casas de Manuel Martins Viegas na extremidade oposta. Tinha de profundidade, de norte a sul, vinte e uma varas. Este terreno confrontava pelo norte com a cerca do convento de Santo António dos Capuchos implantado na periferia da cidade em terrenos agrícolas, doados em 1620. O edifício conventual, de características de implantação territorial próprias¹⁵⁴ constitui-se como limite e barreira do núcleo mas simultaneamente como pólo dinamizador de um espaço em processo de consolidação urbana até ao final do século XVIII¹⁵⁵ (Imagem 34).

¹⁵³ Amélia Andrade refere que, para a época medieval, o qualitativo «nova» conjugado com o nome da artéria ajuda a distinguir momentos de ocupação do espaço urbano, ressaltando no entanto que a questão da «Rua Nova (...)», no século XV/XVI pode ter duplo sentido, associado à abertura de uma nova artéria ou à substituição de uma designação. Amélia Andrade – “Conhecer e Nomear. A Toponímia das Cidades Medievais Portuguesas”. *A Cidade: Jornadas Inter e Pluridisciplinares (Actas I)*. Lisboa : Universidade Aberta, 1993, pp. 121-140. A rua Nova Baptista Pinto integra-se no segundo grupo, resultado de um facto que se desconhece que originou a substituição do antigo topónimo: rua Manuel Cordeiro. A fonte regista outros casos semelhantes: a antiga rua do Forno de Luís Alvares (em 1794 rua do Papa Lebres); a rua do Forno do(a) Bousela; a antiga rua do Bedel (em 1794 rua de São Francisco); a antiga rua da estalagem do caldeireiro (em 1794 rua da Estalagem de São Pedro).

¹⁵⁴ “*Los conventos capuchos de Tavira y Faro, a los que denominamos de “segunda generación”, esto es, de fundación urbana, tuvieron también un modelo propio de implantación en la ciudad. Se sirvieron de un espacio público (una calle o una plaza) e instalaron su casa de modo que la fachada de la iglesia – único elemento que conectaba con el exterior – quedara orientada hacia la zona contigua, creando así un área de encuadramiento – un pequeño espacio público – que la hacía más visible, reforzada además por el muro de la cerca, que nos conduce la mirada hacia su fachada.*” Catarina Almeida Marado – *Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tesis doctoral. Universidad de Sevilla. Vol. 1, 2007, pp. 114. (policopiado)

¹⁵⁵ “*Quer como pólos dinâmicos, quer como barreiras, os conventos, pela sua escala, constituem sempre espaços a um tempo rígidos – na medida em que marcam fortemente as malhas, não sendo fácil alterar as dimensões e até o edificado...*” Jorge Gaspar – “Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade”. Virgínia Frois (coord.) - *Conversas à volta dos conventos*. Évora : Casa do Sul, 2002, p. 89.

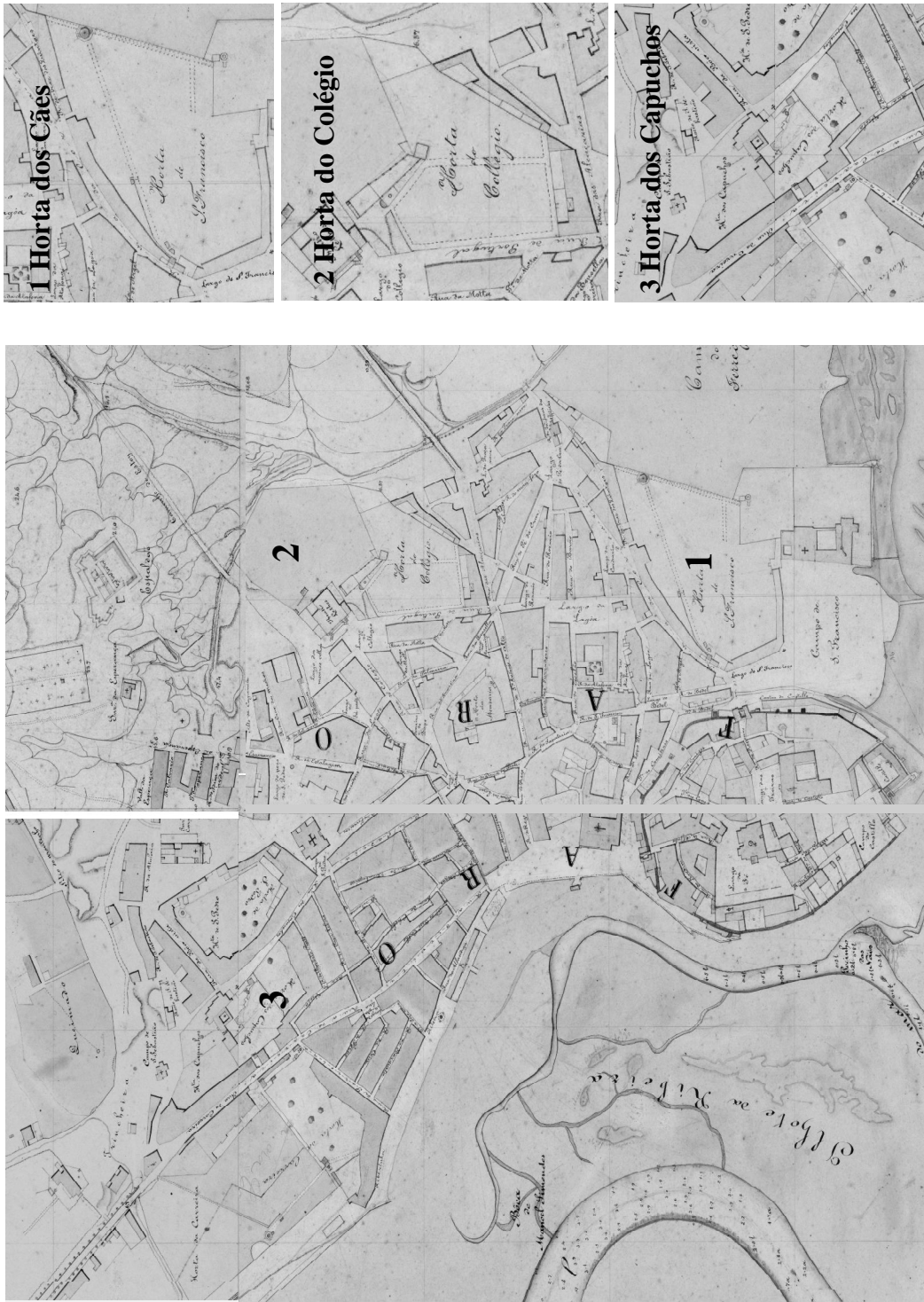
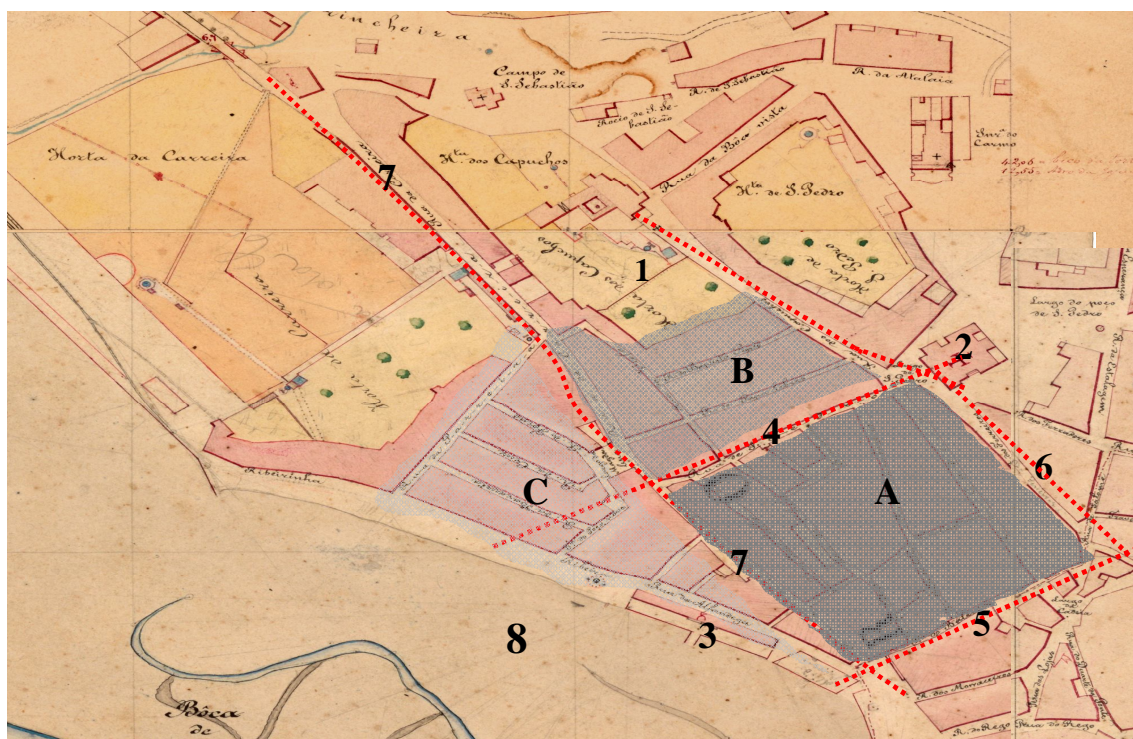


IMAGEM 34. Construções nos limites das cercas das hortas (sobre planta da cidade de 1869-72)

Identifica-se uma terceira zona de Faro moderno (assinalada a azul na planta “zonas de expansão” - IMAGEM 22). O bairro ribeirinho de origem medieval tardia e afirmação moderna. A malha urbana, aparentemente ortogonal, deste conjunto sugere um tipo de quarteirão de morfologia rectangular. Com características formais muito próprias este conjunto urbano destaca-se do restante núcleo. Podemos defini-lo entre a rua da Estalagem Nova, a rua dos Ferreiros a nascente, a rua Direita a poente e o convento de Santo António dos Capuchos e respectiva horta a norte, implantado na periferia do núcleo moderno e que veio a constituir-se como barreira deste bairro. O quarteirão a nascente deste conjunto definido pelas ruas dos Ferreiros e rua dos Ferradores podemos entendê-lo como uma zona de franja cujo desenvolvimento formal longitudinal se assemelha às características dos quarteirões da zona do bairro. Bem como a zona a poente da rua Direita, mais tardia e que se terá desenvolvido na direcção da ria à medida que esta se assoreava.

Em planta podemos dividir esta área em três partes: a primeira (A) entre a rua da Estalagem Nova e a rua de São Pedro. Onde o quarteirão respeita o alinhamento medieval das ruas Direita e dos Ferreiros, denunciando a origem deste bairro nesta zona; a segunda (B), entre a rua de São Pedro (consolidada na época moderna com a elevação da ermida de São Pedro a sede da recém-criada paróquia) e a horta conventual dos capuchos. Dois elementos, perpendiculares à ria, que actuam como limite e definem uma nova orientação nos quarteirões desta zona; e a terceira (C) diz respeito ao conjunto de quarteirões que foram surgindo gradualmente, cremos nós, ao longo da época moderna, em relação com a ria para a qual estavam orientadas as frentes (IMAGEM 35).



Fases de crescimento do bairro ribeirinho (sobre planta da cidade de 1869-72¹⁵⁶)

1. Convento dos Capuchos
2. Igreja de São Pedro
3. Armazém da Companhia das Reais Pescarias do Atum
4. Rua de São Pedro
5. Rua Nova da Estalagem
6. Rua dos Ferreiros
7. Rua Direita
8. Ria

¹⁵⁶ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.^a F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

Só tardiamente se construiu o edifício onde mais tarde se instalou a Alfândega, numa afirmação e superioridade relativamente ao conjunto habitacional do próprio bairro. Era o edifício dos Armazéns da Companhia das Reais Pescarias dos Atuns¹⁵⁷, individualizado quer pela posição isolada, afirmando-se como nova fachada, quer pelas suas singulares dimensões com cerca de noventa metros de frente por cerca de cinco metros de profundidade. Deu origem a uma nova artéria ao mesmo tempo que retirava a posição de frente ribeirinha aos quarteirões que agora davam para as traseiras do edifício real. O tomo dos *prédios* urbanos refere-a como “...a rua dos armazéns da Companhia das Reais Pescarias dos Atuns...”¹⁵⁸, embora o tomo da misericórdia a refira como “...a rua corrente da Ribeirinha...”¹⁵⁹.

Parece-nos evidente como no bairro ribeirinho a importância da «Rua» prevalece relativamente ao edificado, definindo a morfologia e orientação dos seus quarteirões.

A rua de São Pedro constitui-se como elemento de charneira na composição do conjunto dos quarteirões que compõe e caracterizam o quarteirão do bairro Ribeirinho, ao nível da orientação das suas fachadas. A sul desta artéria (zona A), os quarteirões compõem-se maioritariamente por duas frentes orientadas para poente e nascente com os lotes anexos pelos quintais interiores, respeitando a orientação da rua Direita. A norte (zona B), com igual número de frentes principais, orientam-se para norte e sul. E o logradouro interior continua a ser o elemento que une lotes contíguos.

Desconhecendo a origem histórica do bairro ribeirinho e o tipo de ocupação praticado, dada a escassez de propriedade concelhia nesta zona, consideramos poder salientar a importância do espaço público relativamente à definição e transformação do

¹⁵⁷ Optámos por usar a designação corrente em Faro, como ficou registada no tomo. Mas a designação correcta deste organismo instituído em 1773 era *Companhia Geral das Pescarias Reaes do reino do Algarve*. Merja Muzavor – *A Alfândega de Faro*. Tese de licenciatura em Património Cultural, Faro : Universidade do Algarve, 2006, p. 28. (policopiado).

¹⁵⁸ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 416v.º-418v.º.

¹⁵⁹ Arquivo da Misericórdia de Faro – *Tombos dos Foros*, 1784, fólio 4.

quarteirão que nesta zona é, aparentemente, mais regular que na restante cidade medieval e moderna. Assim, com base na cartografia actual, identificamos um tipo de quarteirão maioritariamente rectangular, em que os lados de maiores dimensões acompanham as artérias principais. E as de menores dimensões dão para as travessas. A partir da rua de São Pedro o elemento “travessa” deixa de existir e esta situação altera-se. As duas artérias de maior importância – rua Direita e rua de Santo António dos Capuchos – definem agora os lados de menor dimensão do quarteirão, devido ao facto de a rua de São Pedro constituir a partir daqui o *elemento primário* na orientação dos quarteirões na sequência do desenvolvimento para norte. Assim, a orientação distinta dos quarteirões que compõem o bairro ribeirinho_ paralelos à ria entre a praça e a rua de São Pedro e perpendiculares à ria a partir desta rua _ correspondem a duas fases de crescimento consecutivas e a vectores de dinamização urbana distintos. Se para a primeira a rua de São Pedro é um limite para a segunda é o elemento orientador/estruturador.

Relativamente ao parcelamento interno do quarteirão, independentemente da sua orientação no espaço, este constituía-se por duas fachadas principais opostas entre si, o que resulta no lote de frente única. O interior dos quarteirões compunha-se de logradouros privados ou semi-privados de cada habitação ou de um pequeno número de habitações (IMAGENS 36 e 37).

No que refere ao número de pisos os casos existentes nesta zona, sobre a qual obtivemos dados, dão conta de edifícios de um e dois pisos. Os dados, relativamente à restante cidade, revelam que dificilmente se terá ultrapassado este valor. Quanto muito o segundo piso poderia ter açoteia ou varanda tipo terraço.



IMAGENS 36 e 37.

Esquema da divisão do quarteirão (sobre planta actual).

Pormenor da planta e de 1931¹⁶⁰ correspondente.

¹⁶⁰ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

2. O LOTE

A caracterização do lote de finais da época moderna afigura-se de maior dificuldade dada a falta de detalhe na já por si escassa cartografia antiga. A par desta realidade está o facto deste tomo não abranger a totalidade do espaço urbano. Como tal a análise avançada é realizada com base na interpretação dos dados recolhidos na nossa fonte, que consideramos satisfatória para início de estudo desta temática que outros estudos poderão aprofundar futuramente.

Como já tivemos oportunidade de referir, o levantamento do perímetro dos *prédios* permitiu-nos, após a identificação da artéria, a identificação de alguns desses lotes na cartografia actual de Faro. Em caso de menor detalhe, como o registo apenas da dimensão total de determinado *prédio*, sem referência a medidas individuais de cada parcela, podemos avançar hipóteses, em alguns casos, a partir do cruzamento dos dados descritivos com o existente. É exemplificativo o conjunto da travessa das Alcaçarias onde acreditamos ter chegado muito próximo da imagem deste conjunto em finais de setecentos.

O exemplo do terreno emprazado ao Capitão Francisco Furtado de Sarre e sua mulher Ana Gertrudes na travessa das Alcaçarias ou o terreno emprazado a Mariana Joaquina e seu marido Joaquim José Nunes na rua Nova Baptista Pinto¹⁶¹ configuram o desenvolvimento e expansão do núcleo urbano. Eram terrenos que podemos caracterizar de semi-urbanos onde prevalecia uma grande percentagem de área não edificada, dedicada a actividades agrícolas, ou simplesmente terra baldia do concelho, como o primeiro exemplo configura. Já o segundo exemplo havia sido um fumeiro, como muitos outros de que encontramos frequentes referências neste tomo. Um terreno com cinquenta e três varas de frente por vinte e uma varas de profundidade, composto

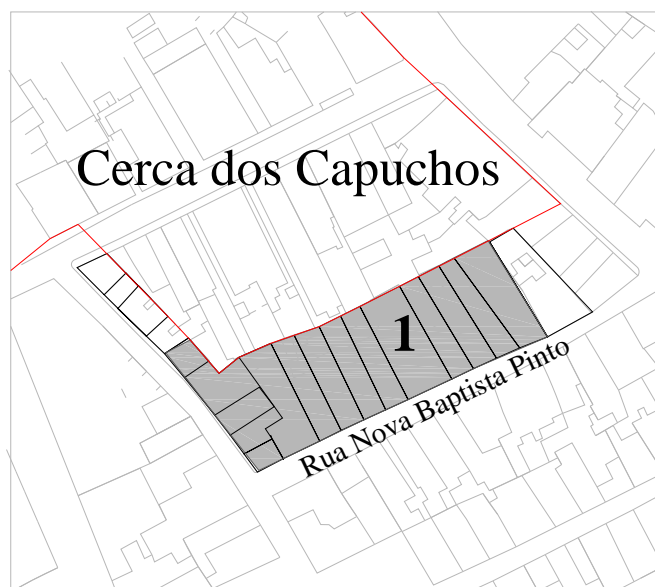
¹⁶¹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1(1794/1796), fólios 88 v.º - 90; fólios 325 – 329 v.º, respectivamente.

originalmente por casa de compartimento único e um poço. Em 1794 ainda existiam quer a casa original quer o poço do fumeiro. A casa pertencia agora a Francisco Xavier de Azevedo e Teresa de Jesus. O antigo poço era dividido com Ana Isabel dos Santos Trocato que tinha agora outra morada de casas composta por casa, câmara e quintal. O quarteirão, que se caracterizava por se constituir de uma única parcela encontra-se, em 1794, dividido em lotes (IMAGEM 38).

Prevalece a morada de casa de frente única, uma vez que se trata de um *prédio* confrontante com a cerca conventual capucha. São lotes com moradas de casas de piso térreo com composição interna simples de casa e câmara, com ou sem quintal. A mais complexa das moradas de casas compõe-se de seis casas e dois quintais, pertencente a Francisco Xavier de Azevedo, pelo que seria um lote de maior largura.

Concluimos portanto que a este tipo de lote semi-urbano ou urbano de características rurais, de grandes dimensões associadas a actividades agrícolas sucede o lote de pequenas dimensões de funções maioritariamente habitacionais, transformando quarteirões constituídos por amplos *prédios* em espaços parcelados e construídos, com fachada à face da rua e logradouros no interior, quando existem.

Situações como estas sucedem-se essencialmente em zonas de expansão do núcleo. Em zonas de ocupação mais antiga e consolidada assiste-se à diminuição da largura do lote e respectivas construções. Com a proximidade do centro e o crescente valor do solo (decorrente dessa centralidade) a largura dos lotes é tendencialmente menor. Identificamos no capítulo anterior quarteirões compostos por lotes quer rectangulares, estreitos e profundos, quer tendencialmente quadrangulares devido à abundância de espaço e conseqüente alargamento das fachadas. Estas são características do lote medieval em centros urbanos muito densificados, onde a procura pelo centro tornava os lotes mais estreitos. Nas palavras de Amélia Andrade, “...como o



Lotes, de frente única, confrontante com estrutura preexistente.

Exemplo 1 – *Prédio* emprazado na rua Nova Baptista Pinto (mancha cinzenta)

(sobre planta actual da cidade)

crescimento em altura tinha, como é óbvio, limites, foi necessário recorrer a outro estratagema: a expansão do prédio no sentido oposto ao da sua fachada, originando uma casa estreita e comprida. Esta tendência, mais acentuada no núcleos urbanos nortenhos, originava habitações bastante compridas – podiam ser quatro ou até cinco vezes mais compridas do que largas - que chegavam a estender-se de uma rua a outra e a ter até serventia para ambas as artérias.¹⁶²” O quarteirão (Q1) confrontante a poente com a rua de São Francisco que apresentamos no capítulo anterior é exemplo desta situação. São vários os lotes que em 1794 tinham serventia para ambas as ruas.

O modo como a cidade de Faro se transformou e a falta de sistematização das medidas individuais de cada parcela no documento não permitem retroprojectar, para a época medieval com a satisfação desejada, os dados recolhidos no tomo de 1794. Pelo que não estamos em condições de afirmar que, Faro enquanto núcleo urbano no sul, embora não partilhe de grande densidade populacional¹⁶³ possa ter partilhado de tais características medievais do lote. Documentação medieval permitiria afirmar se lotes como aquele em que se encontra o edifício com a “janela renascentista” eram ou não uma constante no Faro medieval, pois este partilha das proporções referidas pela autora¹⁶⁴ (IMAGENS 39, 40 e 41).

Mas voltemos ao século XVIII. Identificamos, na rua de São Francisco “*em frente ao pocinho*”, uma situação excepcional em todo o documento. Um lote cujas casas estavam literalmente divididas entre dois foreiros. Ficaram registadas uma e outra

¹⁶² Amélia Andrade – “A Paisagem Urbana Medieval Portuguesa: Uma Aproximação”. *Universo Urbanístico Português, 1415-1822, Colectânea de Estudos*. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 28.

¹⁶³ Isso vê-se pelo facto de Faro ter construções de apenas dois pisos até finais do século XVIII. Nunca ter-se-á sentido o constrangimento suficiente que obrigasse à construção em altura de vários pisos.

¹⁶⁴ Amélia Andrade – “A Paisagem Urbana Medieval Portuguesa: Uma Aproximação”. *Universo Urbanístico Português, 1415-1822, Colectânea de Estudos*. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 11-38.



IMAGEM 39. Edifício da janela renascentista – Identificação do lote (3,3 m x 14 m)
(sobre planta actual);



IMAGENS 40 e 41. Foto do Edifício; E pormenor da janela renascentista

propriedade, em que um dos confrontantes é detentor da outra metade das casas e responsável pelo pagamento de outros 10 reis do foro¹⁶⁵. Trata-se de umas casas com quintal e um poço, tudo dividido a metade. Confrontava com as casas de Manuel Gonçalves a sul, a norte com casas do moleiro João Rodrigues e a nascente com o quintal e as casas de Brites Maria a “gança”. O lote original media cerca de sete varas de frente, de norte a sul, por entre doze e meia a treze varas de profundidade, de poente a nascente. Em 1794 encontra-se descrito como “...metade de umas casas...” e “ a outra metade das casas...”, correspondentes aos foreiros Manuel de Sousa e a Mateus dos Santos, respectivamente. A profundidade do lote manteve-se dividindo-se o mesmo longitudinalmente, de poente a nascente, o que ocasionou a sua transformação em dois lotes com duas frentes de moradas de casas de três varas e meia e quatro varas, respectivamente.

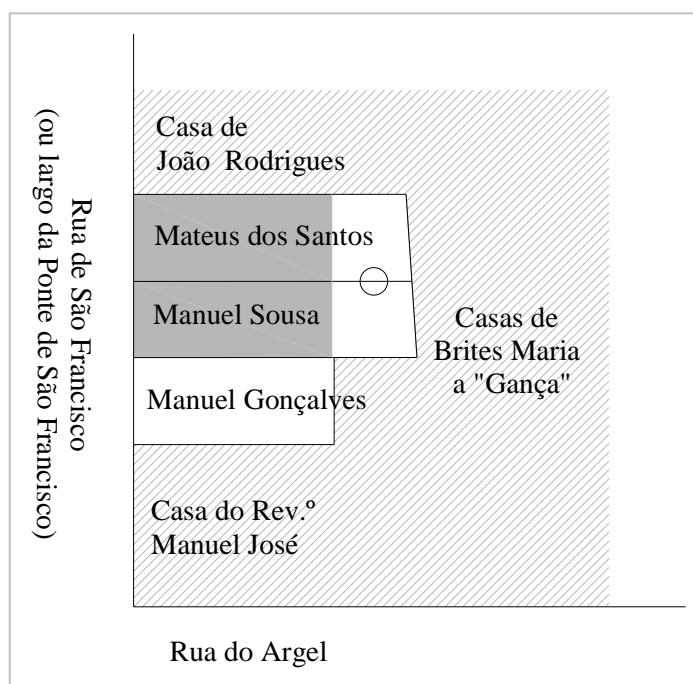


IMAGEM 42. Esquema aproximado da divisão longitudinal do lote (1794) na rua de São Francisco.

¹⁶⁵ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1(1794/1796), fólios 267v.º-272. O pocinho existiu no actual Largo D. Marcelino Franco próximo do Palácio Belmarço.

Para além do lote rectangular tanto mais acentuado quanto menor a largura do lado confinante com a rua e do lote rectangular com fachada mais ampla que lhe diminui esse aspecto alongado temos ainda um outro tipo de lote em finais deste século. É o lote de formas irregulares e identificamo-lo essencialmente em quarteirões onde a confluência de ruas criam por vezes ângulos diferentes que se traduzem em formas igualmente irregulares. Configuram a adaptação do edificado face ao predomínio, e muitas vezes face à antiguidade, de eixos viários medievais. Neles se construíram edifícios de gaveto com duas, ou a até com três fachadas dependendo do ângulo resultante da intersecção entre ruas, que referimos no capítulo seguinte.

Como já referimos, a quando da análise do edificado, a construção em altura aponta, pelos dados fornecidos, para um máximo de dois pisos, embora esta seja uma medida inexistente neste tipo de documentação. Não importa para a entidade gestora se o índice de construção de determinado *prédio* é agora maior ou menor, importa registar as alterações e confirmar o respeito pelo perímetro aforado. A referência a alpendradas, apartados casas e casinhas nos fundos dos quintais cruzando com a realidade de casas, no máximo com dois pisos, revela uma eventual ampliação da área construída, primeiramente, no sentido da ocupação ou absorção do espaço não construído que constituía o quintal.

Como nas periferias também no centro o espaço não construído no interior do lote é sempre na parte posterior do edifício como já tivemos oportunidade de referir. É muitas vezes usado com a mesma finalidade de cultivo para subsistência, embora com uma área disponível menor. Assim como em época medieval persistem no interior do lote farenses setecentistas pequenas culturas ou uma ou outra árvore de frutos¹⁶⁶.

¹⁶⁶ Luísa Trindade – *A casa Corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média Aos inícios da Época Moderna*. Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002, pp. 28-30. E ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1(1794/1796),

Ainda hoje encontramos no interior de alguns dos quarteirões mais antigos da cidade algumas áreas verdes. Não dispomos de cartografia antiga que identifique os quintais interiores afim de quantificar a área não construída do lote fareense. A planta de 1931, a única que apresenta o detalhe a nível das coberturas não deixa, no entanto, fácil a tarefa de distinguir entre área não construída e os telhados planos. Assim não conseguimos colmatar uma outra dimensão bastante desvalorizada nesta fonte face ao perímetro, pela mesma razão anteriormente apontada: a área. Ao passo que o perímetro dos lotes, individualmente referidos sempre que correspondentes a um foro, nos é dado pelos louvados, as áreas construídas e não construídas destes lotes nunca são possíveis de calcular pela ausência de levantamento das dimensões dos quintais, logradouros ou terrenos adjacente à morada de casa. Consideramos que seria importante quantificar o índice de espaço edificado do lotes urbano de Faro no final do século XVIII, mas na impossibilidade de o fazer, não podemos deixar de referir que a omissão de dimensões individuais da compartimentação do edificado não constitui um erro ou falha do documento. Devemos compreendê-las como referências desnecessárias, atendendo ao teor da documentação que constitui a nossa fonte primária. Interessa tão-somente calcular o valor do chão aforado independentemente do que nele está construído, no caso de novos empraçamentos. Na revisão dos antigos importa apenas confirmar as dimensões e valores já estipulados, alguns dos quais com mais de um século de atribuição.

A amostra do edificado, fornecida pela nossa fonte, não permite igualmente avançar dados concretos quanto a uma eventual dimensão padronizada dos lotes visitados. A diversidade de resultados na relação frente / fundo não apresenta resultados satisfatórios no conjunto dos dados, porque embora todos os *prédios* apresentem as

fólios 42 – 42 v.º; fólios 121 – 124; fólios 231 - 233 v.º e fólios 401 – 403, para citar alguns exemplos que ficaram registado em tombo.

respectivas dimensões, o mesmo nem sempre acontece na descrição individual das parcelas.

A disparidade das dimensões dos lotes dos diferentes registos poderá encontrar fundamentação no crescimento natural do núcleo urbano e na transformação espontânea do edificado, quer seja por divisão quer seja por agregação de parcelas. Sem indicações que registem estas transformações torna-se muitas vezes impossível o reconhecimento dos lotes antigos, dadas as profundas alterações em determinadas áreas da cidade. Esta dificuldade pode ser superada com uma persistente busca nos notariais da época como o que se apresenta. A 22 de Maio de 1784 Frederico Kruse compra a José Machado Monteiro a morada de casas que confrontam pelo nascente com a sua, no largo do Poço dos cântaros. Esta escritura¹⁶⁷ mostra-nos que as casas descritas no tombo em 1794 resultam, pelo menos, da anexação desta parcela.

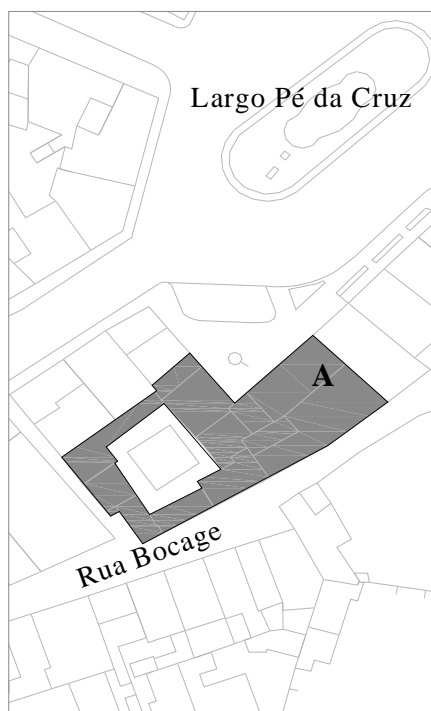


IMAGEM 43.

Morada de Casas de Frederico Kruse, em 1794, incluindo a antiga parcela onde constam as casas compradas em 1784, assinaladas com a letra (A). (sobre planta actual)

¹⁶⁷ ADF – Notas do tabelião Manuel Martins Mangas.

3. O EDIFICADO

Foram algumas as questões que ficaram por responder nas considerações feitas sobre as construções de Faro do final do século XVIII. Mas simultaneamente satisfatórios os resultados alcançados, dado o actual conhecimento que temos sobre este tema. Tal afirmação poderá à partida parecer contraditória. Mas as dificuldades encontradas em termos de ausência de referências a determinadas questões como materiais, composição de alçados, pavimentos e/ou coberturas foram, quanto a nós, superadas pelos resultados positivos no que respeita à definição de alguns conceitos; à identificação de diferentes tipos de construções; à identificação de diferentes tipos de habitação corrente; à localização destas habitações e à relação localização/estatuto social do enfitentea; e ainda algumas considerações sobre as dimensões das construções (largo/fundo e ausência de altura).

Não deixaremos no entanto de referir os escassos dados, relativos a materiais, vãos, pavimentos ou telhados ou ainda ao estado de conservação, que a fonte forneceu ao longo das mais de quinhentas páginas repletas de descrições sobre o edificado nas áreas de foro concelhio, cujas características se estenderiam certamente ao restante núcleo urbano.

A primeira dificuldade sentida na abordagem a este tema relacionou-se com o vocabulário. O conhecimento da terminologia é fundamental para uma correcta e absoluta compreensão do texto descritivo. Desde o «*prédio*», à «*casa*», à «*câmara*», ao «*apartado*» ou «*sobrado*», tudo importa identificar e definir para recolher e posteriormente analisar com rigor. Nem sempre tal foi possível, mas os casos de dúvida são todavia escassos. Manuel Sílvio Alves Conde refere, para a época medieval e a título de exemplo, o uso do termo «*casa*» para definir quer o edifício quer partes

deste¹⁶⁸. À mesma conclusão chegou Luísa Trindade no seu estudo sobre Coimbra medieval¹⁶⁹. Esta é uma situação que persiste ainda no final do século XVIII embora quase sempre possível de diferenciar sem grande embaraço.

3.1. Tipos de Construções

No que se refere ao tipo de construções que identificámos na nossa fonte concluímos claramente pelo predomínio de morada de casa corrente relativamente à habitação nobre ou a edifícios com funções não habitacionais. Eis aqui uma outra questão de terminologia, porventura bem mais complexa do que as anteriormente referidas. O que define exactamente a «casa nobre»? O que a distingue das demais? Dimensões, características e/ou elementos arquitectónicos de relevância ou o estatuto de quem as habita?

Na elaboração do gráfico – Tipo de Construção – são passíveis de contagem todas as parcelas individuais. Destas, a maioria são de habitação corrente, cerca de trezentas e cinco moradas de casas, para apenas três registos que são explicitamente referidas como «casa nobre».

Para além da construção habitacional teremos oportunidade de referir outros edifícios de carácter comercial, público e/ou privado, e também político como é o caso da Casa da Câmara a que já anteriormente aludimos.

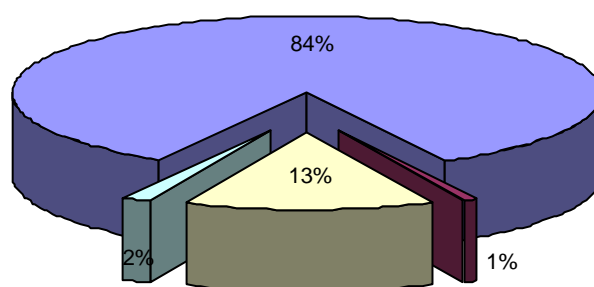
Pela diversidade de situações, agrupámos estes casos juntamente com as construções que não se constituem como morada de casas. Alguns dos tipos referidos não constituem um empraçamento mas não deixam de ser um testemunho interessante

¹⁶⁸ Manuel Sílvio Alves Conde, – “Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos finais da Idade Média”. *Arqueologia Medieval*, n.º 5, Porto: Edições Afrontamento, 1997, pp.244.

¹⁶⁹ Luísa Trindade – *A casa Corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média Aos inícios da Época Moderna*. Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

da dinâmica social de Faro no final do século XVIII pelo que optámos por referi-los apenas no texto (v. ponto 4.3 - edifícios com funções não habitacionais).

GRÁFICO - TIPOS DE CONSTRUÇÕES



■ Casa Corrente ■ Casa Nobre □ Outras construções □ Casa Corrente com outras construções

TABELA – TIPOS DE CONSTRUÇÕES

Casa Corrente	305
Casa Nobre	3
Outras construções	49
Casa Corrente com outras construções	6
TOTAL	363

3.2. Pisos – O Terreno. A Casa Térrea. O Sobrado.

Na questão da localização dos edifícios poderíamos atingir um grau de satisfação maior, mas a particularidade de se tratar apenas de foro concelhio não nos permite mais do que criar um puzzle com muitas peças por encaixar. Muitas dessas peças poderão com certeza ser encontradas noutra documentação de arquivo em futuras investigações.

No conjunto dos *prédios* descritos predominam, quando construído, os edifícios de piso térreo. Não excedem os dois pisos de altura com exceção para um único caso que consideramos ambíguo por o campo descritivo ser de difícil interpretação.

Na elaboração do gráfico – Número de Pisos – são passíveis de contagem cerca de trezentas e cinquenta e nove parcelas individuais de um total de trezentas e sessenta e três parcelas. Os quatro registos de diferença não têm qualquer referência que permita concluir quanto ao número de pisos destas parcelas embora sejam espaços construídos.

Contabilizaram-se duzentas e setenta e cinco moradas de casas térreas e cinquenta e sete moradas de casas com sobrado. Os restantes vinte e seis registos não têm qualquer construção. Por fim um único caso dúbio que nos sugere uma habitação com três pisos o que nos parece pouco provável em Faro e no local em questão: a rua da Misericórdia anexo à muralha medieval. Trata-se de um terreno que em 1794 estava já dividido em duas moradas de casas, sendo que a dúvida reside na interpretação dos dados relativos à primeira, que dizem o seguinte: “...*oito casas e quartos altos e em cima dois sobrados tem mais uma dispensa, quintal com poço e os baixos à proporção...*”¹⁷⁰. Podemos depreender que os dois sobrados estariam por cima do piso superior o que corresponderia a um terceiro piso. Seria caso único no conjunto dos *prédios* visitados. Estas duas habitações confrontavam a sul com a muralha da vila adentro que lhes servia de limite, a poente com o açougue do concelho e a nascente com a albergaria da Misericórdia.

¹⁷⁰ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 357-359.

GRÁFICO - NÚMERO DE PISOS

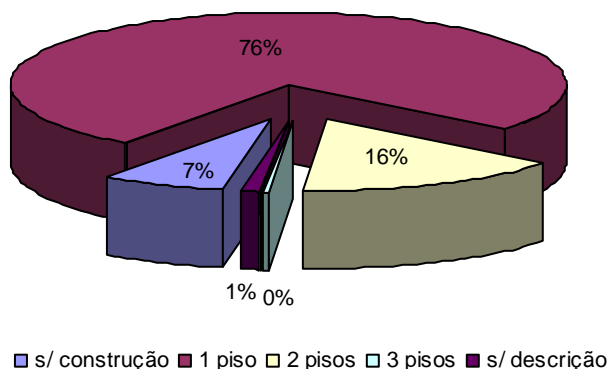


TABELA – NÚMERO DE PISOS

S/construção	26
1 Piso	275
2 Pisos	57
3 Pisos	1
S/ descrição	4
TOTAL	363

3.3. Espaço Não Construído

São igualmente frequentes os casos de *prédios* cujas moradas de casas têm pequenos logradouros para o amanhã da terra. Vicente Serrão observou a importância das hortas na questão das subsistência alimentar quotidiana. “*Por esta razão, elas eram parte indispensável da paisagem rural periurbana e mesmo intra-urbana*”¹⁷¹. Mais de metade do número de moradas contabilizadas têm, ou pelo menos partilham, de um pequeno quintal ou pedaço de chão.

¹⁷¹ José Vicente Serrão – “O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução”. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Vol.º 4º, Lisboa : Ed. Estampa, pp. 71-117.

Nas vinte e seis parcelas sem construção existem as mais variadas situações. Nove são referidas como quintais, cinco como terreno que serve ou que pretende servir de quintal e três como logradouros dos quais dois são expressamente referidos como área para onde se podem acrescentar os quintais¹⁷². Seguem-se os casos individuais de um curral do concelho localizado nas franjas do núcleo, no largo da Esperança (actual Praça Silva Porto mas conhecido na gíria popular por Alto da Caganita); um terreno do concelho não aforado na rua da Cruz das Mestras e que ainda hoje existe como espaço não construído; dois terrenos com ruínas e com casas principiadas, na rua da Cruz das Mestras e no sítio do largo da Esperança, respectivamente; um terreno referido simplesmente como baldio; um ferragial e ainda um terreno que era usado à revelia do senado da câmara para nele montarem um lagar sob uma cabana onde pisavam as uvas e faziam o mosto, apenas em época das novidades.

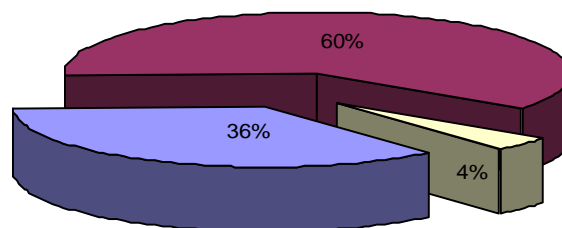
Na totalidade das parcelas individuais juntam-se aos doze quintais referidos duzentos e quatro construções com quintal, podendo estes serem individuais ou partilhados por um ou mais foreiros. Contam-se ainda três registos onde são referidas construções que têm “*partes de quintais*”¹⁷³ e ainda um pátio, numa propriedade de casas que João Lamprier tinha no sítio de São Sebastião¹⁷⁴.

¹⁷² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 447-450.

¹⁷³ Na rua do Correio Velho, José Ferreira da Assunção e a sua mulher Maria da Trindade, pagavam 50 réis de foro por um terreno que estava “...*hoje reduzido a um armazém e parte de um quintal...*” e que tinha sido até 1687 um antigo beco quando a câmara o aforou pela primeira vez ao capitão Jerónimo Rebelo; Na rua dos Morraceiros, o Dr. António Maciel da Costa aforava umas casas “...*que foram travessa hoje reduzida a um corredor com sobrado e parte de um quintal...*”; E na rua do Aljube o Deão da Sé, Francisco Xavier Lobo, tinha três terrenos nas traseiras do edifício da Casa da Câmara, um dos quais era “...*um terreno reduzido a parte de um quintal...*”. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 351v.º-354v.º; fólhos 355-357; fólhos 405v.º-407v.º, respectivamente.

¹⁷⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 482v.º-485v.º.

GRÁFICO - NÚMERO DE QUINTAIS



■ Parcela s/ quintal ■ Parcela c/ quintal ■ Parcelas s/ construção

TABELA – NÚMERO DE QUINTAIS

Parcela sem quintal	129
Parcela com quintal	220
Parcela sem construção	14
TOTAL	363

3.4. Anexação de Parcelas

Algumas destas trezentas e sessenta e três parcelas individuais que resultaram da análise aos cento e setenta e dois *prédios* visitados estão agregadas a outras casas dos respectivos enfiteutas, resultado da anexação de diferentes parcelas. A grande maioria não é morada de casas foreira à câmara.

Do valor total apenas trezentas e quarenta e seis referem, nas respectivas confrontações, dados que permitem concluir acerca deste aspecto. Sete construções são anexas a casas sobre as quais também se cobram foro, sessenta e oito são anexas a outras casas dos foreiros isentas de pagamento de foro à câmara e duzentas e setenta simplesmente não confrontam com outras propriedades dos respectivos foreiros.

Existem também casos como o do mareante António Pedro e da sua mulher Maria da Luz que compraram uma propriedade de quatro moradas de casas, compostas por duas casas cada. Estas quatro parcelas estavam unidas entre si. Embora não saibamos desde quando estavam ligadas, os então possuidores compraram-nas em praça pública por morte de Maria das Chagas, filha do mestre pedreiro Inácio Mendes que as construiu a partir de um antigo armazém que o mesmo comprou ao capitão Francisco Bellis por 100 mil réis¹⁷⁵. Este é um *prédio* que surge referido em documentação de 1730¹⁷⁶ como pertencente já aos herdeiros do pedreiro. Sabemos no entanto que o capitão Bellis comprou toda “... a ilha de casas que ia desde a rua do Sol Posto até à rua da Cruz das Mestras...” ao capitão Manuel Lopes Medina. Portanto, neste chão construíram um armazém, que Inácio Mendes subdividiu em quatro parcelas e que posteriormente voltaram a unir. E é como uma propriedade de quatro moradas unidas que são referidas no tomo de 1794. Apenas a planta de 1931 representa as parcelas, embora já só se contem três telhados. O estado de degradação actual permite identificar por fotografia aérea as quatro antigas parcelas que o que resta do telhado corrido omite (IMAGENS 44, 45, 46 e 47).

¹⁷⁵ ADF – AHCMF – Série D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 58-59.

¹⁷⁶ ADF. AHCMF – Série D/A.1-2 – *Escrituras e arrematações de aforamentos*, 1 maço, 1686 – 1781.

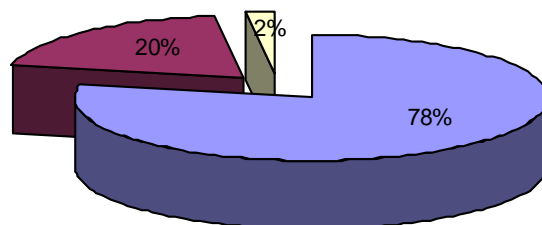


Identificação, aproximada, da localização da morada de casa na rua do Sol Posto (sobre plantas da cidade de 1869-72¹⁷⁷ e de 1931¹⁷⁸, respectivamente) e respectiva foto aérea.

¹⁷⁷ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

¹⁷⁸ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

GRÁFICO - NÚMERO DE CONSTRUÇÕES ANEXAS A OUTRAS CASAS DOS ENFITEUTAS



- Não são anexas a outras casas dos foreiros
- São anexas a outras casas não foreiras
- São anexas a casas também foreiras

TABELA – NÚMERO DE CONSTRUÇÕES ANEXAS A OUTRAS CASAS DOS ENFITEUTAS

Não são anexas a outras casas dos foreiros	270
São anexas a outras casas não foreiras	68
São anexas a outras casas também foreiras	7
TOTAL	346

3.5. Fachadas

Predomina igualmente a morada de casas de frente única como verificámos em dois terços dos registos. É também significativo o número de moradas de casas com duas fachadas. Fachada principal e a fachada das traseiras, resultado de dois eixos paralelos ou, em situações de localizações em gaveto, a fachada principal e uma fachada lateral.

Referir um número de casas que têm uma ou mais fachadas não deixa de ser relativo quando temos situações em que alguns registos não constituem parcelas independentes e estão anexas a outras casas dos mesmos enfiteutas. Como tal

avancaremos alguns dados apenas relativamente às duzentas e setenta parcelas independentes. Deste valor cerca de trinta e quatro casos não têm referências suficientes acerca das confrontações para deduzirmos resultados. Neste grupo está incluída a propriedade de João Lamprier no “...sítio de São Sebastião e Jardim dito dos Cônsules...”¹⁷⁹. Trata-se de uma habitação claramente de funções e localização rurais embora conste no *Tombo dos Prédios Urbanos (...)* cercada por pátio, horta, pomar e terras para semear. As confrontações são gerais da propriedade e não do edifício habitacional propriamente dito. O mesmo acontece com um terreno de Jacinta Clara da Paz Furtado, no sítio do largo da Esperança onde tem umas casas principiadas¹⁸⁰. Ou ainda nas “...dezas seis moradinhas...” que Bartolomeu José de Garfias Torres e a sua mulher D. Ana Garfias têm no largo do Castelo que dada a configuração do lado sul do quarteirão suscita algumas dúvidas relativamente ao número de fachadas que algumas moradas poderiam ter. Apenas dois casos têm quatro fachadas, ou seja, são isoladas. Um chão, na rua do Mau Foro, com cerca de oito por quatro varas, onde José António Melgas tinha uma casa quadrada¹⁸¹. Actualmente já não existe mas estamos em crer que a planta de 1872 o representa no então largo da Cabanita, no extremo norte da rua do Mau Foro (IMAGEM 48).

Um outro que não conseguimos localizar com exactidão, numa zona muito vaga designada por largo das valas de São Sebastião nos limites da cidade. Trata-se de um terreno que, em 1794, tinha já quatro casas e câmaras e confrontava por todos os lados com o rossio de São Sebastião e terras baldias do concelho¹⁸².

¹⁷⁹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 482v.º-485v.º.

¹⁸⁰ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 65v.º-67.

¹⁸¹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 174-175v.º.

¹⁸² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 389v.º-391v.º.

IMAGEM 48.



Identificação, aproximada, da localização da morada de casa na rua do Mau Foro. (sobre planta da cidade de 1869-72¹⁸³)

¹⁸³ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.^a F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

Construções com três fachadas temos dezassete registos oito dos quais constituem edifícios de gaveto, todos identificáveis na cartografia actual, embora nem todos subsistam.

João Oliveira, oficial de barbeiro, tinha na rua do Forno do Bousela “...duas casas baixas com um alto...”¹⁸⁴ que confrontava a nascente, poente e sul com a rua de Portugal, rua do Bousela e largo da Pontinha do Peixoto, respectivamente (IMAGENS 49, 50 e 51).

Na rua da Praça Nova tinham, António Viegas e a sua Josefa Inês e a irmã desta, Ana Maria Rosa¹⁸⁵, um terreno com cinco casas, quintal, palheiro e cavalariças. Confrontava a norte com a Praça Nova, para a qual tinha a porta do quintal. A nascente e poente com as ruas da Praça Nova e a sul com as casas do mareante Manuel Fernandes, também foreiro (IMAGENS 52, 53, 54 e 55).

O mareante Domingues Alves e sua mulher Maria Josefa tinham, na rua da Cordoaria em “...frente à Horta dos Cães...” um quintal “...hoje reduzido a três casas servindo uma delas de cozinha com chaminé e um quintal pequeno...”¹⁸⁶. Confrontam pelo norte e pelo sul “...com as ruas que chamam da Cordoaria que vão direitas à ermida do Pé da Cruz...” e a poente com “...o largo ou rossio que chamam da cordoaria que fica em frente das casas edificadas no lugar do velado da Horta dos Cães...”¹⁸⁷ (IMAGENS 56, 57, 58, 59 e 60).

¹⁸⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 106-107.

¹⁸⁵ Como herdeira do beneficiado Rodrigo Lopes Soromenho. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 142v.º-144v.º.

¹⁸⁶ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 213v.º-215v.º.

¹⁸⁷ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 213v.º-215v.º.



Identificação, aproximada, da localização da morada de casa na rua do Forno do Bousela. (sobre plantas da cidade de 1869-72¹⁸⁸ e de 1931¹⁸⁹, respectivamente) E respectiva representação gráfica¹⁹⁰.

¹⁸⁸ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

¹⁸⁹ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

¹⁹⁰ Luís Filipe Rosa Santos – Faro, um olhar sobre o passado recente (segunda metade do século XIX). Faro : Câmara Municipal de Faro, 1997.



Identificação, aproximada, da localização da morada de casa na rua da Praça Nova. (sobre plantas da cidade de 1869-72¹⁹¹ e de 1931¹⁹², respectivamente). E respectivas fotografias aéreas.

¹⁹¹ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

¹⁹² Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).



Identificação, aproximada, da localização da morada de casa na rua da Cordoaria (sobre plantas da cidade de 1869-72¹⁹³ e de 1931¹⁹⁴, respectivamente). Fotografia antiga da rua com edifício ao fundo. E respectivas fotografias aéreas.

¹⁹³ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

¹⁹⁴ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

Do outro lado do largo da cordoaria tinham, António Baião e sua mulher¹⁹⁵, apenas duas casas térreas que confrontavam a poente com o quintal do ourives Manuel Mendonça. A norte confrontavam “...com a rua ou travessa que vem da Alagoa para o largo da cordoaria...”¹⁹⁶ e a sul e nascente com a rua e o largo da cordoaria, respectivamente.

Como podemos verificar em 1872 este *prédio* ainda existia, mas a planta de 1931 mostra-nos já o seu desaparecimento passando a constituir espaço público (IMAGENS 61, 62 e 63).

Maria Rita Micaela, viúva de Francisco António Faísca tinha, na rua de São Francisco, três casas térreas que confrontavam com baldios do concelho, a norte, “...onde ficava um pocinho ao canto das casas da foreira...”¹⁹⁷ e a nascente “...com a rua que vai para São Francisco que alguns chamam do Bedel...”¹⁹⁸ e a poente “...com uma vala por onde correm as águas para o mar, entre as casas da foreira e as muralhas...”¹⁹⁹. A foreira partilhava o foro de 480 réis com outros três enfiteutas que tinham as casas contíguas.

Na planta de Sande Vasconcelos, contemporânea deste tombo, o quarteirão onde se localizam estas casas surge designado como “*cazas*” e corresponde ao número 8 da legenda. Nesta planta, como na de 1872, é bem visível a vala referida como confrontação poente das casas de Maria Rita e restantes enfiteutas, estando já definida no final do século XIX a actual rua José Maria Brandeiro. O conjunto destas propriedades deu, no início do século XX, lugar à construção do palácio Belmarço,

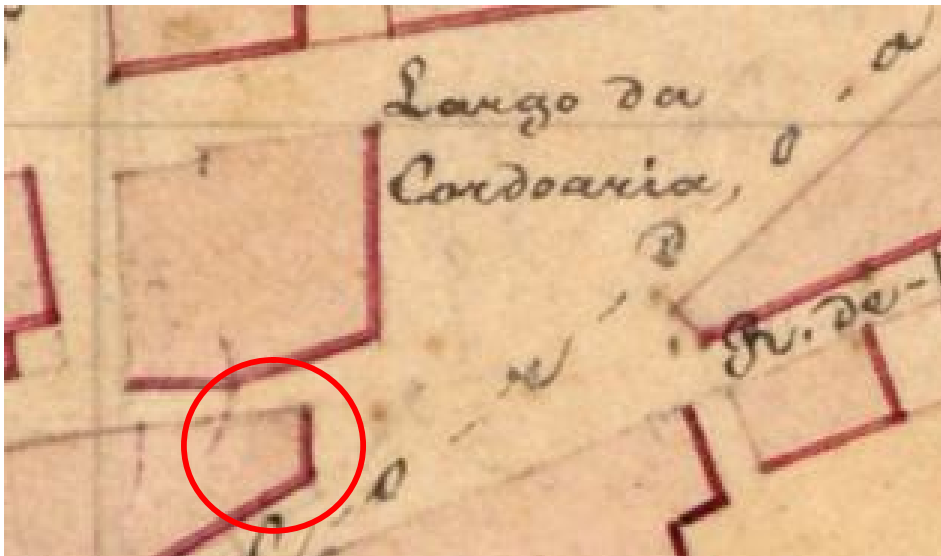
¹⁹⁵ Cujo espaço do respectivo nome ficou por preencher.

¹⁹⁶ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 236-238v.º.

¹⁹⁷ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 262-264v.º.

¹⁹⁸ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 262-264v.º.

¹⁹⁹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 262-264v.º.



Identificação, aproximada, da localização da morada de casa no largo da Cordoaria

(sobre plantas da cidade de 1869-72²⁰⁰ e de 1931²⁰¹, respectivamente). E respectiva fotografia aérea.

²⁰⁰ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

²⁰¹ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

como podemos ver na planta de 1931.

O restante quarteirão, também propriedade concelhia como veremos, estava aforado até ao limite sul onde se localizava a ponte que permitia o acesso ao interior da muralha e que vemos representadas nos dois primeiros pormenores das plantas de finais do século XVIII e de 1872 (IMAGENS 64, 65, 66 e 67).

Do lado norte da “...*rua que vem da porta da vila por cima da ponte e vai direita à rua da cordoaria...*”²⁰² tinha, o capitão Manuel de Oliveira Figueiredo²⁰³ “...*uma casa grande e dentro um forno de cozer pão (...) e todas as oficinas precisas e necessárias para o dito forno...*”²⁰⁴. Tinha, de nascente a poente, sete varas de largo entre a rua de São Francisco “...*e o fosso ou vala por onde corre a água da cidade que vai para o mar*”²⁰⁵.

Na rua do Forno do Bousela tem, Inácia de Jesus Maria Baeta, umas casas compostas por quatro casas, cinco altos e um quintal com poço. A porta principal dá para a referida rua e os dois alçados laterais dão para “...*a rua da Amoreira que vem do Terreiro do Bispo...*”²⁰⁶ e para a rua da Palmeira.

Apesar de muito alterado no piso térreo, adaptado a espaço comercial, podemos admitir que se trata do mesmo edifício. Com cobertura em telhado de tesouro e vãos com cantarias, cujo desenho é típico do século XVIII, com dupla verga recta (IMAGENS 68, 69, 70 e 71).

²⁰² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 272-274v.º.

²⁰³ Não temos dados suficientes para afirmar que seja o possuidor da Casa no interior da Vila-Adentro, onde actualmente funciona a Fagar. Ver Francisco Lameira –, *Edificações Notáveis*,.º 43.

²⁰⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 272-274v.º.

²⁰⁵ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos.272-274v.º.

²⁰⁶ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 281v.º-283v.º.



Identificação, aproximada, da localização da morada de casa na rua de São Francisco (sobre plantas da cidade de finais do século XVIII²⁰⁷, de 1869-72²⁰⁸ e de 1931²⁰⁹, respectivamente). E respectiva fotografia aérea.

²⁰⁷ Planta (...) da Praça de Faro, chamada V.^a Adentro (...). Executada pelo Coronel José Sande Vasconcelos, finais do século XVIII.

²⁰⁸ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.^a F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

²⁰⁹ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).



Identificação, aproximada, da morada de casa na rua Vasco da Gama (sobre plantas da cidade de 1869-72²¹⁰ e de 1931²¹¹, respectivamente). E respectiva fotografia aérea.

²¹⁰ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

²¹¹ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

Na rua da Mota, “...fazendo frente ao largo do Colégio...”²¹² estavam as casas de Valentim Andrade e de sua mulher Ângela Maria, compostas por cinco casas térreas com açoteia e quintal com poço. Nesta época a rua de Portugal, pelas suas características orográficas, não constituía rua principal. O acesso à habitação fazia-se, neste caso, pela rua da Mota (IMAGENS 72, 73 e 74).

Por último, no extremo sul deste mesmo quarteirão, Amaro Rodrigues Coelho, Inês Maria, sua mulher e Brites Josefa, viúva de João da Costa, tinham umas casas compostas por quatro casas térreas e uns “quintaizinhos”. O acesso deveria fazer-se pela rua de Portugal, mas pelo lado sul onde esta rua “...faz um largo...”²¹³. Em 1794 o eixo a poente, sem denominação própria, era designado como “...travessa que vai para a rua da Mota...”²¹⁴. Actualmente não conseguimos mais do que identificar a localização deste *prédio*. Esta zona da cidade sofreu uma profunda transformação nas primeiras décadas do século XX quando deram início à chamada Urbanização das Hortas. A proximidade da horta do colégio levou a uma maior instabilidade do espaço circundante (IMAGENS 75, 76, 77 e 78).

Os restantes *prédios* com três fachadas confrontam com as valas ou terrenos baldios do concelho quer em zonas de expansão na periferia da cidade quer no interior do núcleo consolidado.

No primeiro caso temos “...um terreno junto às valas das alcaçarias...”²¹⁵ onde Guiomar Vicência de Araújo e a sua filha Mariana de Araújo tinham a sua morada de casas. Confrontavam, a nascente, com “... os baldios do rossio que chamam da

²¹² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 422v.º-424v.º.

²¹³ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 425-427.

²¹⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 425-427.

²¹⁵ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 182-185v.º



Identificação, aproximada, da localização da morada de casa na rua da Motta (sobre plantas da cidade de 1869-72²¹⁶ e de 1931²¹⁷, respectivamente). E respectiva fotografia aérea.

²¹⁶ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.^a F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.



Identificação, aproximada, da localização da morada de casa na rua de Portugal (sobre plantas da cidade de 1869-72²¹⁸ e de 1931²¹⁹, respectivamente). E respectiva fotografia aérea.

²¹⁷ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

²¹⁸ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

²¹⁹ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

Trindade...”²²⁰, a norte com o campo da Trindade, “...*por onde correm as águas que entram nas valas das alcaçarias...*”²²¹ e a poente “...*a que chamam Praça Nova no sítio das alcaçarias...*” (IMAGENS 79, 80, 81 e 82).

As valas assumiam maioria das vezes características de barreiras, como acontece do outro lado da cidade onde José da Cruz Nogueira tinha um terreno com algumas casas “...*no fim da rua da Carreira...*”²²² que confrontava a norte com as valas. Não conseguimos no entanto identificar com exactidão a localização deste *prédio*. Sabemos que a este estava anexa a morada de casas com quintal, de Isabel da Conceição que confrontava igualmente com as valas, a norte, “...*onde termina o quintal...*”²²³.

Por sua vez, no interior do núcleo, temos o caso das casas de José da Cunha e de Maria Joaquina na rua dos Ferradores que confrontam “...*com terras do concelho imediatas ao adro de São Pedro...*”²²⁴ a nascente e norte (IMAGENS 83, 84 e 85).

Portanto a grande maioria das construções que ficaram registadas neste tomo aponta claramente para uma predominância para a fachada única. São cento e cinquenta e três construções independentes que têm apenas uma fachada. Normalmente confrontam pelos quintais com a propriedade que constitui a frente da rua paralela como são exemplo as construções no quarteirão da rua de São Francisco ao qual já tivemos oportunidade de aludir. É também frequente, e neste quarteirão também acontece, haver habitações cuja profundidade é muito superior relativamente à dimensão da fachada, tendo dois alçados em ruas paralelas entre si (IMAGENS 86, 87, 88 e 89).

²²⁰ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 182-185v.º

²²¹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 182-185v.º

²²² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 394-395v.º

²²³ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 396-398.

²²⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 86-88.

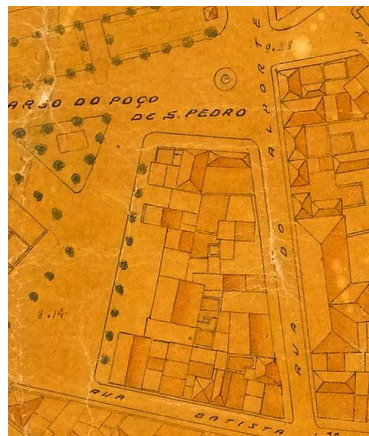
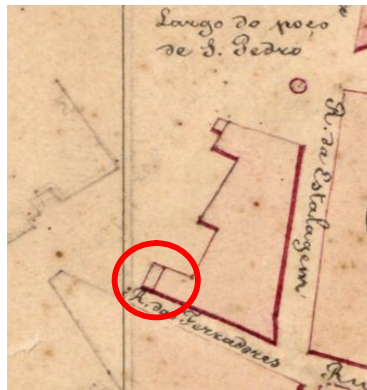


Identificação, aproximada, da localização da morada de casa nas Alcaçarias. (sobre plantas da cidade de 1869-72²²⁵ e de 1931²²⁶, respectivamente). Fotografia aérea e fotografia antiga, vista da Av. 5 de Outubro²²⁷.

²²⁵ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.^a F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

²²⁶ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

²²⁷ Fundo do Arquivo Distrital de Faro.



Identificação, aproximada, da localização da morada de casas na rua dos Ferradores (sobre plantas da cidade de 1869-72²²⁸ e de 1931²²⁹, respectivamente). E respectiva fotografia aérea.

²²⁸ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

²²⁹ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).



Identificação, aproximada, de construções com fachada para duas ruas paralelas (lotes avermelhados). (sobre planta actual da cidade; de 1869-72²³⁰ e de 1931²³¹, respectivamente). E respectiva fotografia aérea da situação actual do bairro.

²³⁰ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

²³¹ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

GRÁFICO - NÚMERO DE FACHADAS

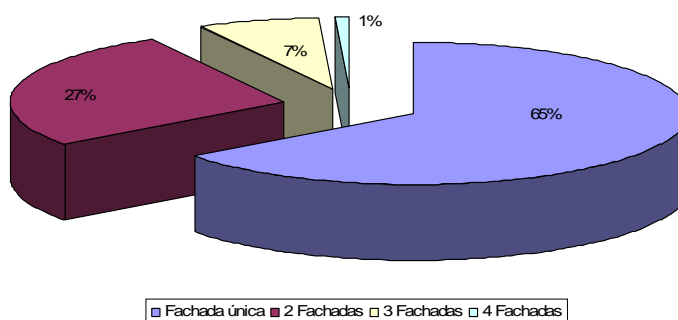


TABELA – NÚMERO DE FACHADAS

Fachada única	153
2 Fachadas	64
3 Fachadas	17
4 Fachadas	2
TOTAL*	236

* Excluindo os 34 casos sem referência a que aludimos no início deste ponto.

3.5.1. Fachadas – Composição dos Alçados

Relativamente à composição dos alçados, o documento é igualmente parco em informação que enumere e descreva os vãos: portas, principal e/ou do quintal, janelas, do piso térreo ou do sobrado ou varandas. Apenas os casos que subsistiram até à actualidade permitir-nos-ão formular algumas considerações que deixaremos para abordar no capítulo relativo aos principais tipos de habitação corrente identificados. Ficaram-nos no entanto alguns registos com breves notas:

Duas casas térreas que Pedro José Ribeiro e João António de Vilhena herdaram, uma “...com porta e janela para a rua...”²³² da Estalagem de São Pedro.

Uma casa que o meirinho da correição, José Lopes França, tinha na Praça Pública, composta por “...uma casa com um sobrado por cima e uma escada que vai

²³² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 442-444v.º.

para o sobrado e mais casas dos foreiros. O sobrado tem uma janela de sacada. A casa baixa que era o arco tem uma janela pequena e a porta que dá para a Praça e junto a esta está a porta da escada... ”²³³.

Na rua da Praça Velha uma “...*loja ou armazém e sobre este um sobrado com duas janelas de sacada...*”, de Joaquim Ramalho Ortigão e sua mulher D. Rita Josefa Teresa, que resulta de uma ampliação porque neste “...*terreno houve em tempos uma escada mas que hoje tem em parte construído uma loja...*” e que confronta a sul e a poente com as “...*mesmas casas ou armazém...*”²³⁴.

Uma casa que o mareante Francisco Martins tinha com porta e “...*janelas de assento...*”²³⁵ para a rua da Alagoa.

Uma morada de casas “...*com duas portas para a rua do Papa Lebres...*”²³⁶ que pertenciam a José Lopes e Maria Teresa.

Ainda relativamente à composição das fachadas destacamos ainda um outro elemento arquitectónico, registado apenas oito vezes: a varanda.

3.6. Dimensões das Construções: Profundidade, Largura, Área e Altura.

Falar de dimensões, quer seja para tentar identificar uma relação entre largura e profundidade, quer seja para falar de áreas ou alturas é, no contexto destes dados, muito difícil de atingir resultados satisfatórios no que à construção individual diz respeito. Isto porque não só muitas destas construções, como já vimos, são anexas a outras como

²³³ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 359v.º- 361v.º.

²³⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 346v.º-348v.º.

²³⁵ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 229-229.

²³⁶ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 329v.º-332.

também são exemplares dispersos e distintos que em muitos casos não referem medições particulares.

A ausência de medições pormenorizadas desvaloriza qualquer valor de área que se calcule. Calcular a área de determinada habitação a partir do perímetro do *prédio* é inviável quando por exemplo a casa tem sobrado. Apesar da área ocupada manter-se, a existência de sobrado, cujas dimensões não se registaram individualmente, faz aumentar a área útil do *prédio*. Não basta multiplicar o valor do chão por dois porque muitas vezes o sobrado não corresponde à área total do piso térreo.

Vejamos alguns exemplos. Uma morada de casas que o capitão Francisco Samuel Furtado tinha na rua do Castilho composta “...*por casa térrea, cozinha e nesta um sobrado...*”²³⁷. Igualmente explícita é a descrição das casas que o Pintor João da Costa e da sua mulher Joana Teresa tinham na rua do Barão, composta “...*por casa dianteira (...) câmara assobradada...*”²³⁸. Ou a descrição da morada de casas de Guiomar Teresa²³⁹ composta por “...*uma casa dianteira, uma câmara com sobrado...*”²⁴⁰.

O mesmo raciocínio se aplica se quiséssemos determinar na área total a área edificada, porque são escassos os registo que isolam o quintal ou os espaços não construídos.

A altura, como já referimos, é uma medida em termos numéricos completamente omissa neste documento. Apenas pudemos avaliar as construções desta época pelo número de pisos.

²³⁷ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 249-249v.º.

²³⁸ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 108-110.

²³⁹ Viúva do carpinteiro José Pereira.

²⁴⁰ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 110-112.

3.7. Coberturas

Ao nível das coberturas das casas são vagas as informações disponíveis mas permitiram-nos registar as duas principais categorias: planas ou terraços e inclinadas.

Identificámos vinte e sete açoteias e nove alpendradas. Dos trinta e seis registos em apenas dois coexistem os dois tipos de cobertura. Trata-se da morada de casas de Joaquim José Pegado e Isabel de Oliveira, na rua de São Francisco²⁴¹. Com cerca de vinte e cinco varas e meia de profundidade, que correspondem à largura do quarteirão onde está integrada. É composta por três casas, um sobrado, uma açoteia e quintal com alpendrada e um poço na traseira da habitação.

Das vinte e sete açoteias registadas depreendemos, pela forma como algumas foram descritas, que este tipo de cobertura é conjugado com telhados de duas ou quatro águas, embora estes nunca sejam referidos. Registam-se os seguintes casos: “...dois sobrados com açoteia...”²⁴²; “...seis casas uma delas com açoteia...”²⁴³; “...metade de uma alpendrada com açoteia por cima...”²⁴⁴; “...quatro casas com açoteia...”²⁴⁵; “quatro casas térreas, um sobrado e uma açoteia...”²⁴⁶; “...parte de um armazém e por cima um sobrado com uma açoteia...”²⁴⁷; “três casas altas e uma açoteia e por baixo de todas um armazém...”²⁴⁸ e “...uma cavaliçã (...) por cima uma açoteia...”²⁴⁹. O

²⁴¹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 308 v.º - 311.

²⁴² Uma morada de casas na rua do Bousela. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 75-76v.º.

²⁴³ Uma morada de casas na rua e largo do Colégio. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 78v.º-79.

²⁴⁴ Construções, que confrontam com as casas dos foreiros, na rua das Alcaçarias. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 126v.º-128.

²⁴⁵ Umas casas no sítio da Alagoa. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 238v.º-240v.º.

²⁴⁶ Umas casas na rua da Alagoa. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 240v.º-243v.º.

²⁴⁷ Um armazém, na rua da Praça Velha. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 344-346v.º.

²⁴⁸ Uma morada de casas na rua da Carreira. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 376v.º-379.

registo da existência de açoteia face à ausência de registo do tipo de coberturas na restante construção dever-se-á porventura ao facto de a açoteia constituir um espaço utilizável ao contrário do telhado.

Relativamente à alpendrada a maioria dos registos permitem concluir que este elemento construtivo se localiza sem excepção no quintal. Desconhecem-se edifícios com alpendre na fachada principal até porque da totalidade das construções visitadas apenas uma tinha logradouro na frente da casa²⁵⁰.

Algumas descrições sugerem uma estrutura independente da habitação: “...um quintal com alpendrada ou cavalaria...”²⁵¹; “...um quintal com alpendrada e parte de um poço...”²⁵²; “...um quintal e neste uma alpendrada...”²⁵³; “No quintal está uma pequena alpendrada e metade de um poço...”²⁵⁴ e “...um terreno que antes foi travessa (...) reduzido a uma alpendrada e cavalariças...”²⁵⁵, o que não inviabiliza, no entanto, que esteja ligada por um dos lados à casa quando tem por exemplo açoteia, como no caso da casa na rua das Alcaçarias.

3.8. Materiais

A escassez de referências aos materiais construtivos não surpreende se tivermos presente o objectivo que originou este documento.

²⁴⁹ Uma cavalaria, no quintal das casas dos foreiros, na rua da Cordoaria. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 444v.º-447.

²⁵⁰ A já mencionada morada de casa de Carlos Frederico Kruse, no sítio do Poço dos Cântaros.

²⁵¹ No quintal dos foreiros, na rua da Praça Nova que vem da Praça Nova para o largo do Senhor dos Aflitos. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 165v.º-167v.º.

²⁵² Numa morada de casas na rua do Pé da Cruz. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 200-200v.º.

²⁵³ Numa morada de casas na rua de Santo António dos Capuchos. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 398-400v.º.

²⁵⁴ Num quintal interior, pertencente a um armazém dos foreiros, na rua do Largo da Cadeia também chamada de rua da Estalagem Nova. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 412-414.

²⁵⁵ No quintal do foreiro, na rua do Zambujeiro. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 479-482v.º.

Foram registados três materiais distintos: a taipa, a pedra e o ferro. O primeiro, referido na descrição de um terreno baldio, situado em frente da ermida da Nossa Senhora da Esperança, mas onde tinha já “...*uma casa principiada, de paredes de taipa...*”²⁵⁶. O segundo surge-nos referido por quatro vezes, aplicado em situações distintas: duas escadas²⁵⁷; o bocal de um poço²⁵⁸ na rua da Praça Velha e uma zona calçetada²⁵⁹ no sítio da Alagoa. E o terceiro uma única vez para descrever a varanda do edifício da câmara²⁶⁰.

Obviamente que estas parcas alusões à taipa, à pedra e ao ferro não permitem tirar quaisquer tipos de conclusões específicas.

3.9. Estado de Conservação

Breves referências à questão da conservação ficaram registadas nos fólios 274 v.º - 276 v.º e 444v.º - 447.

No sítio da rua de São Francisco o capitão-mor das Ordenanças, Manuel Mascarenhas de Figueiredo Manuel tinha “...*umas casas no fim da rua em frente à orte de São Francisco (...) compostas por cinco casas térreas, (...) pelo exterior das casas havia uma escada que dava para um antigo sobrado...*”²⁶¹. A propósito das confrontações norte e nascente ficamos ainda a saber que o capitão Manuel de Oliveira Figueiredo tinha também umas “...*casas derrubadas...*”, neste mesmo local.

²⁵⁶ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 35 v.º - 67.

²⁵⁷ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 349 – 351 e 489 – 490, respectivamente.

²⁵⁸ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 346 v.º - 348 v.º.

²⁵⁹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 79 v.º - 80.

²⁶⁰ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 489 - 490.

²⁶¹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 274 v.º - 276 v.º.

Na rua da Cordoaria existiam “...*uns pardieiros que foram casas de António Franco e hoje são do Capitão Manuel de Oliveira Figueiredo...*”²⁶². Confrontavam a poente com um terreno comprado pelo beneficiado José Bento Araújo (o foreiro) a Brás Gomes Barralho. Percebe-se pela expressão “pardieiro” que se trata de casas desabitadas em avançado estado de degradação.

Aparentemente podemos deduzir pela ausência de outras referências deste género que, pelo menos o edificado vistoriado, não apresentava degradação significativa ao ponto de ficar registado.

²⁶² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 444v.º-447.

4. O EDIFÍCIO

“A tentativa de caracterização do espaço interno não é menos problemática para o historiador actual do que a reconstituição dos alçados e fachadas da casa corrente medíeva. Mais do que o exterior, o espaço doméstico medieval tornou-se obsoleto com o andar dos tempos. As suas reduzidas dimensões, a inadequação aos tempos modernos, a precariedade dos materiais determinaram, em regra, transformações profundas comprometendo irremediavelmente a integridade do nosso objecto de estudo.

Mais do que nunca, é às fontes escritas que devemos recorrer.”²⁶³

Apesar da diferença cronológica assim se caracteriza também a construção corrente em Faro no final do século XVIII. Com o espaço interno obsoleto, desadequado e acima de tudo pela fragilidade dos materiais aplicados muito mais perecível no sul do que no norte do país dadas as características geológicas da região. Por tudo isto mas também pela construção desenfreada que Faro viveu na segunda metade do século XX. Por tudo isso se perdeu grande parte do testemunho físico da casa corrente do final do Antigo Regime que tornou tão importante este Tombo e a ele “...*mais do que nunca...*” recorreremos para redigir este capítulo.

O tratamento dos dados recolhidos na fonte permitiu-nos identificar alguns tipos de habitação corrente do final do século XVIII com base na sua estrutura. Mas agrupar as construções registadas no tombo por número de pisos de forma a caracterizar o edificado do Antigo Regime veio a verificar-se por si só demasiado redutor. Pensámos então reagrupá-las com base no género associado à função, mas “*um facto urbano determinado unicamente por uma função, não é fruível para além da razão daquela função. Na realidade, continuamos a fruir elementos cuja função de há muito se*

²⁶³ Luísa Trindade – *A casa Corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 67.

perdeu;”²⁶⁴. Importa pois caracterizar o edificado quanto à sua forma²⁶⁵. Assim os subcapítulos que se seguem apresentam o resultado da análise morfológica descrita em cada registo. Apresentamo-los tendo em conta a função – habitação e/ou serviços – apenas por uma questão de facilidade de exposição dos resultados.

Até agora abordámos as características formais exteriores que nos permitiram reconstituir a paisagem setecentista da cidade de Faro como alguns apontamentos ao século antecedente. Propomo-nos agora, a partir das características estruturais internas classificar a *casa corrente*, elemento da componente «residência» que Aldo Rossi definiu como uma das principais a ter em conta na leitura da cidade²⁶⁶.

São pouco detalhados os elementos que possuímos acerca das características morfológicas das construções. As descrições denunciam uma certa simplicidade formal, em particular no que à compartimentação interna diz respeito. Identificamos quatro tipos de habitação corrente, de composição simples e estruturalmente semelhantes. Apresentamo-los no ponto 4.1. *Edifícios de habitação corrente: principais tipos*.

Os casos que não integraram o ponto 4.1.4. (*A morada de casa constituída por várias “casas”*), por terem sido referidos como “casa nobre”, serão abordados no ponto 4.2. *Edifícios de habitação nobre*. Constituem também excepções, e como tal individualizámos no ponto 4.3. *Edifícios com funções não habitacionais*, todas as construções cuja função está relacionada com a vivência em sociedade, como são os edifícios ligados ao comércio e à indústria. Manuel Sílvio Alves Conde chamou-lhes

²⁶⁴ Aldo Rossi – *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001, p. 79.

²⁶⁵ “...o valor destes factos reside unicamente na sua forma”. Aldo Rossi – *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001, p. 79.

²⁶⁶ Aldo Rossi – *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001, p. 80.

«estruturas utilitárias» salvaguardando a devida importância do “...*seu impacto na paisagem urbana e periurbana.*”²⁶⁷.

4.1. Edifícios de habitação corrente: principais tipos (ver desenhos em anexo)

Apesar da omissão nos registos acerca dos pormenores construtivos da habitação comum recolhemos e analisámos todas as descrições registadas neste *Tombo*. O objectivo, cremos nós, foi alcançado: avançar com uma interpretação da realidade arquitectónica setecentista fareense e esboçar os diferentes tipos de casas identificados.

4.1.1. A morada de casa de compartimento único (Anexo - Tipo 1)

Identificámos o tipo primário de habitação corrente: a casa de um piso e compartimento único, quase sempre referida como “casa térrea” ou simplesmente “casa”.

Esta é a base da arquitectura corrente pois que da sua duplicação horizontal tem origem o segundo tipo: a habitação constituída por duas casas. Podendo esta variar consoante apresente ou não quintal no fundo da habitação.

Nas cerca de três centenas e meia de parcelas identificadas na nossa fonte, apenas trinta e uma dizem respeito a casas de compartimento único. Embora descritos como «casa térrea» ou simplesmente «casa» cinco destes registos são «construções funcionalmente especializadas*», para adoptar outra designação de Manuel Sílvio Alves Conde, e que trataremos no ponto 4.3. a que acrescentamos duas não especificadas.

²⁶⁷ Manuel Sílvio Alves Conde – “Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média”. *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*. Media Aetas, n.º 3/4, 2000-200, p. 70.

A MORADA DE CASA DE COMPARTIMENTO ÚNICO

função habitacional		"construções funcionalmente especializadas"*		
	Descrição	Fólios	Descrição	Fólios
1		10 v.º - 13		
2	"...hoje reduzido a quatro casas..."	10 v.º - 13		
3		10 v.º - 13		
4		10 v.º - 13		
5		19 - 21 v.º		
6	"...três casas (...) as outras duas com as portas para a rua ca Cruz das Mestras..."	45 v.º - 46 v.º		
7		45 v.º - 46 v.º		
8		46 v.º - 47 v.º		
9	"...uma casa quadrada..."	62 - 64		
10	"...hoje reduzido a uma casa..."	99 - 101		
11	"...uma casa..."	148 v.º - 149		
12	"...casa e quintal..."	149 - 149 v.º		
13	"...casa e quintal..."	151 - 151 v.º		
14	"...casa e quintal..."	152 - 152 v.º		
15			"...um chão em que metade tem uma casa..."	174 - 175 v.º
16	"...uma casa térrea..."	192 - 194		
17			"...o quintal e a casa imediata..."	205 v.º - 206
18	"...casa e quintal..."	206 v.º - 207		
19			"...um quintal e uma terçena de cordeiros..."	218 - 222
20	"...quatro moradinhas compostas todas por casa única..."	222		
21		222		
22		222		
23		222		
24			"...um armazém com o poço do fumeiro..."	276 v.º - 278 v.º
25			"...uma terçena em que trabalham os cordeiros..."	276 v.º - 278 v.º
26	"...composta por uma única casa térrea..."	306 v.º - 308 v.º		
27	"...composta por casa única que era a original..."	325 - 329 v.º		
28	"...uma casa e um quintalinho..."	405 v.º - 407 v.º		
29			"...um armazém com porta de serventia para a rua Direita..."	418 v.º - 420 v.º
30			"...umas casas compostas por um armazém, um quintal..."	455 v.º - 459
31	"...casa e dois quintais..."	467 v.º - 470 v.º		

Na análise desta modesta amostra constatámos a transformação que a elementar «casa térrea» sofreu ao longo de décadas. Na maior parte dos casos encontramos-a anexa a outras moradas de casas dos mesmos foreiros e/ou possuidores. Algumas partilham quintais, sendo portanto poucas as que restam na forma mais elementar.

Destacamos, a título de exemplo, a casa de José Rodrigues do Ó e Flora Maria, sua mulher, no “...sítio do adro de São Pedro ao pé do poço...”²⁶⁸, onde nos finais do século XVII existiria apenas um *quintal*. Um século mais tarde, a quando da vistoria constatou-se que no antigo *quintal* estavam construídas quatro casas, uma das quais a «casa» acima referida. Interessante é também verificar que as restantes três casas pertenciam a um outro casal de foreiros apenas, Amaro de Santa Teresa e Catarina da Conceição. Estaremos perante uma tentativa de ampliação da área habitacional com recurso à união de várias «casas» como o autor²⁶⁹, atrás citado, identificou na cidade de Tomar em período medieval? Ou em Coimbra na transição da época medieval para a moderna como nos indica Luísa Trindade ao escrever “*De facto, para contornar a escassez de espaço recorria-se, em determinadas situações, ao chamado «assentamento de casas», ou seja, à junção de várias unidades habitacionais que, ainda que sem ligação directa entre si, se encontravam na posse de uma só família ou locatário*”²⁷⁰.

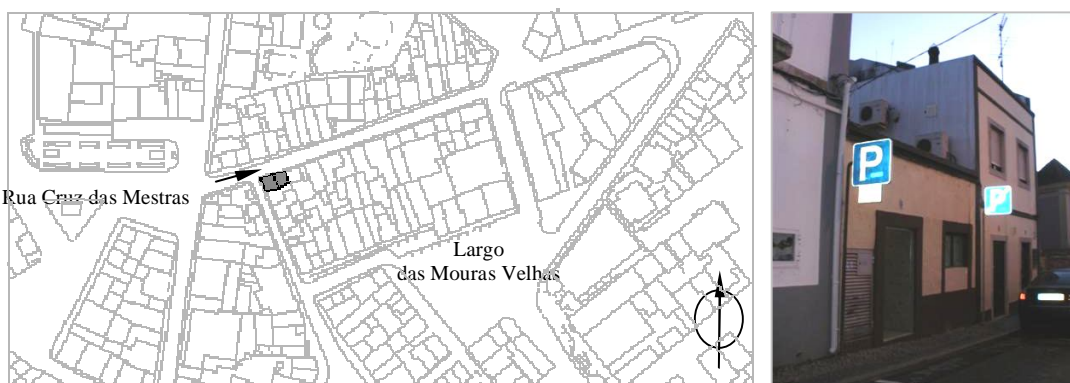
Identificámos mais duas casas, ambas com portas para a rua da Cruz das Mestras. Uma delas de gaveto com a rua do Sol Posto²⁷¹ (actualmente apenas rua do Sol) e a outra logo a seguir a esta. Infelizmente não foi feito o levantamento métrico individual. Ambas faziam parte do casario que o tabelião designou por “*ilha de casas que ia desde a rua do Sol Posto até à rua da Cruz das Mestras*”. Com base nas confrontações acreditamos não estar longe da verdade quando fazemo-las corresponder às actuais construções, ainda que apenas ao nível do lote ou parcela (IMAGENS 90 e 91).

²⁶⁸ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 10v.º - 13.

²⁶⁹ Manuel Sílvio Alves Conde – “Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média”. *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*. Media Aetas, n.º ¾, 2000-2001, pp. 72, nota de rodapé 92.

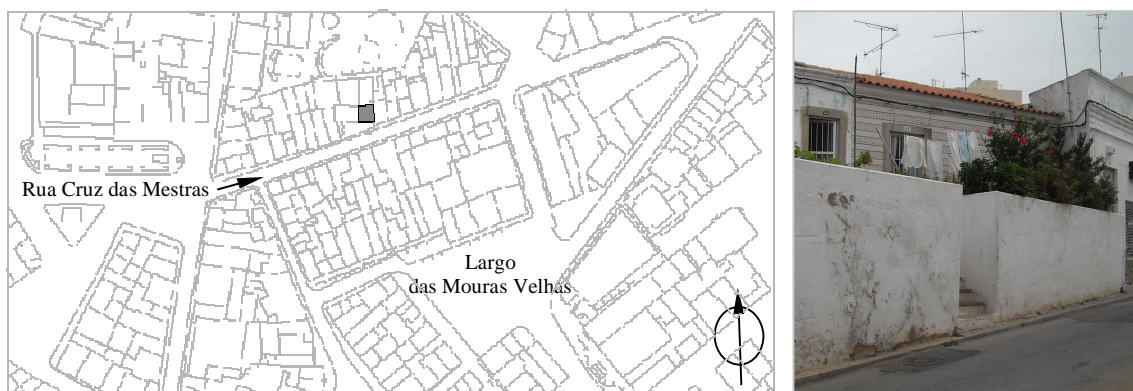
²⁷⁰ Luísa Trindade – *A Casa Corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 38.

²⁷¹ Corresponhia na verdade à travessa homónima. O tabelião umas vezes usa o termo “rua” outras vezes usa o termo “travessa”.



IMAGENS 90 e 91. Planta de localização e imagem correspondente. Edifício no gaveto da rua da Cruz das Mestras e edifício adjacente (sobre planta actual da cidade).

Ainda na rua da Cruz das Mestras está “...*uma casa quadrada...*” de Rosa Maria, no gaveto com uma antiga travessa que seguia em direcção à ermida da Esperança (actualmente inexistente). Media seis por seis varas²⁷². A concisão com que é descrita é, por si só, sinónimo da simplicidade da casa corrente no seu tipo mais elementar (IMAGENS 92 e 93).



IMAGENS 92 e 93. Planta de localização e imagem correspondente. Edifício na rua da Cruz das Mestras (sobre planta actual da cidade).

Outro caso simples mas menos explícito é o que encontramos na rua da Cordoaria (actual rua do Bocage), na zona em que esta é paralela à rua Nova da Alagoa

²⁷² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 62-64.

(actual rua Veríssimo de Almeida). O carpinteiro António Pereira e a sua Mulher possuem nesta rua “...*quatro moradinhas compostas todas por casa única...*”²⁷³. Tudo indica que eram independentes, embora confrontassem com um quintal que pertencia a outras casas destes foreiros cuja porta deitava para a rua paralela.

Como acontece no exemplo anterior também aqui não foram registadas dimensões individuais. Estas casas foram edificadas no terreno do Alferes Francisco Palermo de Faria onde este possuía uma terçena de cordoeiros. No total o terreno do Alferes media quarenta varas de comprimento, de poente a nascente, por onze varas de largo, do sul ao norte²⁷⁴ (IMAGENS 94 e 95).



IMAGENS 94 e 95. Planta de localização aproximada do terreno e das casas (a cinzento) e imagem correspondente. Edifícios na rua da Cordoaria (actual rua do Bocage. Sobre planta actual da cidade).

Na rua Nova Baptista Pinto (actualmente apenas rua Baptista Pinto) registamos mais um antigo fumeiro cujo terreno estava então dividido entre nove foreiros. Uma das casas originais do fumeiro pertencia a Francisco Xavier de Azevedo e Teresa de Jesus.

²⁷³ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 222.

²⁷⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 218-222. Confrontava pelo nascente com as casas de António Pereira e a poente com a rua do Argel. A norte com as edificações que constituíam a frente da rua Nova da Alagoa e a sul com a rua da Cordoaria. Tentamos uma localização aproximada.

Composta por casa única situava-se no gaveto com a rua da Viola (actual rua do Prior). Não nos são dadas, mais uma vez, as dimensões individuais de cada parcela, o que impossibilita a comparação com a matriz actual. Sendo que não existem dúvidas quanto à localização desta habitação, o facto do edifício que hoje existe neste gaveto ser relativamente recente e de dois pisos remete a correspondência indicada para o campo da hipótese no que respeita à área ocupada (IMAGENS 96 e 97).



IMAGENS 96 e 97. Planta de localização aproximada da parcela (a cinzento) e imagem correspondente. rua Nova Baptista Pinto (actual rua Baptista Pinto. Sobre planta actual da cidade).

Como último exemplo referimos a existência, na rua do Tecelão (actual travessa Castilho), a modestíssima morada de casas de Elias Rosa e Ana da Conceição, completamente estrangulada pela construção das últimas décadas. Era composta por casa única com uma frente de apenas duas varas e meia de largo por seis varas de fundo. É o lote mais pequeno deste quarteirão. Não surpreende portanto que a área do edifício corresponda à área total do *prédio* aforado, aproximadamente 18 metros quadrados. O que poderia eventualmente surpreender nesta «casa única», identificada como habitação, é o facto de não confrontar com qualquer outra habitação destes foreiros. Poderia eventualmente ter uma ou outra divisão interior com recurso à madeira para a construção de divisórias mas que desconhecemos.

Nos vinte e três registos de casa única incluem-se seis, cuja diferença reside na existência de quintal em cinco dos casos e um caso apenas de dois quintais anexos a uma mesma casa apenas²⁷⁵. Nenhum dos casos é possível estabelecer correspondência com a malha urbana actual devido às profundas transformações destas zonas: alcaçarias; rua do Mau Foro; áreas dos actuais edifícios camarário e da CCDR.

4.1.2. A morada de casa constituída por duas “casas” térreas. (Anexo - Tipo 2)

Esta é a tipologia mais recorrente de Faro setecentista. Uma morada de casas constituída por apenas duas casas térreas. Também aqui a habitação podia ou não ocupar a profundidade total do lote²⁷⁶. Existir quintal nos fundos da casa com terreno destinado à agricultura de subsistência ou à plantação de algumas árvores de fruto, como já tivemos oportunidade de referir, era prática ainda recorrente no final do século XVIII²⁷⁷. São cento e vinte e cinco os registos identificados, que partilham destas características. Quarenta e três dos quais ocupam a totalidade da área do respectivo lote e os restantes oitenta e dois registos são dotados de quintal ou terreno.

É a partir desta tipologia que se torna difícil a análise da casa corrente. De um modo geral a multiplicidade de termos para designar a compartimentação interna torna complexo o manuseamento da informação recolhida.

Na questão da terminologia usada, à época que caracterizava esta tipologia, reconhecemos diversas situações. Por norma a casa principal surge simplesmente

²⁷⁵ Ver tabela – A morada de compartimento único. Nos registos n.º 12, 13, 14, 18, 28 e 31, assinalados a cinzento.

²⁷⁶ Prática frequente em período medieval com observou Luísa Trindade. Luísa Trindade – A Casa Corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna, Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 28.

²⁷⁷ Apenas para citar alguns exemplos: “...um quintal com sua parreira...”; “...casas com quintal grande com poço e tanque, parreiras e outras árvores de fruto...”; “...dois quintais, um com árvores pequenas plantadas há pouco tempo...”; “...um quintal de semear árvores de fruto...”. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 13 v.º - 15 v.º; fólhos 42 - 42 v.º; fólhos 231 – 233 v.º; fólhos 401 – 403.

referida como «casa» mas também pode ser referida como «casa dianteira»²⁷⁸. A particularidade, no entanto, reside no segundo compartimento frequentemente referido como «câmara» ou «apartado». Termos aplicados apenas na designação de divisões interior o que não invalida de todo a possibilidade destas serem referidas apenas como mais uma «casa». Ainda que pouco comuns apercebemo-nos de outras terminologias para a designação de divisões interiores, as quais podem derivar consoante a sua função. Referimos a individualização da cozinha em vinte e seis registos, mas também foram registados quase duas dezenas de corredores²⁷⁹.

Como nos casos registados na tipologia anterior também nesta pode acontecer as moradas de casas estarem anexas a outras habitações dos mesmos foreiros ou possuidores, sem que isso deva ser directamente assumido como tendo acesso interior entre elas. Dos cerca de cento e vinte e cinco casos registados apenas onze são anexas a outra morada de casas dos respectivos foreiros ou possuidores. Embora seja possível identificar, em uns exemplos mais do que em outros, a sua localização na planta actual da cidade nenhum destes edifícios resistiu ao inevitável progredir da expansão e da transformação urbana. Destacamos uma das habitações pela particularidade registada. A morada de casas de José António Infante e de Clara Maria da Conceição, sua mulher, sitas na rua do Barão (actual rua Castilho, na parte a nascente da praça Alexandre Herculano) confrontavam quer pelo sul quer pelo nascente com outras casas suas. E aqui o tabelião registou “...*estão hoje comunicáveis pelo nascente com outras casas dos foreiros...*”²⁸⁰. A anexação de várias habitações tornando-as, ou não, comunicáveis pelo interior como solução para contornar a falta de espaço?

²⁷⁸ Terminologia muito mais frequente na documentação medieval. Neste tomo surge apenas uma vez. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 112 – 114.

²⁷⁹ Neste último caso, na tipologia de moradas de casa compostas por várias casas.

²⁸⁰ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 112 – 114.

Se em alguns casos a dimensão da habitação permitia a compartimentação de um espaço único, possibilitando a individualização funcional, a maioria das moradas de casas de Faro setecentista mantém as características elementares de séculos anteriores. Surgem por vezes referências tais como: “...câmara que serve de cozinha...”²⁸¹ ou “...casa que serve de câmara a qual tem uma chaminé...”²⁸², que nos remetem para a polivalência dos compartimentos, resultado certamente da falta de espaço de muitas destas habitações onde vemos acumularem-se funções num mesmo lugar. Portanto, na questão da “...utilização funcional do espaço interior...”, Faro não difere das cidades apresentadas por Manuel Alves Conde (sendo que Silves é a que se situa mais a sul no conjunto de cidades referidas), no seu estudo sobre a casa urbana do final da Idade Média²⁸³.

Nos lotes cuja área não era totalmente construída o espaço excedente podia configurar desde o simples quintal nos fundos da casa, ao pequeno logradouro ou terreno para cultivo, como a espaço de maiores dimensões simplesmente baldios. Podiam ser individuais de cada habitação mas também era recorrente serem partilhados por dois ou ainda mais vizinhos como tivemos oportunidade de demonstrar no capítulo anterior. O conjunto das catorze moradas que configuram o terreno aforado por D. Jacinta Clara da Paz Furtado na rua da Cruz das Mestras e rua da Esperança (actualmente inexistente) encerra as duas situações²⁸⁴. As quatro primeiras casas eram compostas por duas casa e um quintal cada; as duas imediatas são casas únicas. Ambos os conjuntos têm as respectivas portas para a rua da Cruz das Mestras. E as restantes

²⁸¹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 196 – 211 e fólhos 257 v.º - 259 v.º. No total do universo de habitações descritas no tombo são contabilizadas como «cozinha» cerca de vinte e seis divisões.

²⁸² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 442-444v.º.

²⁸³ Manuel Sílvio Alves Conde – *Sobre a Casa Urbana do centro e sul de Portugal nos fins da Idade Média*, *Revista Arqueologia*, n.º 5, Porto : Edições Afrontamento, p. 247-248.

²⁸⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 59 v.º - 62.

oito habitações “...todas juntas pelos quintais...” eram compostas por casa e câmara²⁸⁵
(IMAGENS 98, 99 e 100).



IMAGENS 98, 99 e 100. Planta de localização do *prédio* entre a rua Cruz das Mestras e antiga rua da Esperança (sobre planta actual da cidade) e respectivas fotos aéreas.

Os lotes que tem o alçado principal para a antiga rua da Esperança (actualmente absorvida pela praça Silva Porto) encontram-se devolutos e perfazem actualmente seis lotes apenas. Não podemos precisar o momento em que quatro destas moradas de casas se fundiram transformando-se nas duas actuais habitações de maior largura. Sabemos no entanto ter sido depois dos anos trinta do século XX pois a planta de 1931 ainda mostra este *prédio* na sua composição original. Existia ainda também a rua da Esperança, mas a

²⁸⁵ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 59 v.º - 62.

travessa homónima já havia sido absorvida pelo edificado. E apesar dos quintais hoje estarem construídos, esta planta comprova que ainda existem enquanto tal em 1931 (IMAGEM 101).

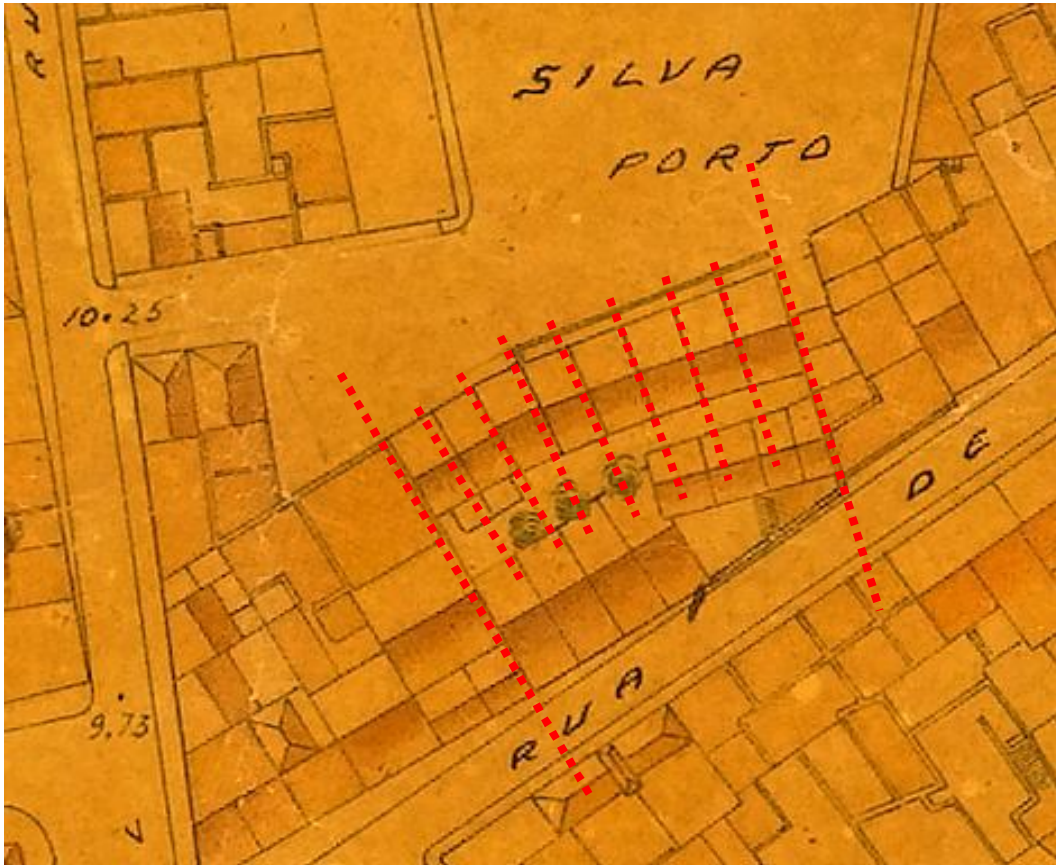


IMAGEM 101. Identificação das oito moradas de casas do *prédio* entre a rua Cruz das Mestras e antiga rua da Esperança (sobre planta de 1931 da cidade²⁸⁶).

Um último exemplo que corrobora a frequência com que era aplicada esta tipologia de morada de casas no edificado fareense. O conjunto de sete moradas de casas construídas numa parte do terreno do antigo fumeiro, que pertenceu ao mercador Rafael de Sá, entre a rua Nova da Alagoa (actual rua Veríssimo de Almeida) e a rua da Atafona (actual rua Alexandre Herculano) e que em 1794 pertencia já ao capitão Manuel de

²⁸⁶ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

Oliveira Figueiredo²⁸⁷. Tinham as respectivas portas para a rua Nova da Alagoa, confrontavam a poente com um armazém do foreiro, a nascente com um pequeno beco e casas de Isabel da Conceição e pelo norte com uma terçena de cordoeiros que ocupava a restante área do antigo fumeiro (IMAGEM 102).

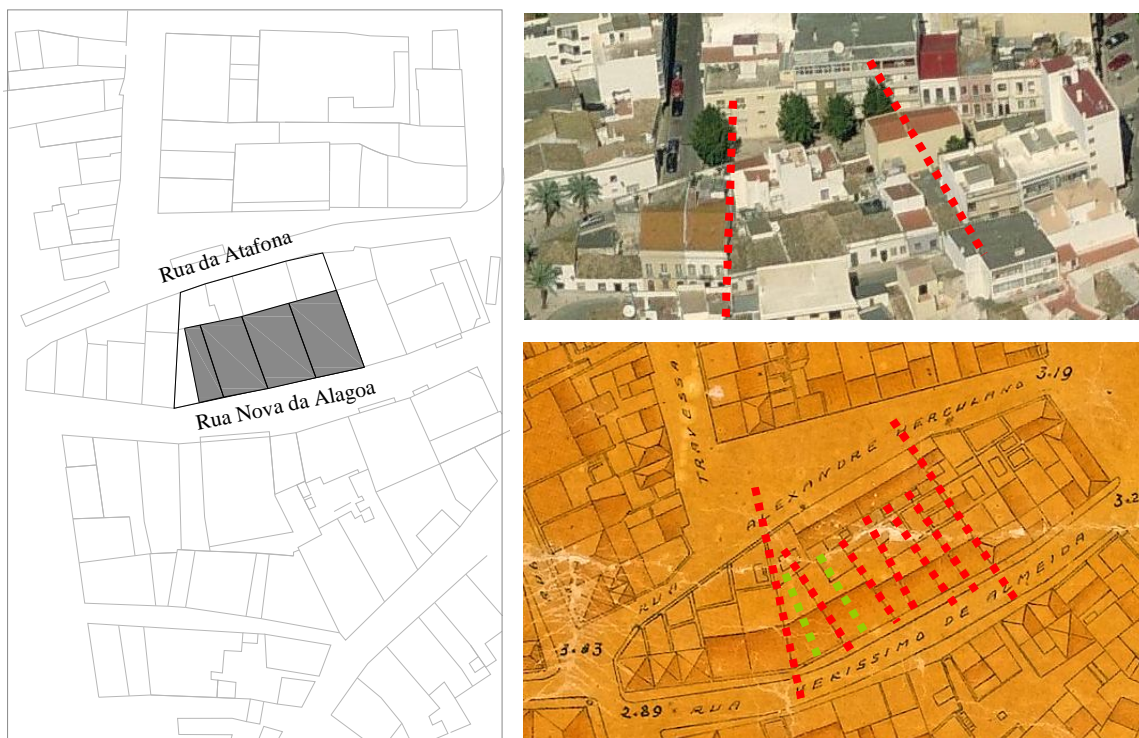


IMAGEM 102. Identificação das sete moradas de casas do *prédio* entre a rua Nova da Alagoa e a rua da Atafona (sobre planta actual e planta de 1931 da cidade²⁸⁸) e respectiva foto aérea.

Neste caso a correspondência não é total e imediata. O esquema apresentado é um resultado hipotético de como se disporm as moradas de casas, deduzido com base na largura da primeira casa a poente (ver planta actual) para chegarmos à delimitação entre a segunda e terceira morada de casas em 1931 uma vez que a planta deste ano faz ainda representar as restantes habitações. A área não preenchida a cinzento

²⁸⁷ ADF – AHC MF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 276 v.º - 278 v.º.

²⁸⁸ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

corresponde a norte à tercena que poderia corresponder ao edifício disposto longitudinalmente, na planta de 1931, a norte das casas. E a poente corresponde à parte do armazém que por sua vez era anexo a outro também deste foreiro mas não incluído neste foral²⁸⁹.

4.1.3. A morada de casa constituída por «casa» e sobrado. (Anexo - Tipo 3)

Esta terceira tipologia é portanto a duplicação vertical da primeira, mas no conjunto identificado que a constitui a questão que sobressai é o reduzido número de casos existentes, apenas nove. Em finais do século XVIII não era, aparentemente, frequente a existência da casa térrea única e sobrado.

Voltando à questão da terminologia usada na descrição destas casas, o mais frequente é o «sobrado», mas surge, não raras vezes, o termo «alto»²⁹⁰ quando o número de compartimentos é igual ao do piso térreo, isto é, “...*com altos à proporção*...”. É raro, mas aconteceu em três dos registos, o tabelião iniciar a descrição do edifício pelo piso superior. E aqui a situação inverte-se, ou seja, são nestes casos os “...*baixos à proporção*”²⁹¹ do número de compartimentos do piso superior.

Como vimos na tipologia anterior a questão da plurifuncionalidade do espaço interior depende da dimensão desse mesmo espaço. Ou seja, tem tanto de relativo à área do lote como à área do edifício em si. Isto é, quando o lote não permite ampliação horizontal esta pode fazer-se no sentido vertical dando origem ao sobrado. E nestas situações pode ocorrer o piso térreo ter uma função comercial/económica, um armazém

²⁸⁹ O tabelião assenta que confronta pelo poente com “...um armazém do foreiro anexo ao presente foral e só separado por parede interior. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 276 v.º - 278 v.º.

²⁹⁰ No total de todas as moradas de casas com dois pisos, e não apenas nesta tipologia, contabilizaram-se quase centena e meia de sobrados ou altos.

²⁹¹ “*Uma morada nobre composta por doze casas altas, varanda e quintal com baixos à proporção.*” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 276 v.º - 278 v.º.

ou loja como o edifício que Joaquim Ramalho Ortigão tinha na rua da Praça Velha²⁹². Ou como em outro edifício, sensivelmente próximo²⁹³, “...em todo o perímetro tem parte de um armazém e por cima um sobrado com uma açoteia...”²⁹⁴ que confrontam com as respectivas casas do foreiro, a norte.

Para além da questão da individualização funcional do espaço, o alteamento do edifício pode resultar apenas por simples falta de espaço por onde ampliar horizontalmente. Veja-se o caso das casas da foreira Jacinta Rosa França, na rua do rosário. Anexas às suas casas (que não estavam incluídas no foral) tinha uma “...casa que serve de cozinha para a qual se descem dois degraus e por cima dela onde era uma varanda e hoje é um sobrado para o qual se sobe por uma escada que está no quintal...”²⁹⁵.

Nos casos em que existiu espaço por onde expandir temos duas situações curiosas. Registaram-se duas ampliações semelhantes que consistiram na absorção dos arcos nos gavetos da praça pública (antiga praça da Rainha e actual praça D. Francisco Gomes) com a rua dos Morraceiros (actual rua da Marinha) e com a própria praça, respectivamente. Ambos os arcos, agora transformados em parte da habitação, confrontavam com casas dos respectivos foreiros as quais por sua vez eram confrontantes entre si. No canto sul do quarteirão o meirinho da correição, José Lopes França tinha “...uma casa construída num terreno que hera um arco, composta por casa (...) com uma janela pequena e uma porta para a praça e junto a porta da escada,

²⁹² Este foral, em particular, diz respeito à ampliação de uma loja ou armazém “...onde em tempo houve uma escada...” mas que confronta a sul e poente com o restante armazém e casas. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 346 v.º - 348.

²⁹³ Não conseguimos precisar o lugar exacto deste edifício mas era na confluência da rua com o largo: “...na rua da praça velha ou largo da cadeia...”. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 344 - 346v.º.

²⁹⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 344 - 346v.º.

²⁹⁵ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 190-192.

*um sobrado com uma janela de sacada e (...) uma escada através da qual se chegava ao dito sobrado e outras casas dos foreiros...*²⁹⁶. No canto norte do quarteirão o vendedeiro, Matias da Silva, tinha “...*uma casa construída num terreno, que hera um arco (...). Composta por uma casa com um sobrado e uma açoteia e uma escada para a praça. Tem duas portas sendo que uma delas dá para a rua dos Morranceiros...*”²⁹⁷ do que se depreende a outra porta dá para a praça pública. Ambas tinham cinco varas de frente que corresponderiam às dimensões de cada arco. Seria demasiado ousado pensar que toda a fachada deste quarteirão, que deitava para a praça principal da cidade, fosse uma pequena arcaria de vinte e cinco varas? Infelizmente nada podemos acrescentar que corrobore ou deite por terra esta despreziosa sugestão, mas sendo um dos foreiro em questão vendedeiro de profissão e estando uma zona de mercado ali tão próximo (sensivelmente mais a norte).

O edifício que hoje existe no canto sul deste quarteirão é obra setecentista e o do canto norte é oitocentista com alterações do século XX²⁹⁸. No primeiro caso, o único dos dois sobre o qual podemos tecer algumas observações por questões cronológicas, é aparentemente um edifício construído de raiz e de uma só vez. Mas as informações recolhidas neste tomo sugerem uma ampliação, o que nos faz acreditar que o edifício que hoje vemos é resultado dessa obra unificadora da imagem exterior do mesmo. Francisco Lameira refere que as obras de recuperação e adaptação do edifício, determinaram a substituição da cobertura à semelhança da que existia²⁹⁹. Em 1931 a cobertura em telhado de quatro águas não abrangia a totalidade da área do edifício,

²⁹⁶ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 359v.º a 361v.º.

²⁹⁷ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 361v.º - 364.

²⁹⁸ Francisco Lameira – Faro, Edificações Notáveis. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1997, n.º 52 e n.º 73, respectivamente.

²⁹⁹ http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B2.aspx?CoHa=2_B1

correspondendo aproximadamente aos seis metros, sendo que a ampliação estava entre as quatro e as cinco varas de profundidade (IMAGENS 103, 104 e 105).



IMAGENS 103, 104 e 105. Localização das duas casas construídas onde antes existiam arcos, que davam para praça pública (sobre planta actual e planta de 1931 da cidade³⁰⁰) e respectiva foto aérea.

Para além dos casos citados existiam ainda duas casas com os respectivos sobrados, ambas incluídas no mesmo aforamento, sitas na rua do Pé da Cruz. Conhecesse a localização exacta mas optámos por não representá-las aqui porque neste local existe hoje um edifício com vários andares. Já a planta de 1931 de que nos temos auxiliado ao longo deste capítulo, apesar de representar o *prédio* conforme o descrito em 1795 está estragada devido a dobra do papel o que impede a visualização das diversas moradas.

4.1.4. A morada de casa constituída por várias «casas». (Anexos - Tipo 4, variantes)

Como última tipologia identificada no conjunto do edificado fareense no âmbito da morada de casa corrente temos o edifício constituído por várias «casas», quer este

³⁰⁰ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

tenha um, dois ou mais pisos. Como as anteriores tipologias, estas construções podem ter quintal ou pequenos terrenos de cultivos nas traseiras da morada de casa. A inexistência deste resulta num lote cuja área é totalmente ocupada pelo edifício.

Do conjunto de registo que constituem esta tipologia os poucos que levantavam algumas dúvidas pela complexidade das descrições, nem sempre claras, foram deixados de fora desta análise.

Contam-se cento e dez registos passíveis de caracterizar. Destes cerca de sessenta e sete são de piso térreo, quarenta e dois de dois pisos e um único caso de três pisos³⁰¹.

As moradas de casas de grandes dimensões que ocupavam a área total dos respectivos lotes, constituem em finais do século XVIII uma minoria, apenas dezanove delas não tinham mais espaço horizontal para onde crescer, a menos que absorvessem alguma azinhaga³⁰², beco³⁰³ ou mesmo travessa³⁰⁴ ou que lançassem sobre a rua um sobrado sobre arco³⁰⁵. Nos restantes noventa e um casos assistimos às mais diversas situações. Desde construções com “quintalinho”³⁰⁶, “quintal” ou “quintal grande de

³⁰¹ Este registo levanta muitas dúvidas, quanto ao número efectivo de pisos, pela forma como foi descrito. Relativamente a este assunto ver ponto 3.2 – Pisos – O Terreno. A Casa Térrea, O Sobrado do ponto 3 – O Edificado.

³⁰² “...quintal ao qual pertence uma azinhaga que um dia foi travessa e que agora está tapado, com porta para a rua dos Armazéns da Companhia das Reais Pescarias dos Atuns...” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 416 v.º - 418 v.º.

³⁰³ “...um terreno que a câmara aforou pela primeira vez ao capitão Jerónimo Rebelo em 1687, que era antigamente um beco hoje reduzido a...” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 351 v.º - 354 v.º.

³⁰⁴ “...uma morada de casas em parte edificada sobre o terreno que era travessa e que foi aforado em 1724 [Dez, 11] a Diogo Viegas Carreiro...”; “...umas casas que foram travessa hoje reduzido a um corredor com sobrado e...”; “...um térreo que antes foi travessa e que a câmara tinha aforado a Manuel pinto, por 100 reis, hoje reduzido a uma alpendrada e cavalariças dentro do quintal do foreiro...” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos; 337 – 341 v.º; fólhos 355 – 357; fólhos 479 -482 v.º, respectivamente.

³⁰⁵ Prática corrente desde período medieval, como nos refere Luísa Trindade a respeito da “...forma como a própria casa conquistava espaço à rua privatizando ar e solo comunitário”. Luísa Trindade – *A Casa Corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 101.

³⁰⁶ “...uma morada de casas composta por duas casas uma cozinha e um quintalinho...”; “...umas casas e um quintalinho....”; “...casas compostas por quatro casas e uns quintalinhos....”; ADF – AHCMF –

semear³⁰⁷, com ou sem poço, tanque ou nora, a “logradouros” atrás ou mesmo à frente da casa³⁰⁸, “alpendradas³⁰⁹” ou “cavalariças³¹⁰” e “casinhas” nos fundos da casa, destinados aos mais diversos usos do quotidiano³¹¹.

Dos dois únicos registo que apresentam pátio ou terreno em frente da casa destaca-se a morada de casas de Carlos Frederico Kruse e a sua mulher Teresa do Nascimento Kruse, no sítio do Poço do Cântaros (actual largo Pé da Cruz). Uma morada de casas com nove casas altas, varanda e açoteia e “...casas baixas à proporção...”. Tinha também um grande quintal de semear, com poço e tanque e forno. Para além disso tinha ainda “...um pequeno logradouro na frente da casa para onde davam as portas principais...”³¹². Este é caso único em todo este documento. Não nos surge qualquer outra habitação, urbana, com um pátio de entrada. Todas as casas se caracterizam por ter fachada à face da rua. A casa recuada em relação à rua, com um quintal em frente da porta principal é prática mais tardia (IMAGENS 106, 107, 108 e 109).

Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 332 – 334; fólhos 405 v.º - 407 v.º; fólhos 425 – 427, respectivamente.

³⁰⁷ “...quintal grande de semear...”; “...casas, um quintal de semear arvores de fruto, um fumeiro...” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 121 - 124; fólhos 401 - 403, respectivamente.

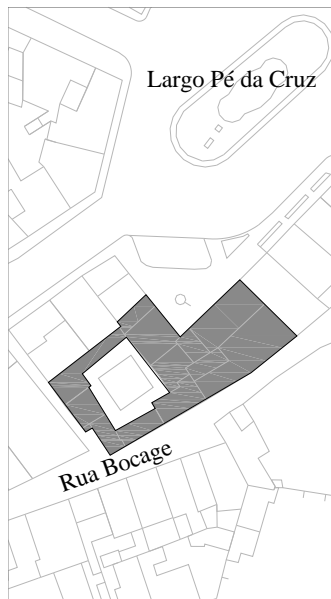
³⁰⁸ “...o foreiro tem também oito varas de terreno que serve de logradouro na frente da casa para onde dão as portas principais...” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 121 – 124.

³⁰⁹ “...um chão baldio reduzido a quatro casas e uma alpendrada...”; “...uma moradas de casas composta por quatro casas um quintal com alpendrada e...”; “...umas casas (...) compostas por quatro baixos e quatro sobrados, quintal poço e alpendrada...”; “...uma moradas de casas composta por três casas um sobrado, uma açoteia, quintal uma alpendrada e um poço...”; “...compostas por quatro casas e um quintal e neste uma alpendrada...”. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 35 v.º - 37 v.º; fólhos 200 - 200 v.º; fólhos 296 v.º - 299; fólhos 308 v.º - 311; fólhos 398 – 400, respectivamente.

³¹⁰ “...cavalariças e palheiro sobre esta...”; “...quintal e cavalariças...”; “...quintalinho, cavalariças e uma varanda por cima à qual se acede por uma escada existente...”. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 101 v.º - 103 v.º; fólhos 137 v.º - 140; 371 v.º 374, respectivamente.

³¹¹ “...e resto do quintal com poço e parreira, duas casinhas de despejos...”; “...quintal com poço e duas casinhas, uma serve de cavalariças e a outra tem uma caldeira de destilar aguardente...”. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 185 v.º - 187; fólhos 334 – 337, respectivamente.

³¹² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 121 - 124.



Identificação, aproximada, da morada de casa no sítio do Poço dos Cântaros (sobre plantas actual, de 1869-72³¹³ e de 1931³¹⁴ da cidade, respectivamente) e respectiva foto aérea.

³¹³ Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

³¹⁴ Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo).

Apesar de não ser possível identificar, em nenhuma das plantas, o referido terreno em frente das portas principais é perfeitamente visível o “*quintal grande de semear*” quer nas plantas antigas (1869-72 e 1931) quer actualmente, pois ainda subsiste nas traseiras de dois edifícios de vários andares, como podemos ver pelo pormenor da fotografia aérea. Confrontava pelo norte com o largo do Poço dos Cântaros, pelo nascente com casas do meirinho geral Joaquim Silva, pelo sul com “*travessa que vem da ermida Pé da Cruz da parte das valas e que vai a direito ao largo da Cordoaria*”³¹⁵ e pelo poente com “*travessa corrente que vai da cordoaria para a outra travessa acima referida*”.

A outra morada de casas apesar de estar registada neste tomo mais parece uma típica casa rural nos arredores da cidade. Situava-se no “Sítio de São Sebastião e jardins dito dos Cônsules” e pertencia a João Lamprier (do negócio) e sua mulher D. Ana Lamprier³¹⁶. A sua localização corresponde hoje sensivelmente à área ocupada pela escola preparatória D. Afonso III até à Estrada Nacional 125 a norte da rua Aboim Ascensão (parte da primeira estrada da circunvalação de inícios do século XX). As sucessivas plantas da cidade (de 1834, de 1848, de 1869-72, de 1909 até à de 1927), representam-na e nem nesta última está no interior da cidade.

Era constituída por uma propriedade de catorze casas com as suas oficinas. Tinha pátio pela parte de fora, horta, pomar e várias árvores de fruto e terras de semear, com duas noras. Estendia-se desde o campo de São Sebastião até ao fumeiro e horta de Guilherme de Crespina, cerca de 250 a 260 metros, entre a Estrada Real (actual Estrada

³¹⁵ Mais uma vez se atesta a importância dos *elementos primários* na definição do espaço urbano. Na falta de toponímia recorre-se a estes como pontos de referência que delimitem a rua.

³¹⁶ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 482 v.º - 485 v.º.

Nacional 125) e a estrada “...que vai para orta de São Miguel e outras partes...”³¹⁷ (actual estrada da Senhora da Saúde).

Quanto maiores eram as áreas dos edifícios maior era o número de compartimentos interiores e mais especializados eram os espaços. Como já tivemos oportunidade de referir, no ponto anterior (4.1.3 – a morada de casas constituída por casa e sobrado) o alteamento do edifício estava por vezes associado à individualização funcional do piso térreo que por sua vez estava poderia estar relacionado com a condição profissional do seu possuidor.

As casas até quatro compartimentos internos são maioritariamente térreas. Entre as com cinco e com seis divisões são quase tantos os registos com um piso como com dois pisos. E acima das sete divisões são quase sempre com sobrado, como podemos deduzir pela tabela seguinte.

n.º divisões	terrea	c/ sobrado	c/ 3 pisos	Total
3	23	5	0	28
4	26	8	0	34
5	11	8	0	19
6	4	4	0	8
7	0	4	0	4
8	2	3	0	5
9	0	2	0	2
mais de 9	2	7	1	10
Total	68	41	1	110

Começamos pela casa básica desta tipologia. Resulta essencialmente da fusão da segunda com a terceira tipologia, isto é, duas casas térreas com os respectivos dois sobrados. Das trinta e quatro moradas de casas com quatro compartimentos, duas são

³¹⁷ Entenda-se ermida de São Miguel, uma pequena capela particular integrada numa propriedade senhorial nos arredores da cidade, com porta principal para este eixo viário. Francisco Lameira – *Faro. Edificações Notáveis*. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1997, n.º 26.

assim. As casas de D. Maria Pakar, na rua do sol Posto³¹⁸ e as casas de Maria Fortunata Vitoria, na rua do Bousela³¹⁹ (actual rua Vasco da Gama), ambas sem quintal.

Igualmente relevante, mas pela diversidade que pode constituir, é a morada de casa com três «casas». Sem podermos afirmar, por falta de descrição detalhada a este respeito, arriscamos dizer que no caso de térreas estas divisões disponham-se longitudinalmente, em lotes, por norma mais profundos que largos. Tanto nos aparecem descrições simplificadas, apenas referindo o número de «casas», com ou sem quintal³²⁰ como nos surgem referências à divisão funcional de uma delas, normalmente a cozinha ou o corredor³²¹. E no caso de morada de casa com sobrado, este pode ocupar toda a área construída ou apenas parte desta. Daqui resultam diversas volumetrias, consoante a localização do(s) sobrado(s) relativamente ao piso térreo.

Veja-se o caso do oficial de Barbeiro João de Oliveira (IMAGENS 110 e 111). Este registo exemplifica uma das variantes arquitectónicas desta tipologia. O sobrado único abrange a área total do piso térreo constituído por duas casas. Mas pode acontecer o sobrado restringir-se apenas a um dos compartimentos térreos, seja ele à face da rua seja ou recuado. Dando lugar ao aparecimento de açoteias ou varandas.

³¹⁸ “...umas casas compostas por dois baixos e dois sobrados...” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 461 v.º - 465 v.º.

³¹⁹ “...umas casas compostas por duas casas assobradadas...” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 22 – 24 v.º.

³²⁰ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 182 185 v; fólhos 250 – 252 v.º; fólhos 262 – 264 v.º; fólhos 293 v.º - 298; fólhos 322 v.º - 329 v.º e fólhos 379 v.º - 382.

³²¹ “...uma morada de casas composta por casa, corredor, cozinha e quintal...”; “...uma morada de casas composta de casa, câmara e cozinha térreas e seu quintal...”; “...uma morada de casas composta por duas casas, cozinha e quintal e parte de um poço...”; “...uma morada de casas composta por casa, câmara e cozinha...”; “...uma casa térrea com apartado uma cozinha um quintal com parte de um poço...”. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 159 v.º - 161; fólhos 199 – 199 v.º; fólhos 291 v.º - 293 v.º; fólhos 313 v.º - 315 v.º; fólhos 382- - 384 v.º, respectivamente.



IMAGENS 110 e 111. “duas casas baixas e um alto...”³²². rua do forno do Bousela (actual Vasco da Gama) Localização da morada de casa (sobre planta actual da cidade). E respectiva representação gráfica³²³.

Veja-se o caso do capitão Francisco Samuel Furtado que possuía uma morada de casas incluídas no foral de Francisco de Oliveira. Era composta por “...*casa térrea, cozinha com sobrado nesta, quintal com poço e açoteia...*”³²⁴. Tal como os outros, trata-se de um edifício inexistente actualmente.

Pode também dar-se a inversão da primeira variante mencionada. Um compartimento térreo sob dois sobrados. Surgiu-nos a descrição da morada de casas, situada na rua dos Ferreiros (actual rua José Estêvão), que pertencia a Maria da Encarnação, uma filha solteira de um ferreiro, Francisco Xavier da Rosa. Eram “...*compostas por um baixo, duas casas altas e uma escadas...*”³²⁵. Seria demasiada pretensão acreditar que no piso térreo terá existido em algum tempo a forja deste ferreiro?

³²² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 106 - 107.

³²³ Luís Filipe Rosa Santos – *Faro, um olhar sobre o passado recente (segunda metade do século XIX)*. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1997.

³²⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 249 – 249 v.º.

³²⁵ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 403 v.º - 405 v.º.

Na tipologia de morada de casa constituída por várias «casas» as construções chegam a atingir a dezena de compartimentos interiores. Quantas mais «casas» se enumeram mais concreto se torna o uso destinado a algumas delas. Repetem-se as referências a quartinhos, apartados ou casinhas com várias funções, como aquela em que está o forno ou aquela em que está a caldeira da destilaria. Referem-se corredores interiores que ligam as casas até ao quintal, ou corredores exteriores que ligam as moradas de casas a um poço comum. Dentro dos quintais estão muitas vezes a cavalariça, um palheiro ou uma casinha de despejos e a escada que vai para a açoteia ou para a varanda.

O melhor exemplo da complexidade que uma morada de casa setecentista pode atingir encontra-se no, já referido, tombo da Misericórdia. As casas do Dr. João da Silva Sanxes, na zona da Ribeira, contam com treze altos; uma varanda; uma açoteia; sete baixos sendo um destes uma adega para os potes de azeite; três quintais; uma estrebaria e sobre esta um palheiro (“...o da palha...”); uma casa “...para os moços...” e sobre esta um palheiro para a alfarroba³²⁶.

Em relação à disposição interna das divisões não podemos deixar de referir uma última descrição. Na rua de São Francisco onde é hoje o Palácio Belmarço, o pedreiro João José era agora foreiro de um terreno onde tinha “...cinco casas (...) três de frente e duas de fundo (...) quintal com um poço...”³²⁷. Constitui dos pouco casos que nos permitem vislumbrar a disposição interna da habitação ainda que de uma forma muito breve. Neste caso em particular as habitações são condicionadas pela pouca profundidade deste quarteirão que confrontava a poente com um canal de água que vinha de São Francisco até a Alagoa.

³²⁶ Arquivo da Misericórdia de Faro - *Tombo dos Foros*, 1784, fólio 4.

³²⁷ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 265 – 267 v.º.

4.2. Edifícios de habitação nobre

A escassez de registos referidos como «habitação nobre», construídos nos *prédios* de gestão concelhia, não permitiu mais do que proceder à respectiva identificação e descrição dos mesmos. De facto os únicos três edifícios assim registados pouco ou nada têm em comum. Ao tentarmos identificar eventuais aspectos ou características partilhadas por todos deparamos com a omissão de informação que em uns existe e noutros não. Ou seja, se num dos casos temos as dimensões do edifício nos outros dois estas não existem. Se em dois dos registos, cujos possuidores são do género masculino, existe a referência à profissão no caso da proprietária isso não acontece, o que nos impossibilita uma análise, ainda de superficial, ao nível da condição social dos mesmos. Não conseguimos igualmente avaliar quanto à composição morfológica ou compartimentação interna, pela mesma razão de que não existe a descrição dos três edifícios.

O único ponto em comum é a referência às respectivas localizações. Embora bastante afastados entre si apercebemo-nos que são locais de certa importância. No primeiro caso trata-se de uma morada de casas nobres que Ana Jacinta, a moura velha, e o seu marido Simão da Fonseca tinham na rua do colégio (actual rua Lethes) e cujo quintal deitava para o largo homónimo (actual largo da Mota). O segundo caso trata-se da morada de casas nobres que Francisco de Oliveira, tinha na rua Castilho (actual travessa Castilho). E o terceiro caso trata-se de uma morada de casas nobres, às quais que já aludimos neste trabalho, que Joaquim de Azevedo tinha no interior da Vila Adentro por detrás do edifício do trem do castelo. É portanto comum aos três edifícios a localização em pontos importantes da cidade não terá sido esse o aspecto a ter sido em conta quando as referiram como casas nobres. Se no primeiro caso a rua do colégio é um importante eixo viário valorizado com a construção do edifício que lhe dá nome, no

segundo trata-se de uma zona de ocupação extramuros antiga e cuja própria evolução do *prédio* onde está inserido nos permite concluir quanto às características periurbanas deste, no terceiro a sua localização no interior da vila Adentro é por demais evidente.

A morada de casas nobres de Ana Jacinta faz apenas referência À cavalaria existente no interior do quintal e estavam inserida num aforamento cujo *prédio* já se encontrava subdividido em seis moradas de casas mas que foi originalmente um fumeiro.

A morada de casas nobres de Francisco Oliveira, feitor da portagem, insere-se num quarteirão que foi igualmente um antigo fumeiro. Era composta por doze casas altas, varanda e quintal como os baixos à proporção, o que perfaz um total de vinte e quatro compartimentos internos.

A morada de casas nobres do cónego Joaquim de Azevedo era composta por seis altos e oito baixos e tinha quintal com poço e uma casa térrea. Media vinte e três varas e meia de comprimento, do norte ao sul, por onze varas de largo, do poente ao nascente, tendo-lhe sido atribuído um foro de 180 réis.

4.3. Edifícios com funções não habitacionais

Como já referimos, no decurso deste estudo foram surgindo referências, ainda que breves, a «*construções funcionalmente especializadas*». Como disse Manuel Sílvio Alves Conde, a propósito dos aglomerados urbanos medievais do Médio Tejo, estas construções “...*pontuavam a paisagem urbana e periurbana...*”³²⁸. E, acrescentamos nós, que sendo as mesmas parte fundamental da vivência em comunidade existiriam de igual modo na cidade de Faro. Algumas ficaram registadas neste *Tombo* ainda que de forma sumária.

³²⁸Manuel Sílvio Alves Conde – “Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média”. *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*. Media Aetas, n.º ¾, 2000-2001, p. 70.

Antes de mais ressaltamos a importância destas construções na sua relação com o espaço urbano que se reflectiu na toponímia de cada localidade, nomeadamente durante a época medieval. Amélia Andrade diz-nos que para esta época a denominação de cada artéria resultava “...antes de mais, de uma apreensão visual que incluía a disposição das construções, os materiais utilizados, a existência de elementos decorativos, as actividades económicas dominantes que se completava com a percepção de ruídos e cheiros característicos...”³²⁹. No final do século XVIII existiam ainda algumas artérias cujos nomes reflectiam a sua origem medieval_ ruas e largo da Cordoaria; rua dos Ferradores; rua dos Ferreiros; ruas e travessa das Alcaçarias; rua das Tendas ou ainda a rua do Forno_ associadas a estas construções de carácter económico-profissional.

Identificamos duas tercenas de cordoeiros³³⁰, uma situada na rua da Cordoaria (actual rua do Bocage) e outra na rua Nova da Alagoa (actual rua Veríssimo Almeida) paralela à anterior. Sobre a primeira, que pertencia ao Alferes Francisco Palermo de Faria e sua mulher Ana Teresa da Fonseca, nada mais ficou registado. Sobre a segunda, que pertencia ao capitão Manuel de Oliveira Figueiredo, não tendo sido descrita apenas ficamos a saber que foi construída no terreno de um antigo fumeiro que pertenceu ao mercador Rafael de Sá. Eram, no entanto, construções aparentemente independentes do restante edificado. O mesmo não acontecia com lojas ou armazéns cuja função comercial “...impunham a especialização do espaço da moradia...”³³¹ por serem normalmente localizados no piso térreo, o que remetia para o sobrado o espaço doméstico. Dos dez armazéns (e/ou lojas, em dois casos) identificados em terrenos

³²⁹ Amélia Andrade – “Conhecer e Nomear. A Toponímia das Cidades Medievais Portuguesas”. A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares (Actas I). Lisboa : Universidade Aberta, 1993, p.123.

³³⁰ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 218-222, e fólhos 276 v.º - 278 v.º.

³³¹ Manuel Sílvio Alves Conde – “Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média”. Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval. Media Aetas, n.º 3/4, 2000-2001, p.83.

aforados, seis são em edifícios com sobrado³³². Quatro são térreos mas três deles são anexos às moradas de casas³³³ e apenas um é um edifício isolado³³⁴. Em termos da sua localização, embora não especifiquem o uso a que se destinam, não surpreende que quatro deles se situem na rua da Praça Velha, também conhecida por rua das Tendas (actual rua Ivens³³⁵) ou, próximo, na rua do largo da Cadeia (actual rua 1º de Maio³³⁶). Temos dois casos com algum interesse de apropriação de espaço público dos quais a câmara faz aforamento. Um na rua do Aljube em que a câmara ao aforar uma travessa nas traseiras da Casa da Câmara permite que esta seja transformada em armazém, pertença de Francisco Xavier Lobo, deão da Sé de Faro. E outro na rua do Correio Velho (actual rua do Compromisso Marítimo, na parte sul), onde foi aforado um beco pela primeira vez em 1687 ao capitão Jerónimo Rebelo e que agora estava aforado a José Ferreira de Assunção e sua mulher Maria da Trindade³³⁷. Também as profissões podem ser indicativas quanto à função destinada a estes espaços. Nos casos da rua da Praça Velha e da rua do largo da Cadeia os foreiros estão ligados ao comércio ambos mercadores e um que não tem indicada a profissão. Na rua do Pé da Cruz também um vendeiro. Já na zona ribeirinha, na rua Direita, o foreiro era um arrais. Uma análise e investigação mais apurada no sentido social e vivencial do espaço urbano permitiriam conclusões mais definitivas.

³³² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 334 - 337; 344 - 346 v.º; 346 v.-348v.º; 349-351; 351v.º - 354v.º e fólhos 405v.º - 407 v.º.

³³³ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 276 v.º - 278 v.º; 412 - 414 e fólhos 418 v.º - 420 v.º.

³³⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 459 - 461 v.º.

³³⁵ Em finais do século XIX denominada de Rua das Lojas, na planta de 1869-72.

³³⁶ Que há data também já era conhecida como rua da Estalagem Nova. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 412 - 414.

³³⁷ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 351 v.º - 354 v.º.

Temos ainda referência a “...*uma casa grande com um forno de cozer pão e todas as oficinas necessárias para o dito forno...*”³³⁸. Pertencia ao capitão Manuel de Oliveira Figueiredo, seria talvez mais uma fonte de rendimento que tinha à porta nascente da Vila Adentro, na rua de São Francisco.

E a uma destilaria de aguardente. Esta no entanto não deve constituir caso singular uma vez que a caldeira encontrava-se numa de duas casinhas que o foreiro João Martins e a mulher Maria Rosa tinham nos fundos do quintal, a rua Nova Baptista Pinto.

No sítio de São Sebastião, em zona de expansão, tinham o negociante inglês João Lamprier e sua mulher D. Ana Lamprier uma ampla propriedade de casa³³⁹ em que surgem referidas umas oficinas. Não conseguimos apurar o seu uso mas dado o carácter rural da propriedade deveriam estar associadas à agricultura.

Na praça pública vamos encontrar o açougue da câmara e como tal um edifício público para usufruto da comunidade. Anexo à muralha medieval que o delimitava pelo sul, confrontava pelo poente com a casa da ermita da ermida de Nossa Senhora do Ó e pelo nascente com as casas do padre João Baptista Bartonhês.

Por último, constitui obviamente caso singular o edifício da Casa da Câmara, no interior da Vila Adentro, no mesmo local que actualmente mas de dimensões muito menores. Era constituída por duas casas altas sobre um armazém muito profundo que entrava na propriedade do deão da Sé que anteriormente referimos. Eram antecidas por uma varanda gradeada e a ela se tinha acesso por umas escadas de pedras.

Para além destes aforamentos, vão surgindo aqui e ali, aquando da nomeação das confrontações, referências a um ou outro edifício utilitário. Como o antigo açougue dos

³³⁸ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 272-274 v.º.

³³⁹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólios 482 v.º - 485 v.º.

mesteres, no gaveto da rua do Pé da Cruz em frente à pontinha do Peixoto³⁴⁰; ou o hospício dos carmelitas, na rua Entre Fumeiros (actual rua do Montepio), onde se encontrava instalado o hospital dos soldados³⁴¹; Ou ainda uma cabana, montada na via pública arrumada às casas dos foreiros João Aleixo e Maria Teresa sua mulher em época das novidade, onde montavam um lagar para pisar uvas e produziam mosto³⁴², na rua das Alcaçarias (na zona da actual praça da Liberdade).

³⁴⁰ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 194 – 195 v.º.

³⁴¹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 458 v.º - 487 v.º.

³⁴² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 459-461 v.º.

CONCLUSÃO

Ao cabo de uma aprendizagem justificada pelo interesse num tema que o *Tombo dos Prédios Urbanos (...)* fez emergir, tal como o percorrer de uma qualquer “rua Direita” cujo traçado sinuoso nos leva direitos a um lugar, encontrámos neste documento o ponto de partida e uma perspectiva de estudo consistente.

O constante acreditar na riqueza e valor deste *Tombo*, visto desde a primeira hora como uma fonte repleta de informação que o tempo e o homem apagaram, permitiu-nos, a partir de uma análise aturada dos dados recolhidos, reconstituir uma outra realidade (esquecida) da cidade de Faro nos finais do Antigo Regime: o casario corrente.

Certo é que a especificidade do documento e dos dados recolhidos têm um valor limitado. No entanto, o objectivo não foi o de abordar a imagem total da área urbana de Faro, mas antes dar um contributo para a contínua construção da cidade que, enquanto espaço de vivências, se transmuta continuamente.

Embora conscientes da parcialidade da visão proporcionada, acreditamos que se deve vislumbrar uma cidade não apenas na relação do edificado com a rua, com a praça ou largo, elementos estruturantes por excelência, dinamizadores do desenvolvimento urbano, onde tudo acontece, onde a vida é vivida e os acontecimentos se sucedem. Mais do que isso, quisemos transpor a passagem do espaço público para o privado, maioritariamente na arquitectura corrente.

Acreditamos com isso contribuir para aclarar a imagem do espaço privado fareense, que não sendo singular, estava por fazer. Não é de todo um projecto acabado. A questão foi abordada desta perspectiva, mas novas e/ou diferentes abordagens podem

ser seguidas, por ventura diferentes das que aqui se apresentaram. Muitas arestas ficaram por limar, quem sabe o serão por futuros interessados por estas matérias.

Faro, no final do século XVIII, desenvolvia-se numa área definida desde o início da Idade Moderna. Viu reestruturada a sua centralidade comercial, mas os seus limites, que já estavam consolidados viu serem reforçados com a edificação das casas conventuais e colegial. Tendo um crescimento radial desde sempre, pois que de todas as épocas se lhe encontram vestígios nas áreas circundantes à Vila Adentro, estes edifícios constituíram-se durante toda a Época Moderna simultaneamente como limites do núcleo urbano, ao se implantarem em zona periurbana, e como pólos dinamizadores desse mesmo desenvolvimento, em sentido fisicamente inverso.

A nascente da cidade intra-muros, abundam propriedades de alguma dimensão, reconhecidas ainda hoje – desde a propriedade de D. Branca, doada para fundação de uma casa franciscana, a sua confrontante Horta dos Cães, ao ferragial ou ainda a um vasto Campo da Trindade, sempre exterior à cidade até à época contemporânea. O largo de São Francisco, até há bem pouco tempo, configurava um largo braço de água que em tempos mais invernosos se prenunciava para o interior. Uma gravura de 1580 representa-o excessivamente exagerado, mas dá-nos claramente a imagem do motivo pelo qual a cidade desenvolveu a sua frente de mar na direcção norte e não para nascente. Tão simples, crê-se, como as características naturais do lugar.

São Francisco, Colégio de Santiago, Capuchos, três locais, três datas, três barreiras, três elementos polarizadores da dinâmica urbana da Cidade de Faro Moderna. Superados, sempre e no entanto, por um elemento mais poderoso, o eixo viário, a rua, a coluna vertebral que liga os diferentes espaços e que os torna funcionais.

O largo de São Francisco, que não sendo rua de passagem foi um eixo viário em certa medida navegável; A rua Lethes, antiquíssimo eixo viário de origem romana

revalorizada pelo colégio jesuíta; a rua dos Capuchos, que antes de servir a fachada da igreja terá permitido certamente a muita gente aflita calcorrear-lhe o traçado rural em busca de algum amparo junto de São Sebastião numa pequena ermida medieval que lhe viu tirada a vista e a importância ao longo do século XVII, consecutivamente pelo convento, pela cerca e felizmente pelo fim de flagelos como a peste.

A cidade prosperou ao longo destes três séculos, mas já era suficientemente significativa para ter sido escolhida para sede do assento episcopal. Novos acontecimentos propiciaram novas transformações. A invasão inglesa pelo Conde de Essex. A iminente (mas não sucedida) invasão espanhola. O terramoto de 1755. A visão de um bispo actualizado na sua época.

Da restauração resultou uma Cerca que redefiniu novos limites urbanos, ainda que mais vivenciais do que efectivos. Este tombo testemunha-o, representa-o. Ler este documento é como passear pela cidade de forma continuada, quase sempre pela periferia mas de quando em vez entrámos mais no espaço consolidado.

Para explicar este “trajecto” havia que apresentar o objecto de estudo: a cidade de Faro até ao final do século XVIII. A parte I deste trabalho consiste pois na contextualização histórica, sobre o qual fizemos não mais do que um apanhado, de forma cronológica, apresentando os acontecimentos mais significativos, salientando períodos históricos e fases de crescimentos com referências pontuais a factores que contribuíram para o desenvolvimento do núcleo urbano.

Na parte II havia que apresentar o documento base ao qual sorvemos grande parte dos dados que permitiram estudar, nos parâmetros propostos, a cidade de Faro no âmbito da habitação corrente. Mais do que apresentar ou descrever, tornou-se fundamental explicar o *Documento*, quer por uma questão de contextualização dos dados recolhidos quer, principalmente, por uma questão de compreensão dos resultados

obtidos no decorrer do estudo que realizámos. Salientámos, portanto, apesar da riqueza de conteúdos, as limitações que a especificidade deste tombo poderia acarretar. Mas também as suas potencialidades essencialmente pela amplitude geográfica que tem, pelo que concluímos esta parte II com a identificação da localização do foro concelhio urbano. Estávamos em condições de introduzir um outro documento semelhante (o tombo da Misericórdia) mais pobre contudo em conteúdo. Foi particularmente produtivo do ponto de vista da localização dos imóveis concelhios. Essencialmente periférico, identificámos o domínio directo concelhio em qualquer zona de expansão do núcleo com menor expressão, no entanto, a noroeste. Não deixando este de existir em zonas mais próximas da Vila Adentro. Se considerámos o acentuado parcelamento do chão urbano tanto mais significativo quanto mais próximo do núcleo primitivo concluímos, no entanto, que o domínio directo do concelho é menor nesta área.

Este documento permitiu-nos muito mais do que localizar o domínio concelhio sobre o solo urbano. Apesar de nem sempre atingirmos o objectivo final de identificar a parcela individual conseguimos, contudo, identificar e caracterizar quer o quarteirão quer o lote e até o edificado do final do século XVIII. Percebemos o quanto eles são devedores das características medievais dos mesmos. É como que o perpetuar das formas e funções desse período. Apesar de capital do Reino do Algarve, Faro não deixa de constituir uma cidade de província, demasiado longe dos grandes centros, que concentravam populações capazes de fazer crescer não apenas em área mas principalmente em altura os seus núcleos urbanos. Faro não só não expandiu consideravelmente a sua área nos séculos XVI, XVII e XVIII, como também não cresceu além dos dois pisos. A sua evolução e expansão consistiram essencialmente na transformação e sedimentação do núcleo dentro de um limite aparente, criado pela construção da cerca seiscentista.

A parte III consiste na análise e caracterização morfológica do aglomerado urbano. Do geral para o particular, encetamos esta análise a partir do quarteirão, seguindo-se o lote e por último o edificado.

No centro localizam-se os quarteirões mais parcelados e densificados. Constituídos por lotes onde a proporção largura / profundidade é mais acentuada, o índice de construção é maior e nos quais a largura menor corresponde àquela que confina com a via pública. Em oposição, o quarteirão de maiores dimensões e com índice menor, quer de parcelas quer de construção nas mesmas, localiza-se em zona de expansão. Embora com proporções diferentes, ambos os tipos mantêm ao longo de toda a época moderna áreas interiores de espaços verdes associadas, como vimos, a questões essencialmente de subsistência. Concluimos ainda que, porque totalmente construído, o quarteirão mais central, em oposição ao periférico ainda numa fase de definição formal, adquire formas mais regulares onde encontramos desde o quarteirão quadrangular, ao rectangular e ainda alguns com forma mais triangular, resultado da adaptação ao domínio que a rua, enquanto espaço público, exerce sobre o edificado.

O lote, por sua vez, reflecte, em parte, as características do quarteirão em que está inserido. Isto é, a sua dimensão e forma varia consoante a dimensão e a forma do quarteirão. Identificamos lotes estreitos e profundos, justapostos em artérias consolidadas, com fachada única ou duas fachadas, dependendo essencialmente se o quarteirão é mais quadrangular (na primeira situação) ou se é mais rectangular (na segunda situação). Total ou parcialmente construído o lote de menor largura localiza-se em área urbana cuja ocupação é mais antiga, o que se reflecte numa artéria perfeitamente definida sem lugar a vazios entre um e outro lote, pois a construção, que surge sempre face à rua, remete para o interior do lote o espaço não edificado.

No ponto 3 da terceira parte – O Edificado – entrámos na esfera do construído e estudamos o edificado enquanto conjunto. A confrontação dos dados com a realidade actual, ainda que pouco subsista, e com alguma cartografia existente permitiu caracteriza-lo quanto ao tipo, forma, dimensão, composição exterior e por fim composição interior. Concluímos que sobre o foro concelhio está edificada essencialmente a casa corrente de características simples. A habitação nobre é praticamente inexistente embora sejam referidas algumas habitações de dimensão razoável e com alguma complexidade interna, sugerida por um maior número de compartimentos onde um ou outro ficou registado com uma função concreta. Surgem igualmente alguns exemplares de edifícios não habitacionais sem que isso se reflecta necessariamente na sua arquitectura.

Mas nem todo o *prédio* emprazado é construído. Alguns constituem quintais ou terrenos anexados a outras moradas de casas que os foreiros tinham. Compreendemo-los como uma intenção de ampliar a área da habitação quer para a edificação de pequenas construções, sempre nos fundos das casas, quer para a pratica da agricultura de subsistência. A anexação de diferentes parcelas pode também acontecer na morada de casa propriamente dita. Isto sucede quando o lote em que está inserida não permite mais ampliação horizontal e assim recorre-se à agregação da casa ao lado ou atrás. Ainda nesta sequência o edificado pode crescer em altura, embora não se registem mais do que os dois pisos, sendo predominante, ainda assim, o piso térreo. Em último recurso pede-se em aforamento a travessa ou a azinhaga confrontante, normalmente justificando com questões de higiene e saúde públicas. Dois terços das moradas de casas corrente farense, de finais do século XVIII, são dotados do seu quintal no interior do lote. Muitas vezes estes são ligados por corredores que levam a um poço comum a vários moradores. Sendo mais habitual a partilha entre apenas dois foreiros cujas propriedade confrontam.

A casa corrente adapta-se à área ocupada pelo lote em que está construída. Pode ter desde fachada única, a duas ou até três fachadas, casos em que a construção ocupa um gaveto. No primeiro caso, à fachada principal à face da rua, opõem-se o quintal no interior que confronta com o quintal do lote adjacente. Noutros as casas desenvolvem-se de tal forma em profundidade que o próprio quintal tem porta para a rua detrás.

Identificámos quatro tipologias arquitectónicas. Desde a mais elementar casa única, à composta por várias «casas». Mas a singeleza parece predominar na sua grande maioria e isso deduz-se pelo número reduzido de compartimentos interiores e pelas poucas referências a singularidades arquitectónicas dignas de registo. Nas que adquirem alguma complexidade reflectem-se usos e as vivências associadas às diferentes funções do quotidiano dos seus possuidores: é a loja, o armazém, o forno, a destilaria, como espaço de trabalho ou como fonte de rendimento. Estas desenvolvem-se em espaços distintos, normalmente em pisos diferentes em que a actividade profissional obriga a função habitacional a recuar para o piso superior. É na casa com sobrado que encontramos mais variedade: pode ser amplo e ocupar toda a área do piso térreo, como respeitar a compartimentação térrea do mesmo e assim temos “*os altos à proporção dos baixos*”. Pode ainda restringir-se a um dos compartimentos apenas, à casa dianteira e assim compõem uma fachada de dois piso confinante com a rua, ou pode ser recuado, sobre a câmara, originando a varanda ou a açoteia, que não raras vezes ficaram registadas. O número de compartimentos varia então consoante as dimensões da própria construção e destas duas premissas depende a individualização de uma ou outra função.

Depois de concluída, esta análise permitiu-nos verificar que estamos perante um conjunto edificado no qual identificámos as características medievais que, em Faro, se perpetuaram no tempo e no espaço. Não só ao nível do quarteirão e do lote, mas também e principalmente ao nível da arquitectura corrente, cujas tipologias variavam,

como vimos, entre a casa; casa e câmara; casa com sobrado, até à casa composta por diferentes compartimentos, inseridas num lote pequeno e constrangido, no centro, e largo e espaçoso na periferia. Sobre os edifícios nobres poucas referências. Quem tinha posses escolhia o lugar onde habitava, escolhia o local mais central, o mais nobre. Exemplo disso é a “Casa das Açafatas” ou o “Solar dos Pantojas” na rua de Santo António, uma das principais artérias da cidade.

Este tomo permitiu-nos ainda conhecer os detentores do domínio útil, e o tipo de gestão praticada e o estado em que esta se encontrava. Ficou por fazer uma abordagem mais aprofundada, quer do ponto de vista sociológico quer do económico, posição consistentemente assumida no âmbito no nosso estudo. Mas lançamos a semente, para estudos futuros, ao relacionar tipologias de construções à condição socioprofissional dos seus possuidors e à sua localização na estrutura urbana. Contudo cremos ter atingido, ainda que através de um longo e inconstante percurso, o objectivo a que me propus: o de contribuir, *humildemente*, para o conhecimento da cidade à qual me orgulho de pertencer.

FONTES

Fontes Iconográficas

Biblioteca Nacional

1. *PLANTA (...) da Praça de Faro chamada Vila dentro (...)*. Executada pelo Coronel Joze Sande Vasconcelos, finais do século XVIII.
2. GRAVURA da *Cidade de Faro* no século XVII.

Câmara Municipal de Faro / Museu Municipal de Faro:

1. *PLANTA da Cidade de Faro* (executada por fotogrametria aérea), por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo), 1931.

Direcção dos Serviços de Engenharia – Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar

1. *MAPPA d'rompimentos que fizeram a ferro e fogo nas muralhas d'Faro (...)*. Executada pelo Coronel José Sande Vasconcelos. N.º 3885 I -2-19A-27.
2. *PLANTA de implantação do Hospital Militar* (não construído). Executado pelo 2.º Tenente Domingos Rafael Dinis. Finais do século XVIII. N.º 117-2-19A-27.

3. Instituto Geográfico Português:

1. PLANTA da Cidade de Faro, que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.^a F. d'Andrade em 1869, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em

Dezembro de 1872. (à escala 1:2500 / papeis de prancheta n.º 12, n.º 13, n.º 27 e n.º 28), 1869-1872.

ILUMINURA da Cantiga CLXXXIII, de Afonso X, o Sábio, Biblioteca do Escorial.

(Francisco Lameira – *Faro a arte na História da cidade*. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1999, p. 18.)

Fontes Manuscritas

Arquivo da Misericórdia de Faro:

Tombos dos Foros, 1784.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Faro:

ESCRITURAS e cartas de Arrematação de aforamentos, 1 maço, 1686-1687, fólios 43 – 46 v.º.

ESCRITURAS e cartas de Arrematação de aforamentos, 1 livro, 1686 - 1781.

LISTA dos topónimos antigos e novos das freguesias da Sé e São Pedro da cidade de Faro, de 6 Março de 1891.

TOMBOS dos foros e bens do concelho dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822, Livros 1 a 4.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Collecção de Documentos pertencentes ao Reyno do Algarve, que se achão no Real Archivo da Torre do Tombo feita por Ordem do Ill.º e Ex.mo. Senhor Marquez de Pombal, ministro secretário do Estado dos Negócios do Reyno no anno de 1774.

Fontes Impressas:

GUEDES, Lívio da Costa – *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A “Descrição” de Alexandre Massaii (1621)*, Lisboa : Arquivo Histórico Militar, 1988.

INFORMAÇÃO que o bispo do Algarve Dom Fernando Martins Mascarenhas envia ao Santíssimo Padre Nosso Senhor Clemente VIII do estado da sua igreja no ano de 1598. Transcrição de Nuno Beja. “Transcrição de Documentos Relativos à História do Algarve”. *Anais do Município de Faro*, vol.s XXIX/XXX, Faro, Câmara Municipal de Faro : 2001, pp.211-229.

JOSÉ, Frei João de São – *Corografia do Reino do Algarve (1577)*. Apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães. *Duas Descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, 1983.

LOPES, João Baptista da Silva – *Corografia ou Memória Económica, Estatística e topográfica do Reino do Algarve*, 2 vol.s, Lisboa : Algarve em Foco Editora, 1983.

LOPES, João Baptista da Silva – *Memórias Eclesiásticas do Bispado do Algarve*. Lisboa, 1848.

MEMÓRIAS Paroquiais de 1758, [Freguesias de Estói, Santa Barbara de Nexe e Conceição de Faro]. Transcrição de Nuno Beja. “Transcrição de Documentos Relativos à História do Algarve”. *Anais do Município de Faro*, vols. XXIX/XXX, Faro : Câmara Municipal de Faro, 2001, pp. 230-247.

MEMÓRIAS Paroquiais de 1758, [Freguesias da Sé e de São Pedro]. Transcrição de António Salustiano Lopes de Brito. “Memórias Paroquiais da Cidade de Faro”.

Anais do Município de Faro, vol. XVII, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1987, pp. 43-56.

POSTURAS camarárias da Cidade de Faro de 1728. Transcrição de Francisco Lameira e António Colaço Canário. *Anais do Município de Faro*, vol. XX, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1990, pp. 99-161.

RELAÇAM do terramoto do primeiro de Novembro do anno de 1755 com effeitos, que particularmente cauzou neste Reino do Algarve. Iria, Alberto – *Fontes Setecentistas para a História de Lagos*. Lagos : Centro de Estudos Gil Eanes, 1996, pp. 73-86.

«*RELAÇÃO da Jornada de El-Rei D. Sebastião quando partiu da Cidade de Évora*» feita pelo cronista João de Cascão. Versão da biblioteca Casa do Cadaval, transcrição e análise de Francisco de Sales Loureiro. *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve. A alteração das linhas de força da politica nacional*, Lisboa : Livros Horizonte, 1984, pp. 77-136.

SARRÃO, Henrique Fernandes – *História do Reino do Algarve* (circa de 1600). Apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães. *Duas Descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, 1983.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das Palavras, termos, e frases...*(1798). 2 vol., 1984.

BIBLIOGRAFIA

AAVV – *História da Arte em Portugal*, 15 vols, Lisboa : Alfa, 1986.

AAVV – *Colóquio Universo Urbanístico Português, 1415-1822: actas*. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

AFONSO, José Ferrão – *A Rua das Flores no século XVI – elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Porto : FAUP Edições, 2002.

ALEMPARTE, Jaime Ferreira – “A Cidade Moçárabe de Santa Maria de Faro e o Milagre da Cantiga CLXXXIII em fontes anteriores ao Rei Sábio” (1ª parte). *Anais do Município de Faro*, n.º VI, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1976, pp. 51-60.

ALEMPARTE, Jaime Ferreira – “A Cidade Moçárabe de Santa Maria de Faro e o Milagre da Cantiga CLXXXIII em fontes anteriores ao Rei Sábio” (1ª parte). *Anais do Município de Faro*, n.º VII, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1977, pp. 63-76.

ANDRADE, Amélia Aguiar – “Um percurso através da paisagem urbana medieval”. *Povos e Culturas*, n.º 2, Lisboa : Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 1987, pp. 57-77.

ANDRADE, Amélia Aguiar – “Conhecer e Nomear. A Toponímia das Cidades Medievais Portuguesas”. *A Cidade: Jornadas Inter e Pluridisciplinares (Actas I)*. Lisboa : Universidade Aberta, 1993, pp. 121-140.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *A Paisagem Urbana Medieval Portuguesa: Uma Aproximação*. A.A.V.V. – *Colóquio Universo Urbanístico Português, 1415-1822: Colectânea de Estudos*. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 11-38.

- ANDRADE, Amélia Aguiar – *A Construção Medieval do Território*. Lisboa : Livros Horizonte, 2001.
- ANICA, Arnaldo Casimiro – *Freguesia, Vilas e Cidades do Algarve (sua antiguidade e população)*. Vila Real de Santo António : Visprensa, 1994.
- ARQUITECTURA *Popular em Portugal*. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1961.
- ARRUDA, Ana Margarida – “Os núcleos urbanos litorais da Idade do Ferro no Algarve”. Maria Filomena Barata e Rui Parreira (concepção) – *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa : Instituto Português do Património Arqueológico, 1997, pp. 242-255.
- ARRUDA, Ana Margarida – “O Algarve no quadro geocultural do Mediterrâneo antigo”. *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*. Lisboa : Edições Colibri, 1999, pp.21-22.
- ARRUDA, Ana Margarida – “O Algarve nos séculos V e VI a. C.”. *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*. Lisboa : Edições Colibri, 1999, pp.23-31.
- AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de – “Cordoaria”. SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário da História de Portugal*. vol. II, Lisboa : Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 185-187.
- BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo – *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto : Edições Afrontamento, 2000.
- BARATA, Maria Filomena e PARREIRA, Rui (concepção) – *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa : Instituto Português do Património Arqueológico, 1997.
- BARROS, Amândio Jorge Morais – Alterações urbanísticas em Faro e Olivença na 2ª metade do século. *Revista de História*, n.º 7, pp. 159-174.

- BERNARDES, João Pedro – “Faro romana: Ossonoba e Milreu”. *Monumentos*, n.º 24, Lisboa : Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Março 2006, pp. 12-17.
- BRITO, António Salustiano Lopes de – Inventário do Arquivo Histórico Municipal de Faro. (s.l.) : Câmara Municipal de Faro, 1998.
- CALDAS, JOÃO Vieira – *A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Instituto Superior Técnico, 2007.
- CALLIXTO, Carlos Pereira – “Apontamentos para a História das Fortificações de Praça de Faro - IV. Curiosas e importantes informações sobre o passado da Cidade de Faro”. *Anais do Município de Faro*, vol. X, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1980, pp. 55-67.
- CALLIXTO, Carlos Pereira – “A recuperação do Castelo de Faro”. *Anais do Município de Faro*, vol. XX, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1990, pp. 61-87.
- CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*. Lisboa : Livros Horizonte, 1999.
- CARITA, Hélder – *Bairro Alto Tipologias e Modos Arquitectónicos*. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, 1994.
- CARITA, Hélder – “Legislação administração urbana no século XVI”. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 171-182.
- CASTRO, Armando – “Morgado”. SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário da História de Portugal*. vol. IV, Lisboa : Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 345-348.
- CASTRO, Armando – “Fangas”. SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário da História de Portugal*. vol. II, Lisboa : Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 529.

- COSTA, Mario Júlio de Almeida – “Enfiteuse”. SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário da História de Portugal*. vol. II, Lisboa : Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 379-383.
- CHUECA GOITIA, Fernando – *Breve História do Urbanismo*. Lisboa : Presença, 1996.
- COELHO, António Borges – *Portugal na Espanha Árabe*. 2º vol., Lisboa : Seara Nova, 1972-75.
- CONCEIÇÃO, Maria Margarida Tavares da – *Da Vila Cercada à Praça de Guerra. Formação do espaço urbano em Almeida (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa : Livros Horizonte, 2002.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves – “Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos finais da Idade Média”. *Arqueologia Medieval*, n.º 5, Porto : Edições Afrontamento, 1997, PP. 243-265.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves – “Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média”. *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*. Ponta Delgada : Media Aetas, n.º ¾, 2000-2001, pp. 49-86.
- CORREIA, José Eduardo Horta – *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520-1600*. Lisboa : Ciência e Vida, 1987.
- CORREIA, José Eduardo Horta – “Urbanismo”. *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa : Presença, 1989.
- CORREIA, José Eduardo Horta – “O Significado do Mecenato do Bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”. *Anais do Município de Faro*, vol. XXVI, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1996, pp. 85-118.
- CORREIA, José Eduardo Horta – “A Torre da Horta dos Cães”. *Monumentos*. n.º 24, Lisboa : Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais, Março 2006, pp. 106-115.

- CORREIA, José Eduardo Horta – *O Algarve em Património*. Olhão : Gente Singular editora, 2010.
- COSTA, Alexandre e ABREU, Maria da Conceição (coord.) – *1755. Terramoto no Algarve*. Faro, Centro de Ciência Viva do Algarve, 2005.
- DINIZ, Marcos Blanch – “Arquitectura Civil em Faro após o terramoto de 1755”. *Anais do Município de Faro*, vol. X, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1980, pp. 69-119.
- DOMINGUES, José Garcia, “Ossónoba na Época Árabe”. *Anais do Município de Faro*, n.º 3, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1971, pp. 179-229.
- FABIÃO, Carlos – “O Algarve romano”. *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*. Lisboa : Edições Colibri, 1999, pp.33-51.
- FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura no Algarve. Dos primórdios à actualidade, uma leitura de síntese*. Faro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, 2005.
- FERNANDES, José Manuel – *A Casa Popular do Algarve, espaço rural e urbano, evolução e actualidade*. Faro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, 2007.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – “Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medievo”. *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*. Ponta Delgada : Media Aetas, n.º ¾, 2000-2001, pp. 13-47.
- FONSECA, Hélder Adegar – “A propriedade da terra em Portugal 1750-1850: alguns aspectos para uma síntese”. Fernando Marques da Costa e alli (org.) – *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, Lisboa : Veja, 1989, pp. 213-236.
- FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. 3ª edição, Lisboa : Bertrand, 1987.

- FRANÇA, José-Augusto – “O Palácio Real da Ajuda”. *História da Arte em Portugal. O Pombalismo e o Romantismo*. Lisboa : Presença, 2004.
- FRANCO, Mário Lyster – *Outra Inscrição Inédita de Ossónoba*, Beja : Carlos Marques & Ca Lda., 1940.
- GAMITO, Teresa Júdice – “Breve apontamento sobre o povoamento do Algarve desde a Pré-história até à época romana e o seu condicionalismo geográfico”. *Anais do Município de Faro*. n.º XIII, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1983, pp. 331-358.
- GAMITO, Teresa Júdice – “A necrópole romana da rua das Alcaçarias (Faro) – um exemplo de salvaguarda do património cultural e arqueológico do Algarve”. *4º Congresso do Algarve*, 1º vol., Silves : Racal Clube, 1986, pp. 69-75.
- GAMITO, Teresa Júdice – “Turismo e Arqueologia no Algarve”. *5º Congresso do Algarve*, 2º vol., Silves : Racal Clube, 1988, pp. 1121-1126.
- GAMITO, Teresa Júdice – “A cidade de Ossonoba e o seu território envolvente”. Maria Filomena Barata e Rui Parreira (concepção) – *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa : Instituto Português do Património Arqueológico, 1997, pp. 343-359.
- GASPAR, Jorge – “Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade”. Virgínia Frois (coord.) – *Conversas à volta dos conventos*. Évora : Casa do Sul, 2002, pp. 87-93.
- GONÇALO, Nuno Monteiro – “A Sociedade local e os seus protagonistas”. César Oliveira (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa : Circulo de Leitores, 1996, p.28-62.

- GRADIM, Alexandra – *Alcoutim Urbano e Rural. Dos Finais da Idade Média ao Fim do Antigo Regime*. Lisboa : Edições Colibri / Câmara Municipal de Alcoutim, 2006.
- GUERREIRO, Manuel Viegas e MAGALHÃES, Joaquim Romero – *Dois Descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, 1983.
- IRIA, Alberto – *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do século XV (subsídios para a sua história) I 1404-1449*. Lisboa : Academia Portuguesa de História, 1990.
- LAMEIRA, Francisco – *Faro Edificações Notáveis*. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1995, 2ª edição.
- LAMEIRA, Francisco – *A Cerca Seiscentista de Faro*. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1996, (desdobrável).
- LAMEIRA, Francisco – *Faro, a arte na história da cidade*. Faro : Câmara Municipal de Faro, C.M.F., 1999.
- LOBO, Francisco Sousa – “o sistema defensivo da cidade”. *Monumentos*, n.º 24, Lisboa : Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Março 2006, pp. 42-49.
- LOUREIRO, Francisco de Sales – *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*. Lisboa : Livros Horizonte, 1984.
- MACHADO, José Pedro – “Ensaio sobre Faro no tempo dos Mouros”. *Anais do Município de Faro*. vol. II, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1970, pp. 45-50.
- MACHADO, José Pedro – “Ensaio sobre a Toponímia do Concelho de Faro. *Anais do Município de Faro*. vol. VI, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1976, pp. 85-140.
- MACHADO, José Pedro (coord.) – “Louvados”. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. III, alfa, 1991, p. 616.

- MACHADO, José Pedro (coord.) – “Fumeiro”. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. III, alfa, 1991, pp. 160-161.
- MACHADO, José Pedro (coord.) – “Tercenas”. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. VI, alfa, 1991, p. 380.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa : Editorial Estampa, 1993.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero – “Panorama Social e Económico do Algarve na época de D. Jerónimo Osório”. *Anais do Município de Faro*. vol. XI, Faro, Câmara Municipal de Faro, 1981, pp. 55-64.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero – “A meio do reino do Algarve: Faro, séculos XVI-XVII”. *Monumentos*, n.º 24, Lisboa : Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Março 2006, pp. 18-23.
- MANTAS, Vasco Gil, “As Cidades Marítimas da Lusitânia”. Jean Gerard George (org.) – *Les Villes de Lusitanie Romaine*. Bordeaux : ed. CNRS, 1989, pp. 149-205.
- MARADO, Catarina Almeida – “Património monástico-conventual do Algarve: os antigos conventos capuchos”. *12º Congresso do Algarve*, Silves, Racal Clube, 2004, pp. 11-18.
- MARADO, Catarina Almeida – “O “destino dos antigos espaços conventuais da cidade”. *Monumentos*, n.º 24, Lisboa : Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Março 2006, pp. 32-41.
- MARADO, Catarina Almeida – *Antigos Conventos do Algarve. Um percurso pelo património da região*. Lisboa : Edições Colibri, 2006.
- MARADO, Catarina Almeida – *Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tesis doctoral, 3 Vols, Sevilla : Univerddidad de Sevilla, 2007. (policopiado).

- MARQUES, João – “O Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro”. *Cadernos de História da Arte*, n.º 1, Lisboa, 1991, pp. 79-100.
- MARQUES, Maria da Graça Maia (coord.) – *O Algarve da antiguidade aos Nossos dias*. Lisboa, Edições Colibri, 1999.
- MARQUES, António H. de Oliveira – “Laudémio”. Joel Serrão (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. III, Lisboa : Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 439-440.
- MARQUES, António H. de Oliveira – “Pesos e Medidas”. Joel Serrão (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. III, Lisboa : Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 369-374.
- MASCARENHAS, José Fernandes – “Algumas doações de D. Dinis em Faro e o seu tempo”. *Anais do Município de Faro*, vol. IV, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1974, pp. 77-90.
- MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, 8 vols, Lisboa : Círculo de Leitores, 1992.
- MEMÓRIA do 1º congresso das Obra Cathólicas do Algarve em Homenagem ao Sr. Dom Gomes do Avelar no 1º centenário do seu fallecimento (1816-1916)*. Faro : Typ. União, 1916.
- MESQUITA, José Carlos Vilhena – *O Teatro Lethes*. Faro : Direcção regional do Sul Secretaria de Estado da Cultura, 1988.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “O Espaço Político e Social Local. As Câmara no Equilíbrio dos Poderes: Funções Sociais e Dinâmicas Locais”. César Oliveira (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1996, p. 121-135.

- MONTEIRO, José Hipólito da Costa – “Origem, Evolução e Processos Geológicos das Ilhas Barreiras de Faro e a sua importância para o desenvolvimento destas ilhas”. *3º Congresso sobre o Algarve*, vol. II., s.l.: Racal Clube, 1984.
- MUZAVOR, Merja – *A Alfandega de Faro*. Dissertação de Licenciatura em Património Cultural, Faro : Universidade do Algarve, 2006. (Policopiado)
- NETO, M.^a Margarida Sobral – “Uma Provisão sobre Foros e Baldios: Problemas referentes a terras de «logradouro comum» na Região de Coimbra, no século XVIII”. *Revista de História Económica e Social*, n.º 14, Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, pp. 91-99.
- NEVES, José – “A evolução histórico-geográfica da cidade de Faro (ensaio de geografia urbana)”. *Anais do Município de Faro*, n.º IV, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1974, pp. 115-132.
- NEVES, José – “A formação lagunar do litoral sotaventino do Algarve”. *Estudos Geográficos e Históricos sobre Faro e a formação lagunar do Sotavento Algarvio*, s.l., s.n., 1981.
- OLIVEIRA, César (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1996.
- PAULO, Dália – *O Convento de Nossa Senhora da Assunção: (des)construção da memória*. Dissertação de Mestrado em História da Arte. Faro : Universidade do Algarve. (policopiado)
- PAULA, Rui M. e PAULA, Frederico – *Faro Evolução Urbana e Património*. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1993.
- PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da Arte Portuguesa*. 3 vols, Lisboa : Temas e Debates, 3ª edição, 1999.

RECENSEAMENTO dos Arquivos Locais – *Câmaras Municipais e Misericórdias*.

Vol. 6 – Distrito de Faro. Lisboa : Arquivo Nacional Torre do Tombo, 1997.

RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, 1998.

RODRIGUES, Tânia – *A Ermida de São Sebastião de Faro*. Dissertação de Licenciatura em Património Cultural. Faro : Universidade do Algarve, 2003, (policopiado).

RODRIGUES, Tânia – “A evolução urbana da cidade”. *Monumentos*, n.º 24, Lisboa : Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Março 2006, pp. 24-31.

ROSA, José António Pinheiro e – “Os Paços do Concelho da Cidade de Faro”. *Anais do Município de Faro*, n.º 4, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1974, pp. 153-170.

ROSA, José António Pinheiro e – “As Muralhas de Faro”. *Anais do Município de Faro*, n.º5, Faro, Câmara municipal de Faro, 1975, pp. 53-57.

ROSA, José António Pinheiro e – “As Muralhas de Faro”. *Anais do Município de Faro*, n.º5, Faro : Câmara municipal de Faro, 1975, pp. 59-129.

ROSA, José António Pinheiro e – “Cidade de Faro ruas locais, antigas, e sua designação tradicional e actual”. *Anais do Município de Faro*, n.º VI, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1976, pp. 65-81.

ROSA, José António Pinheiro e – “Faro no século XVII: a “Urbe” e a “Civitas””. *Anais do Município de Faro*, n.º IX, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1979, pp. 87-141.

ROSA, José António Pinheiro e – “Faro em 1349”. *Anais do Município de Faro*, n.º XV, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1985, pp. 19-44.

ROSA, José António Pinheiro e – “Gente de Faro em 1711”, Separata de *O Algarve*. Faro, 1990.

- ROSA, José António Pinheiro e – “Fortificações de Faro”. *Anais do Município de Faro*, n.º XX, Faro : Câmara Municipal de Faro, 1990, pp. 39-59.
- ROSA, José António Pinheiro e – *Um passeio por Faro no dia da sua elevação a cidade*. Faro : [s.n.], 1992.
- ROSSA, Walter – “A Cidade Portuguesa”. Paulo Pereira (dir.) – *História da Arte Portuguesa*. Vol. 3, 3ª edição, Lisboa : Temas e Debates, 1999, pp. 233-323.
- ROSSA, Walter – *A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo Português*. Coimbra : Almedina, 2002.
- ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa : Edições Cosmos, 2001.
- SÁ, Alberto – *Sinais de Guimarães Urbana em 1498*. Dissertação de mestrado em História e Cultura Medievais. Braga: Universidade do Minho, 2001. (pdf)
- SÁ, Alberto – “Alguns aspectos de Guimarães no tempo de D. Manuel (1498)”. *III Congresso Histórico de Guimarães D. Manuel e a sua época*. 24 a 27 Outubro 2001. (pdf)
- SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia – *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- SALGUEIRO, Teresa Barata – *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*. 3ª edição, Porto : Afrontamento, 1999.
- SANTOS, Luís Filipe Aparício Fernandes dos – *A Misericórdia de Faro*. Dissertação em História da Arte, Universidade do Algarve, 2009. (policopiado)
- SANTOS, Luís Filipe Rosa – *Faro, um olhar sobre o passado recente (segunda metade do século XIX)*. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1997.
- SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário da História de Portugal*. 6 vols, Lisboa : Livraria Figueirinhas, 1985.

- SERRÃO, José Vicente – “O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução”. José Mattoso (dir.) – *História de Portugal: O Antigo Regime*, vol. 4º, Lisboa : ed. Estampa, pp.71-117.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da e Margarida Calado – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa, Presença. 2005.
- SOUSA, Francisco Luís Pereira de – “Descrição geral do megasismo no Algarve segundo vários documentos e publicações [Concelho de Faro]”. *O terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*. Vol. n.º 1, Lisboa : Serviços Geológicos, 1919-1932, pp. 11-35.
- TRINDADE, Luísa – *A Casa Corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002.
- VIEGAS, Libertário – *Histórias à solta nas ruas de Faro*. Faro : AJEA Edições, 2003.

MATERIAL CARTOGRÁFICO E FOTOGRAFIA AÉREA:

- PLANTA da Cidade de Faro. Cartografia Digital do Concelho de Faro. Câmara Municipal de Faro – Núcleo de SIG, 2005.
- ORTOFOTOMAPA de 2007. - <http://mapas.cm-faro.pt/>
- ORTOFOTOMAPA (voo de pássaro) – Faro – <http://www.bing.com/maps/>

Anexo - Desenhos de tipologias da casa corrente

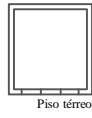
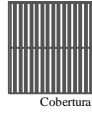
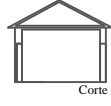
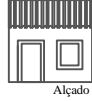
tipo 1

tipo 2

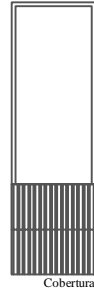
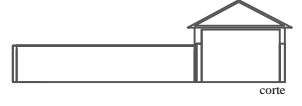
tipo 3

tipo 4, variantes

TIPO 1



Sem quintal

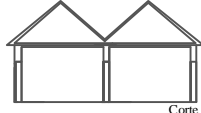


Com quintal

TIPO 2



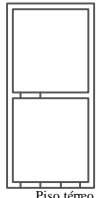
Alçado



Corte



Cobertura



Piso térreo

Sem quintal



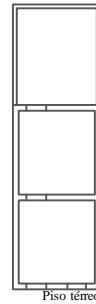
Alçado



Corte



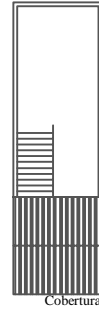
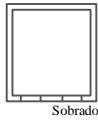
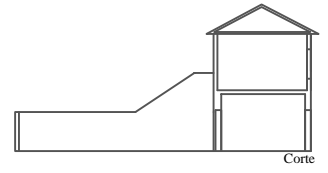
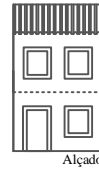
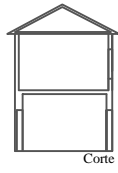
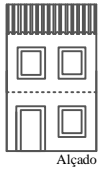
Cobertura



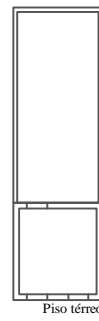
Piso térreo

Com quintal

TIPO 3

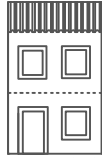


Sem quintal

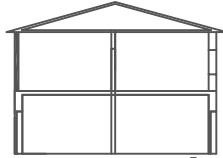


Com quintal

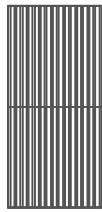
TIPO 4 - variante . 01



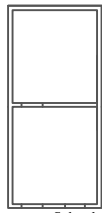
Alçado



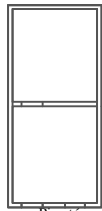
Corte



Cobertura



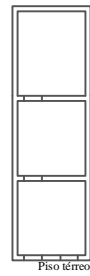
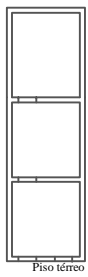
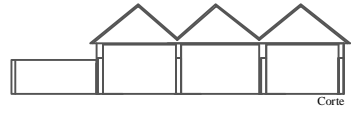
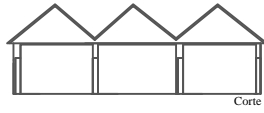
Sobrado



Piso térreo

Sem quintal

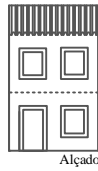
TIPO 4 - variante . 02



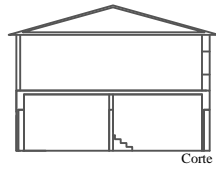
Sem quintal

Com quintal

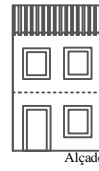
TIPO 4 - variante . 03



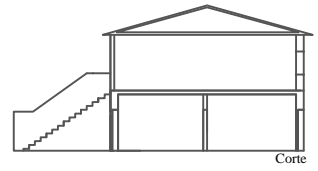
Alçado



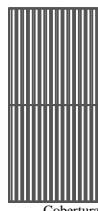
Corte



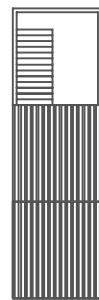
Alçado



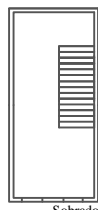
Corte



Cobertura



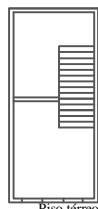
Cobertura



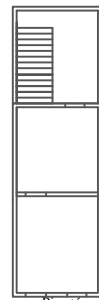
Sobrado



Sobrado



Piso térreo

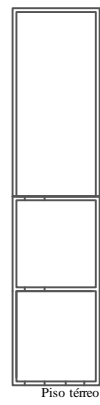
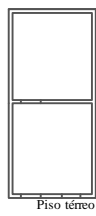
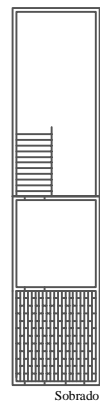
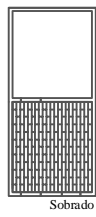
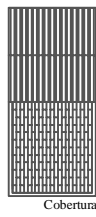
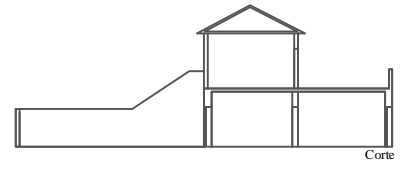
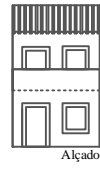
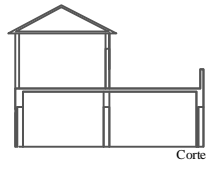
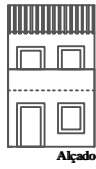


Piso térreo

Sem quintal

Com quintal

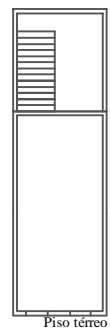
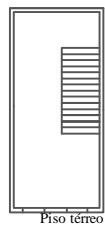
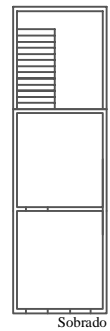
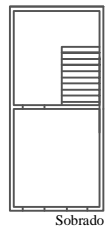
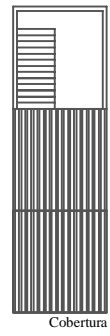
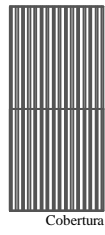
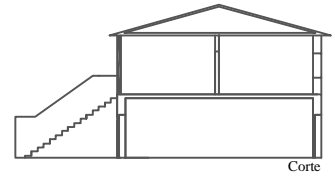
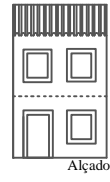
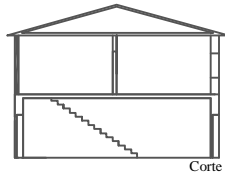
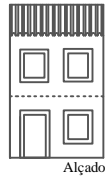
TIPO 4 - variante .04



Sem quintal

Com quintal

TIPO 4 - variante . 05



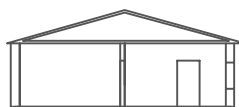
Sem quintal

Com quintal

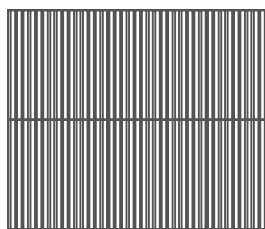
TIPO 4 - variante .06



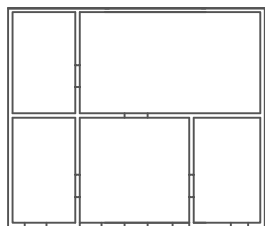
Alçado



Corte



Cobertura



Piso térreo

Sem quintal